

Gustavo Silva Saldanha  
Organização

# A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DOCUMENTAL NO ESPAÇO IBERO-AMERICANO

abordagens contemporâneas e perspectivas



Editora  
Ibict

**A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
DOCUMENTAL NO ESPAÇO  
IBERO-AMERICANO**  
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS E PERSPECTIVAS

## **PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

Luiz Inácio Lula da Silva  
Presidente da República

Geraldo José Rodrigues Aleckmin Filho  
Vice-Presidente da República

## **MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

Luciana Santos  
Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação

## **INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Tiago Emmanuel Nunes Braga  
Diretor

Carlos André Amaral de Freitas  
Coordenador de Administração – COADM

Ricardo Medeiros Pimenta  
Coordenador de Ensino e Pesquisa em Informação para a Ciência e Tecnologia – COEPI

Henrique Denes Hilgenberg Fernandes  
Coordenador de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação – COPAV

Cecília Leite Oliveira  
Coordenadora Geral de Informação Tecnológica e Informação para a Sociedade –CGIT

Washington Luís Ribeiro de Carvalho Segundo  
Coordenador Geral de Informação Científica e Técnica – CGIC

Alexandre Faria de Oliveira  
Coordenador Geral de Tecnologias de Informação e Informática - CGTI

Milton Shintaku  
Coordenador de Tecnologias para Informação – COTEC

Gustavo Silva Saldanha  
Divisão de Editoração Científica - DIECI

Gustavo Silva Saldanha  
Organização

**A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
DOCUMENTAL NO ESPAÇO  
IBERO-AMERICANO**  
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS E PERSPECTIVAS

Brasília  
 Editora  
Ibict  
2025



Esta obra é licenciada sob uma licença *Creative Commons* - Atribuição CC BY-NC-ND 4.0, sendo permitida a reprodução parcial ou total, desde que mencionada a fonte, de uso não comercial e sem derivações.

#### CONSELHO EDITORIAL

Gustavo Silva Saldanha | Milton Shintaku | Luana Sales | Franciele Garcês  
Leyde Klébia Rodrigues da Silva | Stella Moreira Dourado | Daniel Strauch | Walisson Oliveira

#### COMITÊ EDITORIAL

Tiago Braga	Milton Shintaku
Henrique Denes	Cecília Leite Oliveira
Ricardo Pimenta	Leda Cardoso Sampson Pinto
Carlos André Amaral de Freitas	Marcel Souza
Alexandre Oliveira	Washington Segundo
Emanuelle Torino	Alexandre Faria de Oliveira

#### COMITÊ CIENTÍFICO

Ania Rosa Hernández Quintana – Universidad de La Habana, Cuba  
Fernanda do Valle – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Unirio, Brasil  
María Arminda Damus – Universidad Nacional de Misiones, Argentina  
Martha Sabelli – Universidad de La Republica - Uruguai  
Natalia Duque Cardona – Universidad de Antioquia, Colômbia  
Vinícios Menezes – Universidade Federal de Sergipe, UFS, Brasil  
Carlos Alberto Ávila Araújo – Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil

#### EQUIPE TÉCNICA

Editor-chefe	Gustavo Silva Saldanha
Revisão linguística	Stella Dourado; Daniel Strauch Ribeiro
Diagramação	Franciele Garcês
Normalização	Stella Dourado; Franciele Garcês
Revisão	Stella Dourado; Franciele Garcês
Capa	Franciele Garcês

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S162

A Ciência da Informação documental no espaço ibero-americano: abordagens contemporâneas e perspectivas / Gustavo Silva Saldanha (org.). Brasília: Editora Ibict, 2025.  
170 p.

Inclui Bibliografia.  
Disponível em: <https://editora.ibict.br>.  
ISBN Físico: 978-85-7013-234-5  
ISBN Digital: 978-85-7013-245-1  
DOI: <https://doi.org/10.22477/9788570132345>

1. Ciência da Informação. 2. Documento. 3. Ibero-América. 4. Tecnologia. I. Título.

CDD 002.89

Bibliotecária: Stella Dourado - CRB-5/2013

Como citar:

SALDANHA, Gustavo Silva. (org.). **A Ciência da Informação documental no espaço ibero-americano: abordagens contemporâneas e perspectivas**. Brasília: Editora Ibict, 2025. 170 p.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia ou do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Endereço: Ibict – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia  
Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 06, Bloco H – 5º andar. CEP: 70.070-912 - Brasília, DF.

# SUMÁRIO

**APRESENTAÇÃO .....7**

Gustavo Silva Saldanha

**Capítulo 1 ..... 11**

**PARADIGMA INTERCULTURAL ANTICOLONIAL PARA LAS  
CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN: UNA PROPUESTA DESDE  
ABYA-YALA**

Natalia Duque-Cardona

**Capítulo 2 ..... 45**

**DA VISÃO PARADIGMÁTICA AO EXERCÍCIO TEÓRICO-PRÁTICO  
EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: O CASO DE PORTUGAL**

Fernanda Ribeiro

**Capítulo 3 ..... 69**

**O CONCEITO DE INTEGRIDADE DA INFORMAÇÃO NO ÂMBITO  
DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Carlos Alberto Ávila Araújo

**Capítulo 4 ..... 85**

**A DIMENSÃO COGNITIVA DA INFORMAÇÃO E O SEU IMPACTO  
NA EXPRESSÃO “INFORMAÇÃO DOCUMENTAL”**

Armando Malheiro da Silva

**Capítulo 5 ..... 105**

**LA RECONFIGURACIÓN DEL CONCEPTO DE “TIEMPO” Y SU EFECTO EN LOS FUNDAMENTOS DE LA ARCHIVOLOGÍA**

Agustín Vivas Moreno

**Capítulo 6 ..... 129**

**LAS HUMANIDADES DIGITALES EN EL CURRÍCULO DE CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN EN CUBA: AVENTURAS DE LOS LABORATORIOS COLABORATIVOS DE HDCICUBA**

Ania R. Hernández Quintana

**Capítulo 7 ..... 141**

**IA 5.0: IGNORÂNCIA ARTIFICIAL, ATUAL, AMPLIADA, ACELERADA E AMORFA**

Gustavo Silva Saldanha

**SOBRE AS AUTORIAS ..... 165**

# APRESENTAÇÃO

Gustavo Silva Saldanha

A pesquisa científica se faz através da produção do conhecimento entre gerações de pessoas investigadoras e seus encontros. Esta obra é fruto de um longo percurso de diálogos interinstitucionais e internacionais. O livro é resultado do percurso histórico que veio fundar o Círculo Ibero-americano de Ciência da Informação Documental (Ciibercid), a partir dos esforços iniciados pelo Dr. Miguel Ángel Rendón Rojas. O marco do coletivo é o 36º Colóquio de Pesquisa em Biblioteconomia e Informação, realizado no Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información (IIBI) da Universidad Nacional Autónoma do México (UNAM), realizado entre os dias 3 e 5 de outubro de 2018, na Cidade do México.

O Círculo proposto buscava constituir um espaço de diálogo entre investigadores ibero-americanos em questões teóricas e epistemológicas, metodológicas e conceituais, da ciência que estuda o campo da informação documental. Em outros termos, através do lastro filosófico por trás da formação epistêmica da Ciência da Informação em suas mais diferentes configurações locais, as pessoas investigadoras do Ciibercid aportam os modelos de conformação metateórica, disciplinar e praxiológica do saber e do fazer informacional-documental. Do México, o coletivo integrou pessoas, grupos de pesquisa e instituições de Argentina, Brasil, Colômbia, Espanha, México, Portugal e Uruguai, além de receber, em suas reuniões, pessoas investigadoras de outros países,

debatendo as questões históricas, epistemológicas e institucionais de suas realidades locais. Eis o caminho que o coletivo segue a percorrer. Reconhecendo as abordagens técnico-operacionais e positivistas vinculadas ao surgimento do campo, o coletivo avançou para o conjunto de miradas críticas, hermenêuticas, fenomenológicas e sociais sobre os problemas informacionais. Esta obra é a demonstração do caminho em sua travessia.

O livro atual do coletivo tem como fonte objetiva o VII Seminário Internacional do Cübercid, realizado entre os dias 28 e 30 de outubro de 2024, na Escuela Interamericana de Bibliotecología da Universidad de Antioquia, na Colômbia. O encontro foi organizado pela Dra. Natalia Duque Cardona, junto ao comitê acadêmico-científico formado pela equipe de investigadores Dra. Gracy Kelli Martins, Dra. Yicel Giraldo, Ma. Camila Restrepo Fernández e Me. Santiago Velásquez Yepes, no contexto da linha de pesquisa “Bibliotecas de Abya-Yala”.

Sob o tema geral “Ciência da Informação Documental na Ibero-América: situação atual e perspectivas”, o evento discutiu questões relacionadas aos eixos de investigação “ética da Informação”, “interpretações da história, identidade e fundamentos da Ciência da Informação”, “paradigmas em Ciências da Informação na Ibero-América”, “aspectos filosóficos, pedagógicos e históricos das Ciências da Informação”.

Com este trabalho, o Cübercid segue seu objetivo de contribuir para a reflexão sobre as ideias e a formação de uma comunidade epistêmica ibero-americana em Ciência da Informação, reconhecendo o percurso histórico de cada território e partilhando as transformações de teorias, de métodos e de conceitos. A pluralidade de olhares e a diversidade de abordagens demonstram a fortuna crítico-epistemológica legada pelo Círculo e sua rede de pessoas investigadoras e instituições. O coletivo dá,

pois, através da publicação, continuidade a sua missão, como um espaço, de um lado, formal de estudo, discussão e análise, interinstitucional e internacional, e, de outro lado, com uma estrutura flexível, com pessoas integrantes, transculturalmente reunidas pela proposta de contribuir para o desenvolvimento filosófico, epistemológico, teórico e aplicado da Ciência da Informação.

Como citar:

SALDANHA, Gustavo Silva. Apresentação. *In*: SALDANHA, Gustavo Silva. (org.). **A Ciência da Informação documental no espaço ibero-americano**: abordagens contemporâneas e perspectivas. Brasília: Editora Ibict, 2025. p. 7-10. DOI: <https://doi.org/10.22477/9788570132345>



# Capítulo 1

## PARADIGMA INTERCULTURAL ANTICOLONIAL PARA LAS CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN: UNA PROPUESTA DESDE ABYA-YALA

Natalia Duque-Cardona

### A MODO DE INTRODUCCIÓN

Partiendo de la comprensión propuesta por Zarta-Rojas para el concepto de paradigma, quien lo define como sistema abierto (2022),

[...] que tengan aplicabilidad, pero no sólo en la producción científica; sino también, en la producción y gestión de la vida, de la sociedad, del planeta, etc. [...] nos indica que un paradigma debería “reensamblar lo social”, es decir, lograr que el ser humano rompa con las clasificaciones, las divisiones y las estratificaciones, de tal forma que haya una articulación de las acciones y pensamientos

del ser humano con el fin de avanzar en la gestión de prácticas constitutivas de diálogos para gestionar el conflicto que se vive al interior de las estructuras sociales. Esto no significa que se quiera unificar un pensamiento para toda la sociedad, porque sería esencializar, sino que también, desde la oposición, se colabore por una sociedad científica que no ponga en riesgo el pensamiento contemporáneo, generando de esta forma enfrentamientos sin razonamiento ante los nuevos paradigmas científicos (p. 158).

Este capítulo, enmarcado en la propuesta epistemológica Ciencias de la Información desde Abya-Yala (Duque-Cardona, 2020) y haciendo uso del método de documental y de un posterior análisis crítico, presenta el paradigma intercultural anticolonial, producto de una revolución científica, que si bien ha tomado un hito histórico como la inflexión decolonial para justificar el giro académico e intelectual a Latinoamérica y el Caribe, considera también como antecedentes teóricos a la filosofía de la liberación de Enrique Dussel (1994), los estudios chicanos de Chela Sandoval (2008) que emergen a partir de la segunda mitad del siglo XX, los estudios subalternos de R. Guha (1988), los estudios poscoloniales de Spivak (2014) de la experiencia indiana y las filosofías del Sur: negras, indígenas, campesinas, caribeñas, feministas.

Tiene como propósito desarrollar teórica y filosóficamente el paradigma intercultural anticolonial, que

[...] más que reinventar, observar con un lente diferente al que se usa habitualmente, dando lugar a otros saberes, epistemes y discursos, los cuales permiten ampliar la mirada sobre la información, por ejemplo, en términos de

producción y transferencia de saberes locales.  
(Duque-Cardona, 2020, p.65)

Inicialmente, en ¿Paradigma y/o estilos de pensamiento?, se discute la categoría de paradigma de Thomas Kuhn (1962) y el porqué de su uso en el marco de una perspectiva latinoamericana, reconociendo que el precursor de su trabajo fue Ludwick Fleck, como plantea García-Sánchez (2020):

[...] En La génesis y el desarrollo de un hecho científico, Fleck (1986a) presenta teoría epistemológica que, adelantándose a su época, desarrolló las bases para los planteamientos que en la década de los sesenta llevó a Kuhn (1922) a revolucionar la investigación filosófica sobre la ciencia y en la actualidad se presenta como un caso para tener en cuenta en el análisis diacrónico de la ciencia (p.7)

Posteriormente, en Estilos de pensamiento, un contexto situado a una mirada intercultural anticolonial a las Ciencias de la Información se dialoga con el concepto estilo de pensamiento de Ludwick Fleck (2009) quien expone el carácter social y colectivo de la ciencia e invita abandonar las dicotomías y abrazar el conocimiento que surge de la actividad humana y sus interacciones con la naturaleza y la sociedad, afirmaciones que están línea con el paradigma en cuestión.

Seguidamente, en Colectivos de pensamiento y acuerdos de una mirada intercultural anticolonial a las Ciencias de la Información, alrededor de la idea de colectivo de pensamiento propuesta por Fleck, en esta misma perspectiva teórica, se exponen los constituyentes de un estilo de pensamiento para las Ciencias de la Información, integrantes del paradigma intercultural anticolonial, así como los principios vinculados con el mismo.

El estilo de pensamiento establece las diferentes interpretaciones que los científicos hacen sobre lo que observan y condiciona la forma (*Gestalt*) de asimilación de dichas interpretaciones por parte del individuo. En otras palabras, el estilo es un modo particular de estar dirigido a “algo”; no obstante, este “estar dirigido” se ve condicionado por el componente aditivo y comunitario del pensar (p.10)

A continuación, en Unidades de análisis epistemológico en las Ciencias de la Información: un hilar y deshilar del conocimiento, y partiendo de ese carácter dinámico, y sobre todo tarea artesanal, desarrolla hoy en una mirada anticolonial intercultural que categorías ha priorizado las Ciencias de la Información, a qué estilos de pensamiento responde (...) En este sentido, la teoría de los estilos de pensamiento pretende dar cuenta del papel del componente social en el desarrollo histórico de las teorías y supone que son tres los elementos que intervienen en el desarrollo del conocimiento, confiriéndole un carácter dinámico: la tradición, la formación y la costumbre (García-Sánchez, 2020, p.8)

Finalmente se desarrollan los desafíos, retos y oportunidades, del paradigma intercultural anticolonial para las disciplinas que conforman las Ciencias de la Información.

## ¿PARADIGMA Y/O ESTILOS DE PENSAMIENTO?

El pensamiento calculador corre de una suerte a la siguiente, sin detenerse nunca ni pararse a meditar. El pensamiento calculador no es un pensamiento meditativo; no es un pensamiento que piense en pos del sentido que impera en todo cuanto es.

Martin Heidegger

Nos aventuramos en dos formas de comprender el conocimiento, no solo en su forma más natural y genuina, sino en lo ontológico y filosófico del mismo. Acercarnos a la idea de paradigma (Kuhn, 1962) y estilos de pensamiento (Fleck, 2009) en el marco del desarrollo del paradigma intercultural-anticolonial para las Ciencias de la Información (Duque-Cardona, 2020), es plantear explícitamente la necesidad imperativa de hacer uso de constructos, que incluso, con incomprendiones y tensiones en las comunidades científicas han sido, y continúan siendo, fundamentales, en el desarrollo científico. Así mismo, es la posibilidad de que dialoguen abiertamente y puedan nutrirse en un colectivo de pensamiento que en la vía de la propuesta epistemológica tienen como propósito aportar a la justicia epistémica en una mirada latinoamericana. Aunque el paradigma es una categoría generalizada en el mundo occidental de la ciencia, de acuerdo con la cronología y estudio de las obras de ambos autores, esta fue posterior a las propuestas de Fleck que se publicaron en 1935 a través de su obra *Genesis y desenvolvimiento de un hecho científico*, el mismo Kuhn encuentra similitudes en el trabajo previo cuando el mismo presentó la obra de Ludwick en su versión en inglés en 1979. En la edición en portugués del libro se plantea que:

(...) Cerca de dos décadas antes, en gran medida, Kuhn había sido responsable por redescubrir el libro de Fleck al afirmar también en el prefacio de *La Estructura de las Revoluciones científicas*: encontré en una desconocida monografía de Ludwick Fleck *Entstehung und Entwicklung einer wissenschaftlichen Tatsache* (Basilea, 1935), un ensayo que anticipa muchas de mis propias ideas (2009, p. ix)

Así que bajo la premisa de justicia epistémica (Fraser, 2012) partimos de reconocer el lugar de enunciación de ambos autores para plantear las vinculaciones que el paradigma intercultural anticolonial tiene con ambas propuestas, partiendo de que su formulación nace vinculada inicialmente con la categoría paradigma, en una perspectiva amplia y abierta. La circulación de las obras de ambos autores no sólo vincula círculos académicos, sino que interseca sus historias de vida, nacionalidades y experiencias vitales, es ingenuo creer en la actualidad que las trayectorias vitales no inciden en la forma en que se produce y difunde el conocimiento.

En el caso de Ludwik Fleck, este fue un médico, microbiólogo y filósofo de la ciencia polaco de origen judío, nacido en 1896 y fallecido en 1961. Durante la Segunda Guerra Mundial, Fleck sufrió persecución por su origen judío, fue encarcelado en guetos y campos de concentración nazis, y participó en investigaciones médicas, incluyendo la producción de vacunas contra el tifus (Grzybowski, 2012; Ulrich, 1992; Sak & Pawlikowski, 2012). A pesar de sus contribuciones científicas en microbiología, inmunología y dermatología, su reconocimiento como filósofo de la ciencia llegó principalmente después de su muerte, siendo posteriormente citado por Thomas Kuhn como una influencia importante (Grzybowski, 2012). Muy recientemente su obra comienza a conocerse, como se mencionó su obra se traduce al inglés apenas en 1979 y al portugués en 2010; para español a la fecha no se conoce una traducción. Es reconocido principalmente por su obra "Génesis y desarrollo de un hecho científico", en este material desarrollo dos conceptos fundamentales: estilo de pensamiento y "colectivo de pensamiento", proponiendo que el conocimiento científico es el resultado de procesos sociales y colectivos, más que de esfuerzos individuales. Su teoría sobre los estilos de pensamiento ha sido influyente en la historia y filosofía de la ciencia, especialmente en

la comprensión de cómo evoluciona el conocimiento científico dentro de comunidades específicas (Ulrich, 1992).

Para el caso del norteamericano Thomas Kuhn fue un físico, historiador y filósofo de la ciencia estadounidense, nacido en 1922 y fallecido en 1996. Se graduó y obtuvo su doctorado en física en la Universidad de Harvard, donde también comenzó su carrera académica antes de especializarse en historia y filosofía de la ciencia (Buchwald; Smith, 1997). Kuhn es mundialmente conocido por su obra *La estructura de las revoluciones científicas* (1962), donde introdujo el concepto de paradigma para explicar cómo progresa la ciencia a través de períodos de ciencia normal y revoluciones científicas. Su trabajo transformó la manera en que se entiende el desarrollo científico, destacando la importancia de los contextos históricos y sociales en la evolución del conocimiento (Marcum, 2005). A lo largo de su carrera, trabajó en instituciones como la Universidad de California, Berkeley, Princeton y el MIT, y recibió reconocimientos como la Medalla George Sarton y el Premio John Desmond Bernal (Buchwald; Smith, 1997).

Si bien ambos autores tienen una diferencia de edad de casi tres décadas; sus aportaciones son relevantes para la comprensión social de la ciencia. La decisión del uso de paradigma en la propuesta en cuestión radica en el reconocimiento histórico del uso de esta categoría en propuestas precedentes como la de Rafael Capurro, procurando evidenciar que el anticolonial-intercultural implica la revolución de un estilo de pensamiento vinculado a una tradición histórica de las Ciencias de la Información.

Si bien, para Thomas Kuhn, los paradigmas son conjuntos de logros científicos universalmente reconocidos que, durante un tiempo, proporcionan modelos de problemas y soluciones para una comunidad científica determinada y un paradigma incluye creencias, valores, métodos y prácticas aceptadas por la

comunidad, funcionando como un marco intelectual que guía la investigación y la interpretación de los fenómenos (Steinert, 2020; Fadilah et al., 2023, Pristiwanti, 2023), este ha sido concebido de una manera cerrada y lineal, sin embargo releendo y discutiendo en colectivos académicos la obra de este filosofo encuentro que la definición y limitación que hemos dado a este concepto, también ha limitado sus posibilidades. Si bien Kuhn distingue entre la ciencia normal, que se desarrolla bajo un paradigma estable, y las revoluciones científicas, que ocurren cuando un paradigma es reemplazado por otro debido a la acumulación de anomalías que no puede explicarse con el paradigma dominante (Orman, 2016) este puede entenderse en varios sentidos: como ejemplos concretos de resolución de problemas, como teorías compartidas, o como una matriz disciplinaria que abarca reglas, valores y técnicas (Wray, 2007).

En el caso del Paradigma Intercultural anticolonial, este se concibe como un marco amplio donde lo filosófico, teórico, extra teórico, metodológico, conceptual y contextual van dando vida al conocimiento científico, en ningún caso se entiende como un sistema cerrado sino abierto en tanto promueve el dialogo y función social de la ciencia.

Ahora bien, es claro que Thomas Kuhn y Ludwik Fleck se encuentran en la idea de que el conocimiento científico está profundamente influido por una comunidad y sus formas colectivas de pensar, sin embargo, sus conceptos clave - paradigma (Kuhn) y estilo de pensamiento (Fleck) - no son equivalentes empero tampoco opuestos. Ambos reconocen la importancia de los marcos colectivos que guían la percepción, interpretación y producción de conocimiento, y subrayan la inconmensurabilidad (Möbner, 2011; Babich, 2003; Jarnicki; Greif, 2022). Aunque se ha entendido que el hablar de paradigma implica períodos de ciencia normal interrumpidos por revoluciones científicas, es importante

anotar que estas no eliminan u omiten las construcciones de conocimiento, de hecho, los paradigmas pueden convivir, no se reemplazan entre ellos. Lo cual está en la vía de lo que plantea Fleck quien no expone rupturas tan marcadas, sino una evolución más gradual y flexible de los estilos de pensamiento dentro de los colectivos científicos (Černý, 2011).

En la historia de la ciencia el paradigma kuhniano ha sido reconocido como más estructurado y normativo, asociado a reglas y ejemplos compartidos, mientras que el estilo de pensamiento fleckiano es más difuso, enfatizando la diversidad interna y la permeabilidad entre colectivos académicos y de pensamiento (Peine, 2011). Además, aunque Kuhn reconoció la influencia de Fleck, su desarrollo conceptual problematizó la producción de conocimiento y el uso histórico del conocimiento. La relación entre paradigma y estilos de pensamiento corresponde más a una relación de afinidad parcial que de equivalencia directa (Möbner, 2011), no es posible equiparar uno con el otro. En este sentido, el paradigma intercultural anticolonial no podría pensarse a través de una pura mirada positiva y occidental, sino que implica una apertura con la comprensión del paradigma en diálogo con los estilos de pensamiento que corresponden a la historia de la ciencia y nos permiten el trabajo de un conocimiento situado, que para el caso implica una mirada desde Latinoamérica.

## **ESTILOS DE PENSAMIENTO, UN CONTEXTO SITUADO A UNA MIRADA INTERCULTURAL ANTICOLONIAL A LAS CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN**

La objetividad feminista significa simplemente posicionamiento, y posicionamiento significa responsabilidad por

nuestras propias ubicaciones en el  
conocimiento  
Donna Haraway

Entender el conocimiento como un bien común, y construido socialmente, nos implica desprendernos de miradas tradicionales respecto a la ciencia y sobre todo nos reta y desafía a la generación de formas organizativas que privilegian lo común, la cooperación y sobre todo el apoyo mutuo. Si bien uno de los conceptos centrales en la obra de Kuhn es la inconmensurabilidad entendida como la imposibilidad de comparar dos paradigmas, o de confrontar sus elementos constituyentes, el filósofo no discute que dos paradigmas diferentes tengan asuntos en común, sino que no puede trasladarse de manera equivalente un elemento a otro. En el caso del paradigma intercultural anticolonial, aparecen explícitamente cambios semánticos en las categorías fundamentales de las Ciencias de la Información que busca incidir en procesos de justicia epistémica en el campo disciplinar y que en la perspectiva de Feyerabend (1992), no tiene que ser problemático, es para este caso la posibilidad de un dialogo plural en relación con los estilos de pensamiento de cada colectivo académico, y es en esta vía que la obra de Fleck (2009) es plenamente relevante para la propuesta.

Los estilos de pensamiento (Fleck, 2009) son formas colectivas y socialmente compartidas de percibir, interpretar y organizar el conocimiento dentro de un grupo o comunidad científica, guiando qué temas, preguntas, métodos, problemas deben priorizarse. Por supuesto, que partiendo de que la ciencia y el conocimiento no son neutrales estas decisiones tienen un impacto en el mundo de la vida (Meyer et al., 2020; Sak; Pawlikowski, 2012; Bloor, 1986), por ejemplo hoy la discusión respecto a la tríada patrimonio bibliográfico documental, patrimonio cultural inmaterial y patrimonio natural devela que

aunque hay marcos comunes, también hay profundas distancias que nos retan a ocuparnos disciplinarmente de fenómenos y demandas sociales como disciplinas.

El filósofo polaco concuerda con que la ciencia al no ser neutral implica que los sujetos privilegien o prioricen ciertas formas, métodos y problemas que en general responden a su colectivo de pensamiento (Song, 2020; Zittel, 2012). Sin embargo, los estilos de pensamiento que habitan cada colectivo van mutando y cambiando; el diálogo y el intercambio es fundamental para este proceso y el progreso de la ciencia (Sak; Pawlikowski, 2012; Giedymin, 1986), vemos por ejemplo que temas como la crisis ecológica, el género, las migraciones entre otras, aun cuando no son propiamente de las Ciencias de la Información impactan colectivos de pensamiento que a la luz de la diversidad se cuestionan por qué ciencias de la información, con quiénes y desde dónde. Esto no es más que una interpelación ontológica del paradigma intercultural-anticolonial por el conocimiento situado, un ejercicio científico que responda a las necesidades reales de la natura y la cultura.

Así, el conocimiento situado como perspectiva epistemológica sostiene que todo conocimiento está influido por la posición social, histórica y cultural de quien lo produce, y en tanto del colectivo de pensamiento y paradigma al que responde. Toda observación y comprensión del mundo está mediada por el contexto y la experiencia particular del sujeto o colectivo que conoce (Rolin, 2020; Haraway, 1988), quienes nos interesamos por la ciencia en una mirada de justicia epistémica, no somos máquinas, somos personas que ponemos e intencionamos nuestro hacer a un contexto particular. Y es por ello por lo que la perspectiva de Donna Haraway es tan relevante, no solo porque nos recuerda que la ciencia es parcial y localizada, y que es imperativo el declarar nuestro propio lugar para avanzar en una comprensión ética de la

labor científica, sino por que llama de manera contundente a las personas que hacen ciencia a omitir su condición sociohistórica y política con la ciencia (Haraway, 1988).

De hecho el conocimiento situado es uno de los cinco marcos extra teóricos que concibe el paradigma intercultural anticolonial, un estilo de pensamiento que enfatiza la importancia de la reflexividad, la responsabilidad y la diversidad de perspectivas para construir saberes más críticos y completos (Simandan, 2019; Rolin, 2020) insistiendo en que el conocimiento es parcial, localizado y depende de la posición específica—social, corporal, histórica—de quien lo produce (Haraway, 1988; Li-Yun, 2005). En lugar de aspirar a una visión acrítica y descontextualizada (lo que Haraway llama el "truco de dios"), propone que la objetividad se fortalece al reconocer y ser responsables de nuestra perspectiva y de las limitaciones que implica (Haraway, 1988).

Tabla 1 - Marcos extra teóricos de propuesta epistemológica ciencias de la información desde Abya-Yala

Marcos extra teóricos de propuesta epistemológica ciencias de la información desde Abya-Yala	
Interculturalidad crítica	Catherine Walsh, 2010
Interseccionalidad	Patricia Hill Collins, 2020 y Kimberlé Crenshaw, 1988
Conocimiento situado	Donna Haraway, 1992
Teoría de las capacidades	Martha Nussbaum, 2012
Justicia social e injusticias epistémicas	Nancy Fraser, 2012

Fuente: elaboración propia.

Para Haraway, el conocimiento va más allá de lo humanocentrado, solo es posible alcanzar una visión más amplia y crítica si se parte de un lugar concreto y reconocemos nuestra

propia implicación en el proceso de conocer (Trächtler, 2024; Haraway, 1988). En este orden, el conocimiento situado rechaza tanto el relativismo absoluto como la pretensión de neutralidad, y prioriza saberes parciales, críticos y conectados con las responsabilidades ético, políticas y epistémicas que tendemos como científicas sociales (Li-Yun, 2005; Haraway, 1988).

El paradigma intercultural anticolonial en las ciencias de la información es un enfoque que busca desafiar y transformar las estructuras y prácticas dominadas por perspectivas occidentales y coloniales, promoviendo la inclusión de múltiples sistemas de conocimiento y voces marginadas. Este paradigma reconoce que la producción, organización y uso de la información están marcados por relaciones de poder históricas y culturales, y propone abrir espacios para epistemologías indígenas, africanas y de otros colectivos tradicionalmente excluidos, permitiendo que cada comunidad defina y valore su propio conocimiento. (R'boul, 2020; Jordan; Hall, 2023)

Desde esta perspectiva, se fomenta la colaboración entre diferentes sistemas de saber, la justicia epistémica y la pluralidad (pluriversidad), evitando la imposición de un único modelo de verdad o validez. El paradigma intercultural anticolonial impulsa prácticas informacionales que sean culturalmente sensibles, localmente determinadas y orientadas a la justicia social, promoviendo la autodeterminación y el reconocimiento de la diversidad en la gestión y evaluación del lenguaje, la memoria y la información (Chilisa et al., 2017) y privilegia colectivos de pensamiento extra disciplinares donde la diversidad de conocimientos es una de las principales características de la interculturalidad y la justicia epistémica.

## **COLECTIVOS DE PENSAMIENTO Y ACUERDOS DE UNA MIRADA INTERCULTURAL ANTICOLONIAL A LAS CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN**

Ahora, cuando pienso en colectivos de pensamiento en el marco de un paradigma intercultural anticolonial, me atrevo a plantear que estos se han ido tejiendo artesanalmente y que ha respondido en Latinoamérica y particularmente en lengua castellana y portuguesa a un liderazgo de Colombia en esta propuesta epistémica que puede evidenciarse en el recuento histórico propuesto en el capítulo Bibliotecas desde Abya-Yala: una epistemología latinoamericana para la bibliotecología y la CI (Duque-Cardona, 2024), el cual deja ver que algunas de las primeras acciones al respecto datan del año 2012.

Imagen 1 - Circulo de la palabra. I Encuentro Internacional Bibliotecas desde Abya-Yala: sembrar la palabra para cosechar la vida



Fuente: archivo línea de investigación Instituciones de la memoria desde Abya-Yala

En ocasiones como contrargumento se expone que ya existía una perspectiva progresista y social de las Ciencias de la Información, y por supuesto, la misma es mucho más antigua y corresponde a una tradición que si bien se sitúa en compromiso con la justicia social, la equidad, la defensa de los derechos humanos, la democratización del acceso a la información y la participación activa en la transformación social ha sido trabajada en una mirada occidental y anglosajona mientras que el paradigma intercultural anticolonial prioriza una observación situada a Abya-Yala y propone una mirada vinculante con esta perspectiva, más no es idéntica a esta.

Y es en este orden que un colectivo de pensamiento latinoamericano, desde Abya-Yala, con un liderazgo visible de la Escuela Interamericana de Bibliotecología de la Universidad de Antioquia, Colombia ha buscado compartir, desarrollar y coordinar ideas, creencias o intenciones de manera conjunta, generando no solo producción académica, sino también acciones fácticas que van más allá de la simple suma de pensamientos individuales. Lo cual nos ha implicado la creación de estados mentales, intenciones o visiones compartidas y un ejercicio de caminar la palabra y conocer lo que venimos haciendo en la región en esta perspectiva dentro y fuera de los claustros académicos (Janković; Ludwig, 2020; Shteynberg et al., 2023; Allwood, 1997), para ello los Encuentros Internacionales de la línea han sido fundamentales.





c)



d)

Fuente: archivo línea de investigación Instituciones de la memoria desde Abya-Yala.

Así, este colectivo de pensamiento nace en Colombia, se extiende a Brasil y se ha ido diversificando al compás de colaboraciones, investigaciones y sobre todo encuentros presenciales vinculados a la iniciativa mencionada con colegas: bibliotecarixs, activistxs, profesionales, investigadorxs de países como Perú, México, Argentina, Chile, Venezuela, Estados Unidos, entre otras. Y por supuesto si bien tiene una génesis, trasciende la misma y se expande en un territorio mayor. Y si bien hay una especie de mente colectiva que sostiene ideas vinculadas al paradigma intercultural anticolonial alrededor de unas Ciencias de la Información desde Abya-Yala cada sujeto a partir de sus creencias y razonamientos propios, la interacción y el diálogo son fundamentales va aportando al tejido de un pensamiento conjunto (Shteynberg et al., 2023). Así, este colectivo de pensamiento es una comunidad que actúa y reflexiona de manera coordinada, permitiendo la cooperación, la toma de decisiones compartidas y la construcción de conocimiento colectivo (Allwood, 1997; Janković; Ludwig, 2020) y sobre todo intencionado a unas ciencias justas epistémicamente hablando.

En este orden el paradigma intercultural-anticolonial responde a un enfoque teórico y práctico que busca desafiar y transformar las estructuras de poder, conocimiento y relaciones sociales impuestas por el colonialismo, promoviendo el diálogo y la colaboración entre diferentes culturas en condiciones de equidad y respeto. Este paradigma critica la hegemonía del conocimiento occidental y aboga por la inclusión de saberes, perspectivas y experiencias de comunidades históricamente marginadas, especialmente pueblos indígenas y grupos subalternos, en la producción y validación del conocimiento (Fleuri, 2021; Schwartz-DuPre, 2017).

Imagen 3 - Inauguración. II Encuentro Internacional Bibliotecas desde Abya-Yala: encariñar con las palabras para criar comunidades



Fuente: archivo línea de investigación Instituciones de la memoria desde Abya-Yala

Desde esta perspectiva, se promueve la justicia social, la autodeterminación y la pluriversalidad, es decir, la coexistencia de múltiples formas de entender y vivir el mundo, sin que una cultura o sistema de conocimiento se imponga sobre los demás (Jordan; Hall, 2023; Fleuri, 2021). El paradigma intercultural-anticolonial implica también una revisión crítica de las prácticas académicas, organizacionales y sociales, invitando a la colaboración entre sistemas de conocimiento y a la construcción de relaciones más justas y recíprocas entre culturas (R'boul, 2020; Jordan; Hall, 2023).

## Imagen 4 - Inauguración. III Encuentro Internacional Bibliotecas desde Abya-Yala: sostener lo cotidiano



Fuente: archivo línea de investigación Instituciones de la memoria desde Abya-Yala

## **UNIDADES DE ANÁLISIS EPISTEMOLÓGICO EN LAS CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN: UN HILAR Y DESHILAR DEL CONOCIMIENTO**

Si partimos del dinamismo de la ciencia, y sobre todo de la tarea artesanal que implica investigar, las unidades de análisis epistemológico en las Ciencias de la Información se convierten en las puntadas que van llevando a un entramado que sustenta y en el cual se siembra, cosecha y cultiva unas Ciencias de la Información desde Abya-Yala

(...) En este sentido, la teoría de los estilos de pensamiento pretende dar cuenta del papel el componente social en el desarrollo histórico de las teorías y supone que son tres los elementos que intervienen en el desarrollo del

conocimiento, confiriéndole un carácter dinámico: la tradición, la formación y la costumbre (García-Sánchez, 2020, p.8).

Así, podemos comprender las unidades de análisis epistemológico como los elementos que se priorizan para ser estudiados y analizados y cuya elección está determinada por los supuestos teóricos y epistemológicos de un colectivo de investigación. En el caso del paradigma intercultural anticolonial el núcleo duro de las CI es: información, memoria y lenguaje como categorías que dan cuenta de una tradición, un presente y una prospectiva. Estas categorías por supuesto van en diálogo con marcos filosóficos, teóricos, extra teóricos y metodológicos fundamentales para un estilo de pensamiento desde Abya-Yala. (Joque, 2015; Calvo-Trias, 2024)

Es así como la definición de la unidad de análisis epistemológico implica decisiones sobre los límites externos (fronteras), las dinámicas internas o las interacciones entre agentes, y está profundamente ligada a la perspectiva epistemológica adoptada, ya que diferentes paradigmas pueden priorizar distintos tipos de unidades y formas de conceptualizarlas (Calvo-Trias, 2024; O'Brien; Lyman, 2002).

Para este caso, las unidades de análisis epistemológico son los elementos que se seleccionan para estudiar y comprender los fenómenos relacionados con la información, el lenguaje, la memoria en el marco de una intención de justicia epistémica e interculturalidad, la elección de los referentes, sin duda depende del paradigma epistemológico adoptado; por ello estos mismos conceptos pueden trabajarse desde diversos referentes o estilos de pensamiento. Tradicionalmente, bajo el positivismo, las unidades de análisis han sido entidades objetivas y medibles como documentos, colecciones, procesos de organización y recuperación de información, o el comportamiento observable de los usuarios

(Budd, 1995; Dick, 1999; Radford, 1998), mientras que en este caso LMI se comprenden como fenómenos sociales que dan vida a un paradigma intercultural anticolonial.

Tabla 3 - Una clasificación de las categorías según su estructuración, origen, agentes constructores y exigencias del campo

Según el potencial estructurante del campo	Tipos de categorías		
	Información	Memoria	Lenguaje
	Fundantes (vector de continuidad del campo).	Emergentes (vector de renovación y actualización del campo).	Críticas (vector de autonomización del campo).
Según su origen	Categorías propias de la tradición del campo (profesional y científica), surgen de tensiones suscitadas entre escuelas, autores, horizontes.	Categorías que surgen de tensiones que le plantean al campo las tendencias y las demandas sociales (culturales, educativas, económica, políticas).	Categorías que surgen de la exigencia de relaboración (científica y epistemológica) del campo, en relación con las tensiones entre paradigmas y vocaciones de hombre-mundo-conocimiento.
Según los agentes constructores del campo	Autoridades (personales, institucionales).	Sociedad, comunidades, grupos, gremios	Científicos, epistemólogos
Exigencias	Regreso diacrónico a las fuentes que han informado el campo.	Apertura sincrónica a lo nuevo que informa el campo.	Lectura de limitaciones y propuesta de proyectos que ajustan el campo.

Nota. Tomado de: Álvarez Zapata (2023).

## **DESAFÍOS, RETOS Y OPORTUNIDADES, DEL PARADIGMA INTERCULTURAL**

El paradigma intercultural anticolonial busca transformar las relaciones de poder que existen en el campo conocimiento científico y en la sociedad, a partir de la comprensión de la ciencia como un bien común, así como promover la justicia epistémica en relación con los saberes saqueados y excluidos provenientes de grupos históricamente marginados. Este enfoque desafía las estructuras coloniales y eurocéntricas, proponiendo el diálogo, la reciprocidad y la pluralidad de saberes como base para la convivencia y la educación. En este orden de idea sus principales desafíos y retos

- **Persistencia de estructuras coloniales:** las instituciones y políticas mantienen lógicas coloniales, dificultando la implementación real de enfoques anticoloniales e interculturales (Sabzalian, 2019; Jordan; Hall, 2023; Fleuri, 2021), de hecho, en instituciones de la memoria como archivos, bibliotecas, museos, entre otros, sigue siendo evidente la colonialidad en relación con la comprensión del patrimonio y su tensión con propuestas que subvierten el orden y el control.
- **Reduccionismo cultural:** Existe el riesgo de tratar la diversidad como una suma de diferencias superficiales, sin cuestionar las relaciones de poder ni la hegemonía cultural (Kim et al., 2025; Sabzalian, 2019) y desconociendo las interseccionalidades que impactan en cada sujeto y/o comunidad. Así que es necesario situar lo intercultural anticolonial exclusivamente con un vínculo étnico racial cuando este paradigma supera esta comprensión y la vincula con la diversidad en general.
- **Resistencia institucional y social:** Urge insistir en modificar las prácticas y mentalidades, lo que implica superar

resistencias en sistemas educativos, culturales, organizaciones y políticas públicas (Soye, 2023; Chaika, 2024), sin caer en la funcionalización del paradigma en relación con políticas estatales y acciones afirmativas, presentando avances que pueden llegar a ser superficiales pues no se modifica lo estructural.

Paralelamente este paradigma, también presenta posibilidades y oportunidades

- Pluralidad epistémica: Fomenta el reconocimiento de múltiples formas de conocimiento y la colaboración entre saberes indígenas, locales y occidentales (Jordan; Hall, 2023; Fleuri, 2021), este punto es muy importante puesto que la justicia epistémica busca un equilibrio entre ambos y reta a las Ciencias de la Información a que estos patrimonios estén presentes en la praxis disciplinar.
- Justicia social, epistémica y ambiental: Permite avanzar hacia sociedades más justas, reconociendo derechos, soberanía y agencia de los pueblos marginados (Sabzalian, 2019; Jordan; Hall, 2023; Fleuri, 2021) recalcando el sentido social de las Ciencias de la Información e insistiendo en porqué, para qué, con quiénes y desde dónde es necesario pensar las disciplinas.
- Innovación educativa y organizacional: Abre caminos para prácticas pedagógicas, evaluativas y organizacionales más inclusivas, críticas y transformadoras (Kim et al., 2025; Jordan; Hall, 2023; Sorkos; Hajisoteriou, 2020; Chaika, 2024) y nos reta a la vinculación de las Inteligencias Artificiales Generativas usadas a favor de la humanización.

Crear nuevos mundos donde la cultura y la natura no estén de espaldas. Uno de los principales desafíos que enfrenta este paradigma es la incorporación de derechos en una mirada y perspectiva no humana, como lo son los derechos de la naturaleza,

el vínculo entre cultura y natura, y la posibilidad de crear universos posibles.

De este modo el paradigma intercultural anticolonial enfrenta importantes desafíos estructurales y conceptuales, a la vez que ofrece oportunidades únicas para que las sociedades a las que aspiramos se asienten en valores de equidad, pluralidad y respeto de la diversidad y los saberes ancestrales. A la par que avanzamos en un dialogo que se descentre de lo humano, este es entre muchos el principal desafío hoy para lo cual el paradigma Intercultural anticolonial es fundamental.

### **NOTA DE USO ÉTICO DE LA IA**

El presente trabajo contó con la asistencia de la IA Consensus, únicamente como apoyo en la revisión, búsqueda y organización de información. Se aclara que el uso de la inteligencia artificial no tuvo como finalidad la producción autónoma de conocimiento ni la sustitución del proceso de escritura, sino que se empleó como herramienta de apoyo a labores investigativas.

Los contenidos conceptuales, testimoniales y bibliográficos que sustentan este trabajo provienen de autores, documentos y fuentes académicas verídicas, trabajados en el marco de la línea de investigación *Instituciones de la Memoria desde Abya-Yala: sociedades y culturas desde el Sur* y citados bajo la norma APA (7<sup>a</sup> edición).

En consecuencia, la responsabilidad académica e intelectual del presente trabajo recae en la investigadora, quien garantiza la transparencia, la honestidad y el rigor en su elaboración.

## REFERENCIAS

ÁLVAREZ ZAPATA, D. **El análisis tensional como estrategia de reflexión y diseño curricular** [documento de trabajo], 2023.

ALLWOOD, J. **Dialog as collective thinking**. Amsterdam: IOS Press, 1997.

BABICH, B. From Fleck's Denkstil to Kuhn's paradigm: conceptual schemes and incommensurability. **International Studies in the Philosophy of Science**, London, v. 17, p. 75 - 92, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02698590305236>. Acesso em: 10 out. 2025.

BLOOR, D. Some determinants of cognitive style in science. *In*: COHEN, Robert S.; SCHNELLE, Thomas. **Cognition and fact: materials on Ludwik Fleck**. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1986. p. 387-397. Disponível em: [https://doi.org/10.1007/978-94-009-4498-5\\_19](https://doi.org/10.1007/978-94-009-4498-5_19). Acesso em: 10 out. 2025.

BUCHWALD, J.; SMITH, G. Thomas S. Kuhn, 1922-1996. **Philosophy of Science**, Cambridge, v. 64, p. 361-376, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/392557>. Acesso em: 10 out. 2025.

BUDD, J. An epistemological foundation for library and information science. **The Library Quarterly**, Chicago, v. 65, p. 295-318, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/602799>. Acesso em: 10 out. 2025.

CALVO-TRIAS, M. In pursuit of the analytical unit. Island archaeology as a case study. **Cambridge Archaeological Journal**, Chicago, v. 34, p. 583-600, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0959774323000501>. Acesso em: 10 out. 2025.

ČERNÝ, J. Ludwik Fleck a současná filosofie vědy. **Teorie vědy / Theory of Science**, Praha, v. 32, n. 4, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.46938/tv.2010.52>. Acesso em: 10 out. 2025.

CHAIKA, O. Intercultural communication in multicultural education: strategies, challenges, and opportunities. **Mižnarodnij Filologičnij Časopis**. Kyiv, 2024. Disponível em: [https://doi.org/10.31548/philolog15\(1\).2024.012](https://doi.org/10.31548/philolog15(1).2024.012). Acesso em: 10 out. 2025.

CHILISA, B.; MAJOR, T.; KHUDU-PETERSEN, K. Community engagement with a postcolonial, African-based relational paradigm. **Qualitative Research**, London, v. 17, p. 326-339, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1468794117696176>. Acesso em: 10 out. 2025.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Intersectionality**. John Wiley & Sons, 2020.

CRENSHAW, K. W. Race, reform, and retrenchment: transformation and legitimation in antidiscrimination law. **Harvard Law Review**, v. 101, n. 7, p. 1331-1387, 1988.

DICK, A. Epistemological positions and library and information science. **The Library Quarterly**, Chicago, v. 69, p. 305-323, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/603091>. Acesso em: 10 out. 2025.

DUQUE CARDONA, N. ¿Ciencia de la información para qué y para quién? aproximación a los paradigmas de la ciencia de la información en el contexto universitario. *In*: CARDONA, ND; SILVA, FCG da. **Epistemologias latinoamericanas na biblioteconomia e ciência da informação: contribuições da Colômbia e do Brasil**. Florianópolis: Rocha; Selo Nyota. 2020. p. 45-71.

DUQUE-CARDONA, N. Bibliotecas desde Abya-Yala: una epistemología latinoamericana para la bibliotecología y la CI. 2024. *In: AMBROSINI, Cristina. Investigaciones en humanidades y artes: modulaciones epistemológicas VI: Nuevas epistemologías frente a desafíos actuales*. Remedios de Escalada, 2024. p. 259-273.

DUSSEL, E. **Historia de la filosofía y filosofía de la liberación**. Bogotá: Editorial Nueva América, 1994.

FADILAH, A.; MULYANA, M.; RAMADHAN, I.; HARIANTO, M. Thomas Kuhn's science paradigm. **Jurnal Penelitian Ilmu Ushuluddin**, Kota Bandung, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.15575/jpiu.27833>. Acesso em: 10 out. 2025.

FEYERABEND, P. K. **Tratado contra el método**. Madrid: Editorial Tecnos, 1992.

FLECK, L. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2009.

FLEURI, R. Interculturality, identity, and decoloniality. **Int. J. Inf. Syst. Soc. Chang.**, Hershey, Pennsylvania (USA), v. 12, p. 32-44, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4018/IJISSC.2021010104>. Acesso em: 10 out. 2025.

FRASER, N. **Escalas de justicia**. Barcelona: Herder Editorial, 2012.

GARCÍA SÁNCHEZ, C. “Ludwik Fleck: la teoría de los estilos de pensamiento y de los colectivos de pensamiento”. **Revista Colombiana de Filosofía de la Ciencia**, Bogotá, v. 20, n. 41, p. 147-167, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18270/rcfc.v20i41>. Acesso em: 10 out. 2025.

GIEDYMIN, J. Polish philosophy in the inter-war period and Ludwik Fleck's theory of thought-styles and thought-collectives. **Cognition and Fact. Boston Studies in the Philosophy of**

**Science**, Dordrecht, v. 87, p. 179-215, 1986. Disponível em: [https://doi.org/10.1007/978-94-009-4498-5\\_10](https://doi.org/10.1007/978-94-009-4498-5_10). Acesso em: 10 out. 2025.

GRZYBOWSKI, A. Ludwik Fleck (1896-1962) and his contribution to dermatology. **Clinics in dermatology**, Amsterdam, v. 30, n. 6, p. 663-7, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/J.CLINDERMATOL.2012.04.001>. Acesso em: 10 out. 2025.

GUHA, R.; SPIVAK, G. C. (org.). **Selected subaltern studies**. Oxford, 1988.

HARAWAY, D. Situated knowledges. Feminist theory reader. **Feminist Studies**. Richmond, VA, 1988. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780203873106-18>. Acesso em: 10 out. 2025.

HARAWAY, D. Otherworldly conversations; terran topics; local terms. **Science as culture**, v. 3, n. 1, p. 64-98, 1992.

JANKOVIĆ, M.; LUDWIG, K. Collective intentionality. Philosophy. **Oxford Bibliographies**. Oxford, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/obo/9780195396577-0411>. Acesso em: 10 out. 2025.

JARNICKI, P.; GREIF, H. The ‘Aristotle experience’ revisited: Thomas Kuhn meets Ludwik Fleck on the road to structure. **Archiv für Geschichte der Philosophie**, Berlin; Boston, v. 106, p. 313-349, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/agph-2020-0160>. Acesso em: 10 out. 2025.

JOQUE, J. From data to the creation of meaning part 1: unit of analysis as epistemological problem. **IASSIST Quarterly**, Edmonton, Canadá, v. 38, n. 2, p. 7, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.29173/IQ773>. Acesso em: 10 out. 2025.

JORDAN, L.; HALL, J. Framing anticolonialism in evaluation: bridging decolonizing methodologies and culturally responsive evaluation. **Journal of MultiDisciplinary Evaluation**, Michigan, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.56645/jmde.v19i44.769>. Acesso em: 10 out. 2025.

KHUN, T. **La estructura de las revoluciones científicas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1962.

KIM, H.; AWONUGA, T., KATREEB, M. Organizational justice as anticolonial intervention: intersectional and intercultural approaches. **Sociology Compass**. New Jersey, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/soc4.70039>. Acesso em: 10 out. 2025.

LI-YUN, Z. Situated Knowledge -- An Explanation of the Objectivity of Donna Haraway. **Studies in Dialectics of Nature**, Pequim, v. 11, p. 20-24, 2005. Disponível em: [https://www.oriprobe.com/journals/zrbzfyj/2005\\_11.html](https://www.oriprobe.com/journals/zrbzfyj/2005_11.html). Acesso em: 10 out. 2025.

MARCUM, J. **Thomas Kuhn's revolution: an historical philosophy of science**. London/New York: Continuum, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.5860/choice.43-4591>. Acesso em: 10 out. 2025.

MEYER, R.; KORNBERGER, M.; HÖLLERER, A. How cities think: thought style, thought collective, and the impact of strategy. In: STEELE, C. W. J.; *et al.* (org.). **Macrofoundations: exploring the institutionally situated nature of activity**. Leeds, England, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/s0733-558x20200000068004>. Acesso em: 10 out. 2025.

MÖBNER, N. Thought styles and paradigms—a comparative study of Ludwik Fleck and Thomas S. Kuhn. **Studies in History and Philosophy of Science**, Amsterdam, v. 42, p. 362-371, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/J.SHPSA.2010.12.002>. Acesso em: 10 out. 2025.

NUSSBAUM, M. C.; MOSQUERA, A. S. **Crear capacidades**. Barcelona: Paidós, 2012.

ORMAN, T. F. “Paradigm” as a central concept in Thomas Kuhn’s thought. **International Journal of Humanities and Social Science**, v. 6, n. 10, p. 47-52, 2016.

O’BRIEN, M.; LYMAN, L. The epistemological nature of archaeological units. **Anthropological Theory**, Thousand Oaks, Califórnia, v. 2, p. 37-56, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1463499602002001287>. Acesso em: 10 out. 2025.

PEINE, A. Challenging incommensurability: what we can learn from Ludwik Fleck for the analysis of configurational innovation. **Minerva**, London, v. 49, p. 489-508, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11024-011-9180-4>. Acesso em: 10 out. 2025.

PRISTIWANTI, Y. Paradigma Thomas Kuhn: revolusi ilmiah dan penerapan dalam bimbingan konseling. **Jurnal Konseling Gusjigang**, Jawa Tengah, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.24176/jkg.v9i2.11665>. Acesso em: 10 out. 2025.

R’BOUL, H. Postcolonial interventions in intercultural communication knowledge: meta-intercultural ontologies, decolonial knowledges and epistemological polylogue. **Journal of International and Intercultural Communication**, London, v. 15, p. 75-93, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17513057.2020.1829676>. Acesso em: 10 out. 2025.

RADFORD, G. Flaubert, Foucault, and the Bibliotheque Fantastique: toward a postmodern epistemology for library science. **Library Trends**, Baltimore, Maryland, v. 46, 1998. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ573966>. Acesso em: 13 out. 2025.

ROLIN, K. Situated knowledge and objectivity. *In*: CRASNOW, Sharon; INTEMANN, Kristen (org.). **The routledge handbook of feminist philosophy of science**, New York: Routledge, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780429507731-20>. Acesso em: 13 out. 2025.

SABZALIAN, L. The tensions between Indigenous sovereignty and multicultural citizenship education: toward an anticolonial approach to civic education. **Theory & Research in Social Education**, London, v. 47, p. 311-346, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00933104.2019.1639572>. Acesso em: 13 out. 2025.

SAK, J.; PAWLIKOWSKI, J. Medicine and thought-styles: on the 50th anniversary of the death of Ludwik Fleck (1896-1961). **The Israel Medical Association journal: IMAJ**, Ramat Gan, Israel, v. 14, n. 4, p. 214-8, 2012.

SANDOVAL, C.; LATORRE, G. Chicana/o activism: Judy Baca's digital work with youth of color. *In*: EVERETT, Anna (org.). **Learning race and ethnicity: youth and digital media**. Cambridge, MA: The MIT Press, 2008.

SCHWARTZ-DUPRE, R. Postcolonial approaches to intercultural communication. *In*: YUN, Kim Young (org.). **The international encyclopedia of intercultural communication**. London: Wiley-Blackwell, 2017. p. 1-5. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/9781118783665.ieicc0231>. Acesso em: 13 out. 2025.

SHTEYNBERG, G.; HIRSH, J.; WOLF, W.; BARGH, J.; BOOTHBY, E.; COLMAN, A.; ECHTERHOFF, G.; ROSSIGNAC-MILON, M. Theory of collective mind. **Trends in cognitive sciences**, Cambridge, MA, v. 27, n. 11, p. 1019-1031,

2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.tics.2023.06.009>. Acesso em: 13 out. 2025.

SIMANDAN, D. Revisiting positionality and the thesis of situated knowledge. **Dialogues in Human Geography**, v. 9, n. 2, p. 129-149, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2043820619850013>. Acesso em: 13 out. 2025.

SONG, C. Ludwik Fleck and history of science: ‘thought collective’ and ‘thought style’. **Korean Journal of German Studies**, v. 44, p. 215-243, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17995/kjgs.2020.8.44.215>. Acesso em: 13 out. 2025.

SORKOS, G.; HAJISOTERIOU, C. Sustainable intercultural and inclusive education: teachers’ efforts on promoting a combining paradigm. **Pedagogy, Culture & Society**, London, v. 29, n. 4, p. 517-536, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14681366.2020.1765193>. Acesso em: 13 out. 2025.

SOYE, E. I and Thou? Challenges to dialogical pedagogy in a diverse London secondary school. **British Educational Research Journal**, London, v. 50, n.1, p. 183-199, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/berj.3919>. Acesso em: 13 out. 2025.

SPIVAK, G. C. Postcolonial theory and the specter of capital. **Cambridge Review of International Affairs**, London, v. 14, n. 1, p. 184-198, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09557571.2014.877262>. Acesso em: 13 out. 2025.

STEINERT, T. Psychiatry needs a new paradigm. **Acta Psychiatrica Scandinavica**, New Jersey, v. 141, n. 6, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/acps.13160>. Acesso em: 13 out. 2025.

TRÄCHTLER, J. The world as witty agente - Donna Haraway on the object of knowledge. **Frontiers in Psychology**, Bruxelas, v. 15, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2024.1389575>. Acesso em: 13 out. 2025.

ULRICH, J. [Ludwik Fleck (1896-1961), bacteriologist and scientific theorist: science grows with collective thinking]. **Gesnerus**, v. 49, pt. 1, p. 11-20, 1992.

WALSH, C. Interculturalidad crítica y educación intercultural. **Construyendo interculturalidad crítica**, v. 75, n. 96, p. 167-181, 2010.

WRAY, K. B. Kuhn, Thomas and scientific paradigms. *In*: **THE BLACKWELL ENCYCLOPEDIA OF SOCIOLOGY**, London: Wiley-Blackwell, 2007. p. 1-3. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/9781405165518.wbeosk016.pub2>. Acesso em: 13 out. 2025.

ZARTA-ROJAS, F. A. El rizoma literario: lo performativo del sujeto. **Enunciación**, [S. l.], v. 27, n. 1, 2022. p. 45-55.

ZITTEL, C. Ludwik Fleck and the concept of style in the natural sciences. **Studies in East European Thought**, London, v. 64, p. 53-79, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/S11212-012-9160-8>. Acesso em: 13 out. 2025.

Como citar:

DUQUE-CARDONA, Natalia. Paradigma intercultural anticolonial para las ciencias de la información: una propuesta desde Abya-Yala. *In*: SALDANHA, Gustavo Silva. (org.). **A Ciência da Informação documental no espaço ibero-americano: abordagens contemporâneas e perspectivas**. Brasília: Editora Ibict, 2025. p. 11-44. DOI: <https://doi.org/10.22477/9788570132345.cap1>

## Capítulo 2

# DA VISÃO PARADIGMÁTICA AO EXERCÍCIO TEÓRICO-PRÁTICO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: O CASO DE PORTUGAL

Fernanda Ribeiro

### **BREVE PANORÂMICA DA EVOLUÇÃO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO EM PORTUGAL**

Portugal é um dos países no mundo onde mais cedo se iniciou a formação superior em Documentação/Informação. Efetivamente, o Decreto de 29 de dezembro de 1887, que criou a Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos, instituiu, no seu art. 13º, um Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista, cujo currículo era constituído por matérias de História Nacional e Universal, Filologia, Literatura latina e grega e Literatura moderna (integradas no Curso Superior de Letras) e pelas disciplinas de Diplomática, Numismática e Bibliologia (ministradas na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo). Em 22 de março de 1911, com a criação da Universidade de Lisboa, o Curso Superior de Letras foi absorvido pela nova Faculdade de Letras e,

assim, uma parte importante do Curso de Bibliotecário-Arquivista foi transferida para a esfera universitária, embora as temáticas mais técnicas e de formação especializada continuassem a ser ministradas no Arquivo da Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional, até que, em 1918, o Curso ficou integralmente sob a tutela da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Era um curso superior, com duração de três anos, que oferecia uma formação profissional especializada, mas não conferia o grau de licenciatura. Tinha a particularidade de formar simultaneamente bibliotecários e arquivistas, modelo muito pouco comum na época (e ainda hoje não muito habitual) em outros países da Europa e nos Estados Unidos.

Os desenvolvimentos posteriores à instauração de um novo regime político de cariz ditatorial, em 1926, introduziram mudanças significativas na estrutura e na natureza do Curso. Assim, em 1931, o Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista foi modificado e tornou-se um curso “exclusivamente profissional”, com duração de dois anos e dependente da Inspeção de Bibliotecas e Arquivos, passando a ser uma pós-graduação. Mas esta alteração teve vida curta e, em 1935, a formação superior de bibliotecários e arquivistas, de nível pós-graduado, voltou à universidade, desta feita à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, por ser considerado que aí havia recursos essenciais ao ensino das disciplinas de teor mais prático. Esta remodelação manteve a estrutura curricular em dois anos e acrescentou um estágio com a duração de seis meses. No primeiro ano do curso, eram lecionadas as disciplinas de Paleografia e Diplomática, Numismática e Esfragística, Bibliografia e Biblioteconomia e, no segundo ano, um Curso de Especialização em Paleografia e a disciplina de Arquivologia.

O Curso de Bibliotecário-Arquivista manteve-se em vigor até 1982, ano em que foi extinto e substituído pelo Curso de

Especialização em Ciências Documentais (CECD). Durante quase 100 anos, o Curso de Bibliotecário-Arquivista fora praticamente a única formação para os profissionais de documentação/informação em Portugal<sup>1</sup>, tendo mantido a característica, muito singular, de proporcionar uma formação integrada tanto para arquivistas, como para bibliotecários.

O novo CECD iniciou o seu funcionamento nas Faculdades de Letras da Universidade de Coimbra e da Universidade de Lisboa, em 1983, e na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 1985. Este modelo formativo introduziu uma mudança estrutural, que se traduziu na separação da formação dos arquivistas da dos bibliotecários/documentalistas, por meio da criação de duas “opções” distintas no segundo ano do curso. Todavia, apesar desta alteração, continuou a constituir-se como a formação única e indispensável para quem quisesse exercer atividade profissional em Arquivos ou Bibliotecas/Centros de Documentação da administração pública.

Apesar de ter a designação de “curso de especialização”, o CECD era, na realidade, um curso de formação inicial, pois até 2001 não existia em Portugal formação superior, ao nível da licenciatura, nesta área do conhecimento. O modelo do CECD teve larga expansão em Portugal, sobretudo depois do ano 2000, tanto em universidades públicas quanto em privadas (Pinto, 2008), que recorriam a profissionais das bibliotecas e dos arquivos para, em regime de *part-time*, lecionarem as disciplinas de caráter mais técnico. Embora fosse o único modelo de formação, começou a

---

<sup>1</sup> Excetua-se, entre 1969 e 1974, o funcionamento em Lisboa de um “Estágio Técnico”, destinado à preparação de bibliotecários, arquivistas e documentalistas, o qual conferia igualmente habilitação própria para o desempenho destas funções na administração pública, as quais, até então, somente podiam ser asseguradas por diplomados com o curso de bibliotecário-arquivista.

ser alvo de críticas por parte da comunidade profissional da área BAD (Biblioteca, Arquivo e Documentação), quase logo após a sua institucionalização, devido fundamentalmente a:

- falta de formação prévia, ao nível da licenciatura;
- falta de docentes de carreira académica na esmagadora maioria das universidades onde existia o curso;
- desatualização dos conteúdos lecionados.

A larga implantação que teve em muitas das universidades portuguesas, públicas e privadas, não fez com que este modelo formativo contribuísse para consolidar a área do ponto de vista académico e científico, não só pelo facto de serem escassos os docentes de carreira académica, como também porque a investigação científica era praticamente inexistente, uma vez que os docentes exerciam uma atividade profissional fora da academia e não tinham condições, nem tempo, para se dedicarem à investigação. Na verdade, até 2001, a formação em Portugal era essencialmente de cariz profissional e destinava-se a preparar técnicos para exercerem funções em bibliotecas, arquivos e centros de documentação, maioritariamente na administração pública.

## **A TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

A criação da Licenciatura em Ciência da Informação (CI) na Universidade do Porto marca um momento muito importante no campo da formação na área, não só porque foi assumida, pela primeira vez, a designação de “Ciência da Informação”, mas também porque com ela se iniciaram os estudos em CI no ensino superior universitário, em igualdade de circunstâncias com as licenciaturas de todos os outros campos do saber. Foi, realmente, uma mudança de paradigma no verdadeiro sentido do termo,

devidamente fundamentada em estudo, pensamento crítico e debate prévio, sobre o estatuto epistemológico e científico da área, levados a cabo por docentes de várias universidades em que era ministrada formação segundo o modelo CECD.

Alguns autores têm refletido sobre a questão dos paradigmas que permitem caracterizar a evolução e a maturidade do campo científico da Documentação/Informação, dos quais selecionamos José Maria Izquierdo Arroyo e Rafael Capurro, pela sua importância para esta questão<sup>2</sup>.

Num estudo sobre o contributo de Paul Otlet para a Ciência da Informação, intitulado *La Organización documental del conocimiento*, José Maria Izquierdo Arroyo (1995) identifica três paradigmas a partir do pensamento do autor do *Traité de la Documentation* (Otlet, 1934), a saber: o *paradigma biblioteconómico ou pré-documental*; o *paradigma atual ou a Ciência Normal da Documentação*; e o *paradigma semiótico-documental ou interdocumental*. O autor distingue os três paradigmas de acordo com a sequência histórica que tiveram e em relação com sete fases de investigação: “0.<sup>a</sup> Conservación físico-topológica de documentos; 1.<sup>a</sup> Acopio pertinente y exhaustivo de documentos; 2.<sup>a</sup> Lectura de cada documento de 1.<sup>a</sup>; 3.<sup>a</sup> Segmentación interna de cada documento, produciendo fichascitas (textuales, o condensadas) depositables en un fichero; 4.<sup>a</sup> Esquematzación de segmentos tomados de 3.<sup>a</sup>; 5.<sup>a</sup> Cotejo y contrastación de segmentos y/o de esquemas teóricos derivados de su síntesis (3.<sup>a</sup>/4.<sup>a</sup>); 6.<sup>a</sup> Creatividad: establecimiento de nuevas relaciones, combinaciones, etc., para la elaboración de nuevos documentos, a partir de 5.<sup>a</sup>” (Izquierdo Arroyo, 1995, p. 19-20).

---

<sup>2</sup> Não cabe neste texto um desenvolvimento da questão dos paradigmas na Ciência da Informação, pelo que remetemos os leitores para abordagens mais aprofundadas: Silva e Ribeiro, 2012; Ribeiro e Silva, 2016.

Izquierdo Arroyo analisa detalhadamente o pensamento de Paul Otlet, que considera como fundador de uma ciência distinta da Biblioteconomia e da Bibliologia (situadas no paradigma biblioteconómico ou pré-documental), pelo que a criação e a institucionalização da Ciência Normal da Documentação correspondem, na sua opinião, a um novo paradigma científico-profissional. Por último, considera uma nova fase em que existe uma plena correspondência entre a atividade de investigação (ciência) e a atividade do moderno documentalista, em que são postas em prática as ideias visionárias de Paul Otlet.

Numa outra linha de pensamento, coloca-se Rafael Capurro, cujas posições podem ser apreciadas no texto da palestra proferida em novembro de 2003, no V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, realizado em Belo Horizonte, Brasil (Capurro, 2003) e no qual identifica três paradigmas: um *paradigma físico*; um *paradigma cognitivo*; e um *paradigma pragmático e social*.

A tese de Capurro, seguindo as suas próprias palavras, é que a Ciência da Informação surge em meados do século XX com um paradigma físico, que tem na sua raiz a “Teoria Matemática da Informação” de Claude Shannon e Warren Weaver e a “Cibernética” de Norbert Wiener, formuladas em meados do século XX. Este paradigma, aplicado ao campo da CI, exclui “nada menos que o papel ativo do sujeito cognoscente ou, de forma mais concreta, do usuário, no processo de recuperação da informação científica, em particular, bem como em todo processo informativo e comunicativo, em geral. Não por acaso, essa teoria refere-se a um “receptor” (*receiver*) da mensagem. Não é de se estranhar que os limites dessa metáfora hajam conduzido ao paradigma oposto, o cognitivo” (Capurro, 2003).

O terceiro paradigma – *pragmático e social* – constitui uma reação contra o cognitivo, ou seja, contra a ideia de considerar a informação desligada do utilizador condicionado pelo mundo em que ele realmente se situa e age.

Uma apreciação crítica destes paradigmas foi apresentada por Silva e Ribeiro (2012), considerando, nomeadamente, as propostas de Capurro, essencialmente como teorias, e de uma forma geral como uma perspectiva de abordagem cumulativa e fragmentária, que não vai ao encontro na noção de paradigma tal como foi formulada por Thomas Kuhn (2000).

Numa perspectiva diferenciada e mais próxima da formulação de Kuhn, que tem um caráter mais “evolucionista” e não fragmentário, Armando Malheiro da Silva e a autora, num ensaio intitulado *Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação* (Silva e Ribeiro, 2002), que deu suporte epistemológico e teórico à criação da Licenciatura em CI na Universidade do Porto, identificaram e caracterizaram dois paradigmas – o *paradigma historicista, custodial, patrimonialista e tecnicista* e o *paradigma pós-custodial, científico e informacional* –, que se abordam de seguida.

A designação e caracterização dos referidos paradigmas partem da seguinte definição operativa: “paradigma - consiste genericamente numa forma de ver/pensar e agir comum a uma grande maioria de cientistas (dentro de seu campo disciplinar específico) de diferentes línguas e nacionalidades distribuídos por mais de uma geração”. Nesta conformidade, podemos então enunciar os traços essenciais e a caracterização de cada um dos mencionados paradigmas.

## **Paradigma historicista, custodial, patrimonialista e tecnicista**

No que toca à afirmação e formação profissional, que tiveram início em meados do século XIX, importa salientar o seguinte:

- A formação é obtida no âmbito de instituições (Bibliotecas e Arquivos Nacionais);

- Verifica-se uma disseminação do modelo francês, instituído com a criação da École Nationale des Chartes em 1821;
- A formação é ministrada pelas associações profissionais (sobretudo a partir do início do século XX), sendo raros os casos de formação universitária;
- A formação tem um enquadramento histórico, erudito e científico, sendo baseada nas questões da custódia e da elaboração de instrumentos de pesquisa para apoiar, essencialmente, o trabalho dos historiadores.

O modelo francês, custodial, histórico-positivista e patrimonialista ganhou novos matizes a partir do final do século XIX, verificando-se um aprofundamento da componente técnica e uma crescente autonomização da Arquivística, da Biblioteconomia e da Museologia em relação à História, afirmando-se como disciplinas de saber individualizado.

No que diz respeito à investigação, neste paradigma ela é praticamente inexistente, aspeto que Delgado López-Cózar (2002) lucidamente identificou ao afirmar que “no desenvolvimento da ByD [biblioteconomia e documentação], a teoria seguiu a prática, não a dirigiu nem a guiou. A pesquisa, em particular, e a ByD como disciplina, em geral, têm suas raízes na prática bibliotecária” (Delgado López-Cozar, 2002, p. 24).

Não existindo uma fundamentação teórico-metodológica, capaz de apoiar o trabalho do investigador, a atividade prática não tem, naturalmente, um estatuto de cientificidade, resumindo-se antes a uma aplicação de técnicas e normas procedimentais. Com efeito, a atividade profissional domina as atividades. O trabalho dos bibliotecários, arquivistas, museólogos e documentalistas baseia-se, sobretudo, na aplicação de normas e regras técnicas, sem o respaldo de teorias interpretativas e de métodos de pesquisa

qualitativa e quantitativa, característicos das Ciências Sociais e Humanas.

Recorrendo à obra de Silva e Ribeiro (2002), já referida, podemos então enunciar as características que identificam o paradigma custodial, histórico-patrimonialista e tecnicista:

- Sobrevalorização da custódia ou guarda, conservação e restauração dos suportes;
- Serviço/missão custodial e público de Arquivo, Biblioteca e Museu, com a preservação da cultura “erudita”;
- Ênfase na memória como fonte legitimadora do Estado-Nação e na cultura como reforço identitário do mesmo Estado;
- Importância crescente do acesso ao “conteúdo” (legado tecnicista de Paul Otlet e Henri La Fontaine);
- Desenvolvimento de serviços/instituições públicas (Arquivos, Bibliotecas, Museus) e de um forte espírito corporativo que promove a confusão entre prática profissional e ciência.

## **Paradigma pós-custodial, informacional e científico**

No que concerne à formação superior universitária (iniciada com a licenciatura e com progressão para o mestrado e o doutoramento), esta deve seguir um desenho curricular que procura eliminar as separações artificiais verificadas na formação tradicional de arquivistas, bibliotecários/documentalistas e museólogos. Esta perspetiva unitária busca, também, fazer a síntese com a área dos Sistemas (tecnológicos) de Informação,

tendo as Organizações em geral como seu campo privilegiado, porque muito vasto, de trabalho e de profissionalização.

A investigação não pode ser separada dos fundamentos teóricos (com preferência pela Teoria Sistêmica (Mella, 1997)) nem da questão metodológica (Método Quadripolar (De Bruyne, Herman, De Schoutheete, 1974)), devendo conduzir ao desenvolvimento de projetos de pesquisa teórica e aplicada e a formação de nível pós-graduado (mestrado e doutorado). A componente teórica dá, naturalmente, suporte à prática profissional, que se desenrola com novas formas de intervenção. Podemos, a título ilustrativo, citar como exemplos:

- a valorização do contexto em que a informação é produzida;
- a análise dos fluxos e usos da informação;
- o estudo do comportamento informacional, tendo em conta as questões psicológicas e cognitivas;
- o entendimento dos procedimentos técnico-normativos como operações metodológicas e não como um fim em si mesmos.

Também no caso do paradigma pós-custodial, informacional e científico, podemos enunciar de forma sintética as suas características essenciais, em consonância com a obra de Silva e Ribeiro (2002), já antes referida:

- Valorizar a informação como fenómeno humano e social;
- Considerar o dinamismo informacional em oposição à “imobilidade” documental;
- Dar prioridade absoluta ao acesso à informação, uma vez que só o acesso legitima a custódia e a conservação;

- Questionar, compreender e explicar/conhecer a informação social por meio de modelos teórico-científicos;
- Adotar uma postura alinhada com as Ciências Sociais e comprometida com a compreensão do social e do cultural, com evidentes implicações nos modelos de formação;
- Substituir a lógica instrumental por uma lógica científico-compreensiva.

Esta caracterização do paradigma pós-custodial, informacional e científico, que aqui brevemente traçamos, remetendo o leitor para os trabalhos de maior fôlego em que esta problemática foi abordada (Silva e Ribeiro, 2002; 2012), sustenta a visão adotada na Universidade do Porto aquando da implementação de um novo modelo formativo, iniciado com a Licenciatura em Ciência da Informação, criada em 2001, de que nos ocuparemos no ponto seguinte.

## **DA VISÃO PARADIGMÁTICA AO MODELO DE FORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PORTO**

A Licenciatura em Ciência da Informação (LCI) resultou da conjugação de esforços de duas Faculdades da Universidade do Porto que já possuíam experiência na área: a Faculdade de Letras, onde existia o Curso de Especialização em Ciências Documentais (CECD) desde 1985; e a Faculdade de Engenharia, que ministrava um Mestrado em Gestão da Informação (MGI) desde 1997.

A LCI, criada em 2001, foi a primeira licenciatura na área da Ciência da Informação numa universidade portuguesa e também o primeiro curso superior a adotar a designação de “Ciência da Informação”, nome que, simbólica e efetivamente, procurou evidenciar a mudança de paradigma que esteve subjacente à sua

conceção e que em traços gerais enunciámos no ponto anterior. A licenciatura surgiu como resposta ao desatualizado CECD e foi precedida de uma profunda reflexão sobre a área da Ciência da Informação, seus fundamentos teóricos e epistemológicos, levada a cabo por docentes de várias universidades portuguesas, que lecionavam nos CECD ou na área de Sistemas de Informação (Silva e Ribeiro, 2002). Foi em resultado deste trabalho que começou a tomar forma um novo modelo de formação, atualizado e inovador, com óbvias consequências para o desenho do plano curricular da licenciatura (ver Anexo 1) que viria ser a primeira no País.

Uma das inovações que a LCI introduziu foi a formação integrada para arquivistas, bibliotecários/documentalistas e museólogos (Ribeiro, 2007), numa *perspetiva unitária* que eliminou a separação tradicional e artificial entre as áreas de Arquivo e de Biblioteconomia e Documentação, existentes nos CECD, e acrescentou valor ao fazer a síntese com a área dos Sistemas Tecnológicos de Informação. Nesta perspetiva, o desenho do plano de estudos desenvolve-se em torno da *área científica nuclear* (a Ciência da Informação), que de forma transdisciplinar agrega e funde as subáreas anteriores, agora consideradas como disciplinas aplicadas dentro da CI, e de algumas *áreas científicas complementares*, que se articulam de forma interdisciplinar com a CI, a saber: as Ciências da Computação e as Ciências Humanas e Sociais (incluindo as Ciências da Administração e da Gestão, as Ciências da Comunicação, as Ciências da Linguagem, o Direito, a História, a Filosofia), como se ilustra no diagrama seguinte.

Figura 1 - Diagrama da construção trans e interdisciplinar da Ciência da Informação



Fonte: Silva (2006, p. 28)

A LCI da Universidade do Porto, embora tenha uma matriz humanista e social, possui uma forte componente tecnológica e está muito direccionada para os desafios da gestão da informação em qualquer contexto organizacional. À medida que foi sendo conhecida, despertou grande interesse, tanto por parte dos estudantes que concluem o ensino secundário quanto por parte das organizações que procuram os serviços de profissionais da informação. Esta procura tem vindo a revelar-se cada vez mais acentuada, dada a necessidade premente de gerir e avaliar informação nos diversos contextos organizacionais, e prevê-se que continue a crescer, fruto do impacto da Inteligência Artificial na produção, organização e gestão da informação.

O modelo formativo iniciado com a criação da LCI progrediu para os níveis de mestrado e de doutoramento e alargou-se a outras Universidades, havendo hoje vários cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento com designações semelhantes e com desenhos curriculares em parte similares. Importa, contudo, assinalar que, a Universidade do Porto tem feito uma evolução no sentido da consolidação de um campo científico mais amplo, o das Ciências da Comunicação e Informação, cujo objeto de estudo se foca no fenómeno e processo infocomunicacional (Ribeiro e Silva, 2018).

A formação em CI em Portugal, na atualidade, distribui-se da seguinte forma:

Figura 2 - Instituições portuguesas que ministram formação em CI

Instituição	Curso
Instituto Politécnico do Porto – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto	Licenciatura em Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação
Instituto Politécnico do Porto – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto	Mestrado em Informação Empresarial
Universidade de Coimbra – Faculdade de Letras	Licenciatura em Ciência da Informação
Universidade de Coimbra – Faculdade de Letras	Mestrado em Ciência da Informação
Universidade de Coimbra – Faculdade de Letras	Doutoramento em Ciência da Informação
Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras	Mestrado em Ciências da Documentação e Informação

Instituição	Curso
Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras	Doutoramento em Ciência da Informação
Universidade do Porto – Faculdade de Letras e Faculdade de Engenharia	Licenciatura em Ciência da Informação
Universidade do Porto – Faculdade de Engenharia e Faculdade de Letras	Mestrado em Ciência da Informação
Universidade do Porto – Faculdade de Letras	Doutoramento em Ciências da Comunicação e Informação

Fonte: a autora.

## REFLEXÕES FINAIS

No corrente ano de 2025, está a decorrer em Portugal a avaliação dos cursos de CI pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. Este processo constitui uma excelente oportunidade para se repensarem planos de estudos e se fazer uma reflexão sobre os desafios a enfrentar nesta área, nos próximos seis anos<sup>3</sup>.

O acelerado desenvolvimento da Inteligência Artificial e o uso democratizado de ferramentas como o ChatGPT, assim como as alterações nos modos de trabalho e de vida, nas relações sociais e nos processos infocomunicacionais, tornam urgente uma reflexão profunda sobre o futuro da CI e sobre a formação académica que é necessário ministrar para fazer face aos novos desafios societais. Muitas das tarefas técnicas de processamento e organização de informação serão inevitavelmente realizadas por

---

<sup>3</sup> Em Portugal, a avaliação dos cursos no ensino superior realiza-se a cada seis anos e é no quadro desse processo de avaliação que é possível fazer alterações curriculares e atualizações de conteúdos programáticos.

não-humanos. Mas isso não significa que a sua aprendizagem deva ser abolida dos currículos dos cursos de CI, pois todas as problemáticas e atividades inerentes à gestão da informação nas organizações, implicando avaliação, seleção, eliminação e decisões sobre o que preservar para memória futura, continuarão a não dispensar a intervenção humana. Por outro lado, os especialistas em gerir informação terão certamente lugar nas equipas que desenvolvem os sofisticados algoritmos, para ajudarem a otimizá-los de forma cada vez mais fiável e sustentada. Acreditamos, pois, que as competências de organização e gestão de informação serão cada vez mais indispensáveis no futuro (já presente) mundo digital em que nos movemos e no qual a informação verdadeira e útil terá, indubitavelmente, um valor inestimável.

## REFERÊNCIAS

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (Enancib), 5., Belo Horizonte, 2003. **Anais [...]** Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: [http://www.capurro.de/enancib\\_p.htm](http://www.capurro.de/enancib_p.htm). Acesso em 13 abr. 2025.

DE BRUYNE, Paul; HERMAN, Jacques; DE SCHOUTHEETE, Marc. **Dynamique de la recherche en sciences sociales de pôles de la pratique méthodologique**. Paris: P.U.F., 1974.

DELGADO LÓPEZ-CÓZAR, Emílio. **La Investigación en biblioteconomía y documentación**. Gijón: Ediciones Trea, 2002.

IZQUIERDO ARROYO, José Maria. **La Organización documental del conocimiento: I/1. El marco documental**. 2. ed. Madrid: Tecnidoc, 1995.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

MELLA, Piero. **Dai Sistemi al pensiero sistemico: per capire i sistemi e pensare con i sistemi**. Milano: Franco Angeli, 1997.

OTLET, Paul. **Traité de Documentation: le livre sur le livre**. Bruxelles: Editions Mundaneum, 1934.

PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo. A Formação em informação e documentação: Portugal na contemporaneidade. **Páginas a&b**: arquivos e bibliotecas. 2ª série. 1, 7-62, 2008.

RIBEIRO, Fernanda. An integrated perspective for professional education in Libraries, Archives and Museums: a new paradigm, a new training model. **Journal of Education for Library and Information Science**. Chicago. 48:2, 116-124, 2007.

RIBEIRO, Fernanda; SILVA, Armando Malheiro da. - The Interdisciplinary field of Information and Communication: a preliminary study on the current structure of iSchools. In.: COLLOQUE ISKO FRANCE 2017, 11<sup>e</sup>, Paris, 2017 - **Fondements épistémologiques et théoriques de la Science de l'Information-Documentation** : actes... Widad Mustafa El Hadi (Coord.). London: ISTE Editions, 2018.

RIBEIRO, Fernanda; SILVA, Armando Malheiro da. The Epistemological maturity of Information Science and the debate around the paradigms. In: KELLY, M.; BIELBY, J. (eds.). **Information cultures in the digital age**: a festschrift in honor of Rafael Capurro. Springer, 2016. p. 111-124. DOI 10.1007/978-3-658-14681-8.

SILVA, Armando Malheiro da. **A Informação**: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico. Porto: Edições Afrontamento; CETAC.COM, 2006.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. Documentation / Information and their paradigms: characterization and importance in research, education, and professional practice. **Knowledge Organization**, [s.l.], v. 39, n. 2, p. 111-124, 2012.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

## ANEXO 1

**Plano de estudos da Licenciatura em Ciência da Informação**

<b>1º ano – 1º semestre</b>	<b>1º ano – 2º semestre</b>
História da Cultura (FLUP)	Fundamentos de Gestão (FEUP)
Introdução aos Sistemas e Ciência da Informação (FEUP)	História da Administração Pública (FLUP)
Lógica (FLUP)	Inglês Técnico (FLUP)
Pensamento Computacional (FEUP)	Linguística (FLUP)
Técnicas de Expressão e de Comunicação (FLUP)	Sistemas Computacionais e de Comunicação (FEUP)
<b>2º ano – 1º semestre</b>	<b>2º ano – 2º semestre</b>
Estatística (FEUP)	Comportamento Informacional (FLUP)
Fontes de Informação e Serviços de Referência (FEUP)	Controlo de Autoridade e Indexação (FLUP)
Meta-informação Descritiva (FLUP)	Informação para a Internet (FEUP)
Noções Fundamentais de Direito (FLUP)	Sistemas de Informação nas Organizações (FEUP)
Teoria e Metodologia da Ciência da Informação (FLUP)	Opção 1
<b>3º ano – 1º semestre</b>	<b>3º ano – 2º semestre</b>
Análise de Sistemas de Informação (FEUP)	Bases de Dados (FEUP)
Gestão da Informação (FEUP)	Preservação e Conservação (FLUP)
Recuperação da Informação (FEUP)	Sistemas de Apoio à Decisão (FEUP)
Serviços de Arquivo, Biblioteca e Museu (FLUP)	Projeto (desenvolvido em organizações externas)
Opção 2	

FLUP - Faculdade de Letras da Universidade do Porto - FEUP -  
Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

**Unidades curriculares (UC) optativas:**

Opção 1:

Comunicação Organizacional

Ética da Informação

Tecnologia Multimédia

Qualquer outra UC da Universidade do Porto

Opção 2:

Gestão de Projetos e Plano de Negócios

Serviços de Informação Empresarial

**Disponível em:**

[https://sigarra.up.pt/flup/pt/cur\\_geral.cur\\_view?pv\\_ano\\_lectivo=2024&pv\\_origem=CUR&pv\\_tipo\\_cur\\_sigla=L&pv\\_curso\\_id=454](https://sigarra.up.pt/flup/pt/cur_geral.cur_view?pv_ano_lectivo=2024&pv_origem=CUR&pv_tipo_cur_sigla=L&pv_curso_id=454).

**Acesso em: 10 out. 2025**

## ANEXO 2

**Plano de estudos do Mestrado em Ciência da Informação**

<b>1º ano – 1º semestre</b>	<b>1º ano – 2º semestre</b>
Gestão do Conhecimento e Colaboração (FEUP)	Análise de Conteúdo e Indexação (FLUP)
Representação do Conhecimento (FEUP)	Direito da Informação (FLUP)
3 UC optativas de: - Análise e visualização de dados (FEUP) - Informação e Comunicação Científica (FLUP) - Interação pessoa-computador (FEUP) - Psicologia Cognitiva (FLUP) - Segurança da Informação (FEUP) - Qualquer outra UC da Universidade do Porto	3 UC optativas de: - Arquitetura da Informação (FEUP) - Arquivos e Bibliotecas Digitais (FEUP) - Engenharia de Requisitos de Sistemas de Informação (FEUP) - Gestão da Informação em Redes Sociais (FEUP) - Gestão de Dados de Investigação (FEUP) - Qualquer outra UC da Universidade do Porto
<b>2º ano – 1º semestre</b>	<b>2º ano – 2º semestre</b>
Consultoria em Gestão da Informação (FEUP)	Dissertação / Projeto
Metodologia da Investigação (FLUP+FEUP)	
1 UC optativa de: - Preservação Digital (FEUP) - Sistemas de Informação Analíticos (FEUP) - Sociedade da Informação (FEUP)	
Dissertação / Projeto	

FLUP - Faculdade de Letras da Universidade do Porto. FEUP - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Disponível em: [https://sigarra.up.pt/feup/pt/cur\\_geral.cur\\_view?pv\\_ano\\_lectivo=2024&pv\\_origem=CUR&pv\\_tipo\\_cur\\_sigla=M&pv\\_curso\\_id=737](https://sigarra.up.pt/feup/pt/cur_geral.cur_view?pv_ano_lectivo=2024&pv_origem=CUR&pv_tipo_cur_sigla=M&pv_curso_id=737). Acesso em: 10 out. 2025

## ANEXO 3

**Plano de estudos do Programa Doutoral em Ciências da  
Comunicação e Informação (FLUP)**

<b>1º ano – 1º semestre</b>	<b>1º ano – 2º semestre</b>
Paradigmas e Problemáticas da Comunicação e Informação	Análise e Extração de Dados
3 UC optativas de: - Comportamento Infocomunicacional - Comunicação Estratégica, Políticas e Sociedade - Estudos Avançados de Media e Jornalismo - Media Digitais e Dinâmicas Sociais da Internet - Modelos e Práticas de Gestão da Informação - Sistemas e Serviços de Informação	Métodos e Técnicas de Investigação
	Projeto de Tese
<b>2º e 3º anos (3º ao 6º semestres)</b>	
Seminário de Investigação	
Tese	

FLUP - Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em: [https://sigarra.up.pt/flup/pt/cur\\_geral.cur\\_view?pv\\_ano\\_lectivo=2024&pv\\_origem=CUR&pv\\_tipo\\_cur\\_sigla=D&pv\\_curso\\_id=31041](https://sigarra.up.pt/flup/pt/cur_geral.cur_view?pv_ano_lectivo=2024&pv_origem=CUR&pv_tipo_cur_sigla=D&pv_curso_id=31041). Acesso em: 10 out. 2025.

Como citar:

RIBEIRO, Fernanda. Da visão paradigmática ao exercício teórico-prática em Ciência da Informação: o caso de Portugal *In*: SALDANHA, Gustavo Silva. (org.). **A Ciência da Informação documental no espaço ibero-americano**: abordagens contemporâneas e perspectivas. Brasília: Editora Ibict, 2025. p. 45-69. DOI: <https://doi.org/10.22477/9788570132345.cap2>

## Capítulo 3

# O CONCEITO DE INTEGRIDADE DA INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Carlos Alberto Ávila Araújo

### INTRODUÇÃO

As novas dinâmicas de produção, circulação e uso da informação têm sido marcadas pela significativa abundância de informações total ou parcialmente falsas, distorcidas ou descontextualizadas. Essa realidade é efeito direto do aumento da presença das tecnologias digitais, tais como motores de busca, redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas no cotidiano. E essa realidade tem provocado efeitos nocivos em vários campos da atividade humana como, por exemplo, a consolidação das democracias, a efetividade dos processos eleitorais, o negacionismo climático, entre muitos outros. Em 2020, esse fenômeno se agravou durante a pandemia da Covid-19, com a proliferação de discursos que negavam a existência do vírus, atacavam as estratégias de combate à doença (como o isolamento social, o uso de máscaras e as vacinas) ou promoviam tratamentos sem comprovação científica.

Desde então, vem se colocando o desafio de compreender tais fenômenos, e muitos conceitos foram sendo formulados desde então, tais como fake news, desinformação, negacionismo, teorias da conspiração e muitos outros. Além de compreender cada um deles e como atuam em conjunto, se fez necessário também compreender as suas dinâmicas de funcionamento.

Paralelamente, além dos esforços em compreender tais fenômenos, têm sido buscadas soluções para combater seus efeitos nocivos. Entre tais soluções destacam-se o aperfeiçoamento das instituições produtoras e difusoras de conhecimento, a responsabilização de atores e canais disseminadores de desinformação, a regulação das plataformas digitais e o desenvolvimento de programas de educação midiática e competência em informação. Mais recentemente, vem sendo desenvolvido o conceito de integridade da informação como uma forma de unificar esse conjunto de iniciativas em torno de uma proposta unificada que possa ser trabalhado pelos vários países do mundo em busca de consensos e ações de colaboração. O objetivo deste texto é, justamente, apresentar os fenômenos de desinformação (com os vários conceitos e as várias dinâmicas do processo) para, a seguir, apresentar e discutir o conceito de integridade da informação.

## OS CONCEITOS RELACIONADOS

Muitas pesquisas científicas, em várias áreas diferentes, têm se dedicado ao estudo dos fenômenos relacionados com a ampla produção e circulação de informações falsas e enganosas nas sociedades contemporâneas. Nelas, são usados conceitos muito diferentes como desinformação, pós-verdade, *fake news* e infodemia, entre outros.

Uma grande parte das pesquisas sobre tais fenômenos se deu a partir da noção de pós-verdade. Na definição do dicionário Oxford, no cenário da pós-verdade, os apelos à emoção e às crenças pessoais são mais importantes na formação da opinião do que os fatos da realidade (McIntyre, 2018). A pós-verdade é um fenômeno que se produz na confluência de três condições. A primeira delas é a ampla disseminação de informações falsas (completamente falsas, e não apenas distorções como na era dos meios de comunicação de massa) com suporte tecnológico que permite alcances inimagináveis na era da fofoca e dos rumores. A segunda é a possibilidade de checagem nos dias atuais, em que muitas pessoas podem, em poucos segundos e com aparelhos de uso cotidiano como o smartphone ou o notebook, checar a veracidade das informações recebidas por elas em qualquer meio. A terceira é o fato de as pessoas não fazerem isso, isto é, não checarem, não verificarem se uma informação é verdadeira ou falsa, antes de a repassarem e dela se apropriarem. É esse desinteresse, esse desdém pela verdade, que marca aquilo que vem sendo identificado como um regime de pós-verdade.

Outro conjunto de investigações se deu a partir da noção de desinformação. Neste campo, o trabalho já mencionado no tópico anterior, de Wardle e Derakhshan (2017), é uma referência pioneira. Os autores desenvolveram um quadro conceitual em torno de três categorias: desinformação (*disinformation*), quando uma informação falsa é deliberadamente compartilhada com a intenção de causar dano; informação falsa ou errônea (*mis-information*) é aquela que é compartilhada sem intenção de causar dano; e informação maliciosa (*mal-information*), que se refere a informação genuína que é compartilhada com a intenção de causar danos. O esquema conceitual dos autores, portanto, trafega entre a intencionalidade dos autores e a veracidade dos conteúdos.

Uma linha derivada centrou-se no conceito de fake news, analisando os processos de produção de conteúdos falsos num quadro de referência dos processos de produção de conhecimentos jornalísticos, científicos ou outros nos quais existem processos de verificação, controle, validação e responsabilização (Magallón Rosa, 2019). Em muitos casos, tais estudos se deram a partir do conceito de autoridade cognitiva ou autoridade epistêmica, isto é, aquelas instituições cuja função social é produzir e disseminar conhecimentos verdadeiros, verificados, de acordo com as evidências e com o consenso científico (Zagzebski, 2012)

Outro conjunto de pesquisas vem se desenvolvendo a partir do conceito de infodemia (Naeem e Bhatti, 2020). A associação dos termos informação e pandemia caracteriza uma caracterização patológica da dimensão informacional: a gigantesca abrangência e velocidade de disseminação de informações falsas tem produzido um quadro em que as informações falsas estão mais presentes na vida das pessoas do que as verdadeiras e de qualidade, e acabam tendo muito mais influência na tomada de decisões e na definição das linhas de ação. Conforme Zarocostas (2020), esse excesso de informações circulantes (algumas verdadeiras, outras falsas) faz com que seja difícil para as pessoas encontrarem as informações verdadeiras na hora de tomar as decisões e agir.

## **AS DINÂMICAS DA DESINFORMAÇÃO**

Muitas vezes, os resultados de pesquisas realizadas a partir de um dos conceitos não dialogam com resultados de pesquisas realizadas a partir de outros, o que demanda precisão conceitual. Ao mesmo tempo, existe uma outra questão. Para além dessa diversidade conceitual, há, pois, também uma diversidade teórica. Muitas pesquisas realizadas sobre esses fenômenos se enquadram numa abordagem funcionalista buscando ver, por exemplo, a perda

da confiança nas autoridades cognitivas como disfunções); outras, numa lógica marxista, em análises de denúncia ideológica, identificando interesses e vinculações dos diferentes autores e canais de informação; outras são voltadas para a compreensão de quem são os receptores ou usuários dos conteúdos desinformativos, seus critérios de qualidade e julgamento; e, ainda, aqueles voltados para a capacitação crítica dos usuários para lidar com os conteúdos e sua dimensão ideológica.

Em Araújo (2024) há uma sistematização da produção científica sobre desinformação utilizando-se um quadro de referência construído a partir do trabalho de Burrell e Morgan (1979) sobre as ciências sociais. Burrell e Morgan (1979) organizam as ciências sociais a partir de duas dicotomias: os estudos que analisam a realidade social como tendo existência nela mesma, em suas regularidades, em oposição aos que a veem como construída pelos sujeitos; e os estudos que veem a vida social como uma integração de partes exercendo determinadas funções, em oposição aos que a veem como produto do conflito entre classes e grupos com interesses antagônicos. Destas duas oposições eles derivam um modelo que identifica quatro modos de se estudar a vida social: o funcionalista, o interpretativo, o estruturalista e o humanista. Aplicar essa estrutura conceitual para a informação permite identificar quatro perspectivas: informação como objeto (perspectiva funcionalista), informação como significado (perspectiva interpretativista), informação como poder (perspectiva estruturalista) e informação como emancipação (perspectiva humanista).

Dessa forma, puderam ser identificados estudos que entendem a desinformação como disfunções das sociedades contemporâneas, dentro de um quadro de desordem informacional ou de infodemia. Assim, estudos sobre os tipos de desinformação, sobre a perda da confiança nas autoridades cognitivas, sobre a

necessidade de fortalecimento dessas autoridades e letramento sobre seu modo de funcionamento, bem como estratégias de responsabilização e criminalização em relação a quem produz e difunde desinformação se enquadram em uma perspectiva funcionalista.

Já estudos que buscam compreender por que as pessoas acreditam nas informações falsas, que critérios utilizam para escolher acessar e se apropriar de determinados canais, fontes e conteúdos, e como decidem valorizar e compartilhar certas informações se enquadram em uma perspectiva compreensiva. Estão nessa abordagem pesquisas sobre os vieses cognitivos dos usuários, sobre valores que incidem sobre os usuários (rejeição aos especialistas, desdém pela verdade), sobre os processos de fixação das crenças e sobre a ilusão de que determinados processos ocorrem sem mediação da informação.

Já em uma perspectiva estrutural ou marxista, se agrupam estudos que buscam ver a dimensão ideológica da desinformação, isto é, os usos que são feitos dos conteúdos (falsos ou manipulados) para sustentar determinados interesses e relações de poder. Nessa linha estão aquelas pesquisas sobre o modelo de negócio das big techs (a economia política das plataformas digitais), o capitalismo de vigilância, a promoção comercial do negacionismo científico, a promoção do ódio para mobilização política de grupos e o alinhamento de grupos políticos extremistas e populistas às práticas de desinformação.

Por fim, na perspectiva humanista, estão os estudos voltados à compreensão de como os sujeitos se posicionam em relação às dinâmicas da desinformação e seu caráter ideológico, as competências maiores ou menores dos sujeitos para identificar os atores, seus interesses e os mecanismos das plataformas digitais, em condições que variam da alienação à emancipação.

Essa sistematização dos estudos em desinformação, que veem a informação como função/objeto, poder, interpretação e emancipação, abre caminho para o entendimento da desinformação como um fenômeno informacional e permite identificar pontos de aproximação para uma compreensão global dos problemas relativos à desinformação.

## **INTEGRIDADE DA INFORMAÇÃO**

Integridade da informação, no sentido proposto neste texto, é um conceito que ganhou relevância no debate institucional internacional a partir de ações no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). Antes, é preciso destacar que a expressão “integridade da informação” não é nova, já que, desde a década de 1980, ela vinha sendo utilizada para tratar de segurança em relação a requisitos de sistemas de informação digital, com o advento de computadores e sistemas em rede. Também no campo da Arquivologia, a noção não é nova. Entre as características do documento arquivístico tradicionalmente identificadas na literatura, destaca-se a autenticidade, isto é, a qualidade relacionada ao fato de um documento não ter sofrido adulteração ou corrupção. Um dos atributos de autenticidade do documento arquivístico é a integridade.

Mas, da forma como vem sendo adotada em documentos da ONU, a ideia de integridade da informação tem uma especificidade que é nova. Em primeiro lugar, ela está diretamente associada ao fenômeno da desinformação. Sabe-se que a desinformação é um problema complexo, porque ela não envolve apenas a produção e disseminação de informações falsas. A desinformação se relaciona, também, com conteúdos que podem ser totalmente verdadeiros, mas são retirados de seu contexto (por exemplo, com cortes de conteúdos que, isolados do restante da

mensagem, podem adquirir outro significado). Ou a conteúdos parcialmente falsos, isto é, nos quais há muito conteúdo verdadeiro e algum conteúdo falso, de maneira que esse conteúdo falso seja tomado como verdade por quem recebe tal conteúdo. Também é possível que um conteúdo antigo seja colocado em circulação num determinado momento, para dar a falsa ideia de se tratar de algo atual. Ocorre ainda a possibilidade de um conteúdo ser atribuído a outra pessoa ou entidade que não aquela que o produziu, ou a sua veiculação, a um canal ou fonte que também não foi verdadeiramente a que a veiculou.

Além da complexidade dos problemas relacionados com a total ou parcial falsidade dos conteúdos, há também a complexidade dos processos de circulação de conteúdos, já que se multiplicaram os atores, canais, meios, plataformas e fontes de informação. Conteúdos podem ser produzidos por entidades governamentais, instituições, meios de comunicação ou pessoas comuns; podem ser compartilhados por meios de comunicação, por outras pessoas, por outras instituições e grupos, em plataformas de redes sociais, aplicativos de mensagens instantâneas, sites, blogs e diversos outros meios. Trafegando por tantos canais, em diferentes formatos e com distintos requisitos, pode haver alterações, cortes, acréscimos, que aumentam as possibilidades de alteração dos conteúdos e de seus potenciais significados.

Essa é a problemática com a qual a recente adoção da perspectiva da integridade da informação se relaciona, e é nesse sentido que ela representa um novo conceito. De acordo com Santos (2024), essa relevância se deu principalmente a partir da publicação do documento “Our Common Agenda: Policy Brief 8”, pela ONU, em junho de 2023. Ela indica ainda que, em fevereiro de 2022, o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (Pnud) publicou o documento “Information Integrity: Forging a

Pathway to Truth, Resilience and Trust”. Neste documento há duas referências para o conceito de integridade da informação: um produzido por uma empresa chamada Yonder (que existiu de 2017 a 2022) e outro, o relatório “Protecting Information Integrity: National and International Policy Options”, produzido pelo World Leadership Alliance-Club de Madrid, de novembro de 2018.

O primeiro documento mencionado acima (The World Leadership Alliance, 2018) tem como título “Proteção da integridade da informação: opções de políticas nacionais e internacionais” e foi produzido pela The World Leadership Alliance - Club de Madrid (WLA-CdM), a partir das discussões da Chatham House realizadas na Mesa Redonda sobre Governança Global para Integridade da Informação organizada em conjunto com o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Letônia na cidade de Riga, em 27 de setembro de 2018.

O ponto de partida é a ideia de que o acesso à informação é o principal pilar da democracia, ou seja, de que o exercício dos direitos políticos (tais como os direitos de votar, de expressar as opiniões, de se organizar em coletivos, de apresentar publicamente as demandas e, enfim, de participar ativamente da democracia) depende do acesso a informações confiáveis, equilibradas e completas sobre as questões políticas e governamentais. Nesse sentido, as tecnologias digitais e as redes sociais poderiam ser vistas como impulsionadores da democracia. O documento começa com a constatação de que as tecnologias digitais permitiram avanços, como maior possibilidade de participação e envolvimento dos cidadãos, acesso direto a líderes políticos, transparência, possibilidade de cobranças e novos serviços públicos. Mas elas também trouxeram novos desafios, tais como a possibilidade de anonimato, a possibilidade de publicação e retransmissão a custo zero, as câmaras de eco (causadas pela priorização de conteúdo relacionado ao histórico de navegação dos usuários) e o uso de

dados pessoais para direcionar publicidade. Todos eles acabaram por conduzir a um intenso fluxo de informações falsas, discursos de ódio e ideias extremistas.

É dentro desse quadro que o documento dedica um tópico inteiro à definição de integridade da informação. Buscando utilizar um termo que agrupasse a variedade de conceitos, o documento propõe a expressão “integridade da informação”, definida como a confiabilidade, o equilíbrio e a completude das informações às quais os cidadãos têm acesso, relacionadas aos temas políticos (ações governamentais, ações dos atores políticos relevantes, entre outros). Os problemas contemporâneos relacionados com as tecnologias digitais são vistos, assim, como ameaças à integridade da informação. E a justificativa do uso do termo se coloca na medida em que ele representa uma ampliação do escopo, da intencionalidade da produção de conteúdos para o que acontece com a informação durante a sua circulação, isto é, as práticas empresariais e mercadológicas, a velocidade e o alcance dos conteúdos, o direcionamento de mensagens e a lógica de recomendações dos algoritmos, entre outros fenômenos que atuam promovendo a deterioração da integridade da informação. Ao final da definição, no documento ainda está a principal consequência das ameaças à integridade da informação: embora sempre tenha havido discordâncias entre grupos com ideologias diferentes, estaria acontecendo agora, pela primeira vez na história, um desacordo generalizado a respeito de fatos básicos da realidade.

O segundo documento (United Nations, 2022) a ser analisado aqui tem por título “Integridade da informação: construindo o caminho para a verdade, a resiliência e a confiança” e foi publicado em fevereiro de 2022 pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP, sigla para United Nations Development Programme). O documento tem um duplo

objetivo: avançar no quadro conceitual e fornecer orientação prática para a construção de programas.

O documento começa com a ideia de que o acesso à informação confiável, que passe por verificações ou controles, é fundamental para que a humanidade possa lidar com diferentes desafios. Tais desafios representam um escopo muito maior do que apenas a questão da democracia, como no documento anterior. Entre os desafios mencionados estão os conflitos violentos, os retrocessos democráticos, as emergências climáticas, a pandemia de Covid-19, a busca por uma governança eficaz, o desenvolvimento sustentável, a transparência, responsabilidade e confiança nas instituições, o combate aos preconceitos e a busca por sociedades inclusivas, pacíficas e justas.

Já o terceiro documento (United Nations, 2023) tem como título “Integridade da informação nas plataformas digitais” e foi publicado em junho de 2023. Ele faz parte da série “Our common agenda” (A nossa Agenda Comum), uma série de publicações que tem por objetivo dinamizar as discussões em torno da Agenda 2030 e facilitar a consecução dos “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”. O objetivo do documento é ajudar na produção de um consenso sobre como as ameaças à integridade da informação afetam os diferentes povos do mundo nos níveis global, nacional e local, bem como apresentar algumas bases para um possível código de conduta comum para países, plataformas digitais e outros atores relevantes. Como nos demais documentos, constata-se que as plataformas digitais trouxeram benefícios (maior possibilidade de participação, de divulgação, de engajamento) mas também possuem um lado sombrio (com a disseminação de mentiras e discursos de ódio). Neste documento há um tópico voltado para a definição de integridade da informação. Ela é definida em termos de precisão, consistência e confiabilidade. A integridade da informação é ameaçada pela desinformação, pela informação falsa

e pelo discurso de ódio. No documento há uma distinção entre desinformação (informação imprecisa produzida com intenção de enganar e causar dano) e informação falsa (disseminação não intencional de informações imprecisas), além da definição de discurso de ódio adotada pela ONU.

## **APROXIMAÇÃO DAS QUESTÕES**

Os três documentos apresentados neste artigo trazem uma série de elementos relacionados à desinformação. No primeiro documento analisado (The World Leadership Alliance, 2018), é possível ver o esforço em passar de uma lógica de compreensão baseada apenas na transmissão de informação entre sujeitos, na intencionalidade e nos objetivos do produtor para uma centrada na dinâmica do fluxo da informação em diferentes contextos, ambientes e aparatos – fluxo esse sobre o qual atuam ainda diferentes variáveis, fenômenos e atores. Mas ainda explorando essa definição, merece destaque o fato de o documento terminar com algumas recomendações de abordagens para a defesa da integridade da informação (regras, uso de recursos) e, depois, com a identificação dos atores e instâncias que devem agir na elaboração de políticas de proteção da integridade da informação. O conceito de integridade da informação, assim, não seria algo relacionado apenas às mensagens, aos conteúdos informacionais, mas sim algo relacionado ao seu fluxo, às suas condições de circulação - por exemplo, quando informações verdadeiras circulam com um recorte descontextualizado, provocando desinformação. Essa perspectiva de inserir os fenômenos informacionais num quadro de maior amplitude de dimensões está presente no segundo documento (United Nations, 2022), na medida em que o fenômeno da poluição da informação é visto como ameaça para questões tão distintas como o desenvolvimento sustentável, as questões climáticas, o retrocesso democrático, as violações de

direitos humanos e a estigmatização de grupos vulneráveis. Adquire centralidade também nesse documento a questão das autoridades epistêmicas (embora essa expressão não seja usada), na medida em que se problematiza a questão da confiança nas instituições e nos produtores de informação e na importância da coesão social. Essa coesão é entendida como um acordo em relação aos fatos básicos do mundo, aqueles sobre os quais é possível proceder à verificação, à busca de evidências, e que serão as bases sobre as quais podem ser construídos os debates públicos. O terceiro documento (United Nations, 2023) avança na compreensão do papel das plataformas digitais na poluição da informação, evidenciando que elas não são apenas “depósitos” de conteúdos ou “veículos neutros” de conteúdos informativos. As *big techs* são atores que têm interesses e que, muitas vezes, fazem da desinformação um modelo de negócio, lucrando com a circulação de informações falsas e discursos de ódio, que geram atenção e engajamento. Esse mesmo documento enfatiza a capacitação dos usuários para a percepção de tais processos relacionados às *big techs*.

## CONCLUSÕES

Uma última questão diz respeito ao quadro intelectual geral ao qual a perspectiva da integridade da informação pode se inserir. Santos (2024), ao analisar os três documentos apresentados neste artigo, argumenta que a proposta do conceito de integridade da informação teria como um dos objetivos deslocar o debate de um viés negativo (o combate a fenômenos de desinformação e discursos de ódio) para um viés positivo (de proposição de ações, de busca por um ecossistema de informação saudável). Essa é uma leitura que sugere o deslocamento de eixo de uma perspectiva crítica para uma perspectiva funcionalista.

Mas o que a análise dos três documentos feita neste artigo evidenciou é que a noção de integridade da informação tem o potencial de articular elementos das quatro vertentes epistemológicas apresentadas. Inicialmente, é evidente o caráter funcionalista do conceito, já que os documentos remetem sempre a uma ideia de ecossistema de informação saudável, de confiança nas instituições, de cumprimento das funções das instituições (aqui incluídas as autoridades cognitivas ou autoridades epistêmicas).

Mas os documentos mencionam também que há atores que se beneficiam com a poluição da informação (termo usado nos documentos, em lugar de desinformação). Há grupos que tiram vantagens políticas (exclusão de grupos vulneráveis, promoção de pautas extremistas, degradação do debate público) ou econômicas (maior atenção e engajamento, monetização) da poluição da informação – num claro direcionamento para uma compreensão crítica do fenômeno. Os documentos também fazem alusão à compreensão de porque as pessoas se engajam, se apropriam e compartilham conteúdos desinformativos, relacionando tais processos à desilusão com a política e as instituições, apresentando dados de preferência por determinadas plataformas digitais, entre outros aspectos que se encaixam numa perspectiva compreensiva. Por fim, há nos documentos menções ao empoderamento dos usuários, por meio de capacitações no trato com a informação e as plataformas digitais quanto, também, na vinculação entre os processos de poluição da informação e os direitos humanos e a justiça social.

Conclui-se que há, no conceito de integridade da informação, potencial para serem trabalhadas todas as dimensões humanas e sociais relacionadas com os fenômenos da desinformação, isto é, suas relações com o funcionamento das instituições de autoridade cognitiva, sua expressão como estratégia ideológica de determinados grupos, sua construção social coletiva

e sua dimensão de alienação dos sujeitos. Mas ainda são necessários mais estudos de forma que o conceito de integridade da informação possa se apresentar como uma efetiva contribuição para o estudo da informação em toda a sua complexidade, no cenário atual marcado por desinformação, fake news, pós-verdade e infodemia. E que possa também propiciar o diálogo entre os estudos realizados em cada um dos quatro quadrantes apresentados neste texto.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. Á. Dinâmicas da desinformação. **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas**, n. especial VI, p. 31-52, 2024.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. Heinemann, 1979.

MAGALLÓN ROSA, R. **Unfaking news: cómo combatir la desinformación**. Pirámide, 2019.

MCINTYRE, L. **Posverdad**. Cátedra, 2018.

NAEEM, S.; BHATTI, R. The Covid-19 ‘infodemic’: a new front for information professionals. **Health Information and Libraries Journal**, [s.l.], v. 37, n. 3, 233-239, 2020.

SANTOS, N. Por que precisamos discutir a chamada “integridade da informação”? **Le Monde Diplomatique Brasil**, [s.l.], 06 fev. 2024. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/integridade-da-informacao>. Acesso em 07 fev. 2024.

THE WORLD Leadership Alliance – Club de Madrid’s (WLA-CdM). **Protecting Information Integrity: National and International Policy Options**. Ministry of Foreign Affairs, 2018.

Disponível em: <https://clubmadrid.org/wp-content/uploads/2019/03/Protecting-Information-Integrity-WEB.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

UNITED Nations. **Strategic Guidance on Information Integrity: Forging a pathway to Truth, Resilience and Trust.** [S.L.], 2022. Disponível em: <https://www.undp.org/publications/information-integrity-forging-pathway-truth-resilience-and-trust>. Acesso em: 10 jan. 2023.

UNITED Nations. **Our Common Agenda – Policy Brief 8: Information Integrity on Digital Platforms.** [S.L.], 2023. Disponível em: <https://indonesia.un.org/en/236014-our-common-agenda-policy-brief-8-information-integrity-digital-platforms>. Acesso em: 10 jan. 2024.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making.** Council of Europe, 2017.

ZAGZEBSKI, L. **Epistemic authority: a theory of trust, authority, and autonomy in belief.** Oxford University Press, 2012.

ZAROCOSTAS, J. How to fight an infodemic. **The Lancet**, [s.l.], v. 395 (10225), n. 676, 2020.

Como citar:

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O conceito de integridade da informação no âmbito da Ciência da Informação. *In*: SALDANHA, Gustavo Silva. (org.). **A Ciência da Informação documental no espaço ibero-americano: abordagens contemporâneas e perspectivas.** Brasília: Editora Ibict, 2025. p. 68-84. DOI: <https://doi.org/10.22477/9788570132345.cap3>

## Capítulo 4

# A DIMENSÃO COGNITIVA DA INFORMAÇÃO E O SEU IMPACTO NA EXPRESSÃO “INFORMAÇÃO DOCUMENTAL”

Armando Malheiro da Silva

In memoriam de José López-Yepes, que se estivesse vivo seguramente debatería esta comunicação com fervor.

### NOTA DE ABERTURA

Em termos gerais pode dizer-se que há consenso sobre o objeto que a Ciência da Documentação ou Ciência da Informação estuda especificamente – o documento portador de conteúdo/informação. No entanto, se esmiuçarmos retrospectivamente o modo de designar esse objeto, a diversidade terminológica é perturbadora e tem implicações epistemológicas óbvias.

Basta trazer à colação, de forma breve, as disciplinas práticas surgidas na Modernidade, na sequência, aliás, da criação estatal dos “lugares de Memória”, de acordo com a feliz caracterização do historiador francês Pierre Nora – Arquivo, Biblioteca e Museu –, para depararmos essa diversidade de objeto a implicar abordagens disciplinares distintas: o documento de arquivo só é estudado pela Arquivística, os livros, as revistas, os jornais e o “material não livro” são do escopo da Biblioteconomia/Bibliotecologia (reclamando esta, também, o estudo do papel social da Biblioteca), as peças musealizadas são da competência da Museologia, o documento reconfigurado conceitualmente por Paul Otlet e seus discípulos cai no âmbito da Ciência da Documentação e os conteúdos criados ou transferidos para a tecnologia digital, seu tratamento, armazenamento e acesso são o foco exclusivo da Ciência da Informação, nascida nos EUA a partir da década de cinquenta do séc. XX.

Se nos mantivermos nesta perspectiva fragmentária pode-se quando muito (e há, naturalmente, autores que têm a clarividência de o admitir – Araújo, 2014) aceitar a existência de uma dinâmica interdisciplinar que aproxima, mas sem perda de autonomia e de diferenciação, todas essas disciplinas, uma vez que há uma convergência óbvia quanto ao objeto comum. E no espaço ibero-americano, no qual o CIIBERCID cumpre o desígnio de diálogo e de clara aproximação de posições e de abordagens, é cada vez mais evidente que informação e documento são o alvo através de um ângulo disciplinar exclusivo. Porém, neste mesmo espaço, usam-se termos e expressões não coincidentes, caso estejamos em Portugal e no Brasil ou caso estejamos em Espanha e nos países hispânicos das Américas. Nestes últimos insiste-se em caracterizar o objeto de estudo com a expressão informação documental, enquanto portugueses e brasileiros aceitam o emprego apenas do termo informação.

Interessa-nos, aqui, aprofundar a razão de ser desta demarcação designativa e buscar uma conceituação mais ajustada à realidade fenoménica que funda e justifica o objeto disciplinar.

## **O PARADIGMA COGNITIVO IDENTIFICADO POR RAFAEL CAPURRO**

A trajetória analítica que se impõe pode ter como ponto de partida a proposta de identificação de paradigmas no campo da documentação/informação feita por Rafael Capurro. No entanto, esta escolha de ponto de partida exige uma clarificação sobre a definição de paradigma, conceito operatório introduzido nos anos sessenta pelo físico e historiador da Ciência norte-americano, Thomas Kuhn, numa obra que se tornou rapidamente famosa – *The Structure of scientific revolutions* (Kuhn, 1962). Porém, a forma como o Autor apresentou esse conceito operatório e o aplicou à estrutura interna das ciências padece de várias lacunas e equívocos, desde logo a defesa de uma Ciência Normal mal explicada, provavelmente associada apenas às ciências naturais e exatas, excluindo as sociais e humanas, e ainda a ideia de que a transição de paradigma no interior de uma ciência se dá por rutura ou de forma revolucionária e não de outro modo, nomeadamente pela coexistência prolongável em tempo variável do velho com o novo paradigma. Kuhn após a publicação do seu livro entregou-se à tarefa de explicá-lo e, mesmo assim, subsistiram fortes dúvidas. Paradigma equivale a teoria, ou a hipótese, ou ainda a método? Se convém eliminar dúvidas e para que estas se dissipem torna-se necessário investir numa definição precisa que torne viável o seu uso. Paradigma é: a perspetiva baseada no(s) discurso(s) filosófico(s), princípios e valores que guiam a forma de pensar e de fazer ciência em seu campo disciplinar específico.

De acordo com este entendimento, Rafael Capurro limitou e reduziu a amplitude conceitual de paradigma, cingindo-se apenas à Documentação e à Ciência da Informação, deixando de fora outras disciplinas práticas oitocentistas como a Arquivística e a Museologia. Identificou três paradigmas que correspondem a três estádios evolutivos do campo em foco: o físico, associado à teoria da informação de Claude Shannon e Warren Weaver (1948); o cognitivo, baseado na obra de Bertram Brookes; e o pragmático e social, postulado por Birger Hjørland e o próprio Capurro (Capurro, 2003). Vejamos como ele os caracteriza na conferência que proferiu, no ENANCIB de 2003, em Belo Horizonte, Brasil:

#### 1) El paradigma físico

La ciencia de la información comienza como teoría de la information retrieval basada en una epistemología fisicista. A este paradigma, íntimamente relacionado con la así llamada information theory de Claude Shannon y Warren Weaver a la que ya hice alusión y también con la cibernética de Norbert Wiener, se lo ha llamado el "paradigma físico". En esencia este paradigma postula que hay algo, un objeto físico, que un emisor transmite a un receptor. Curiosamente la teoría de Shannon no designa a este objeto como información (information) sino como mensaje (message) o más precisamente como signos (signals) que deberían ser en principio reconocidos unívocamente por el receptor bajo ciertas condiciones ideales como son la utilización de los mismos signos por parte del emisor y del receptor y la ausencia de fuentes que perturben la transmisión (noise source).

#### 2) El paradigma cognitivo

Comencemos por recordar que ya en las ideas de una bibliografía universal de Paul Otlet y Henri Lafontaine que

llevarían a la fundación del "Institut International de Bibliographie" de Bruselas en 1895, denominado posteriormente "Institut International de Documentation" y finalmente "Fédération Internationale de Documentation" (FID) en 1937, está explícita la idea de distinguir entre los conocimientos y su fijación en documentos. La documentación y luego la ciencia de la información tienen que ver aparentemente en primer lugar con los portadores físicos del conocimiento, pero en realidad su finalidad es la recuperación de la información misma o sea del contenido de dichos portadores. (...)

### 3) El paradigma social

Los límites del paradigma cognitivo radican precisamente en la metáfora o *pars pro toto* de considerar a la información como algo separado del usuario ubicado en un mundo noumenal metafísico o de ver al usuario si no exclusivamente si en primer lugar como sujeto cognoscente dejando de lado los condicionamientos sociales y materiales del existir humano. Es esta visión reductiva la que critica Bernd Frohmann quien considera al paradigma cognitivo no sólo como idealista sino también como asocial. Frohmann escribe: "el punto de vista cognitivo relega a los procesos sociales de producción, distribución, intercambio y consumo de información a un nivel noumenal, indicado sólo por sus efectos en las representaciones de generadores de imágenes atomizados. La construcción social de los procesos informativos, es decir la constitución social de las "necesidades de los usuarios", de los "archivos de conocimientos" y de los esquemas de producción, trasmisión, distribución y consumo de imágenes queda así excluida de la teoría de la bibliotecología y de la ciencia de la información." La crítica de Frohmann está basada en parte implícitamente en la epistemología del Wittgenstein de las "Investigaciones filosóficas" así como en la teoría de los discursos

como manifestaciones de poder de Michel Foucault. Más precisamente se puede decir que Frohmann critica a una epistemología basada en conceptos como "imágenes mentales", "mapas cognitivos", "modelos del mundo", "realidades internas" etc. (Capurro, 2003).

Percebe-se por este extrato do importante texto de Capurro, que ele identificou os paradigmas a partir de teorias concretas, o que fica aquém do postulado e exigido na definição apresentada. Porém, esta sistematização, ainda que reduzida e redutora, introduz de forma adequada a discussão sobre o objeto da Ciência da Informação, levando-nos, de imediato, para uma clarificação do sentido do termo 'informação' e a que realidade ele se reporta. Convém não esquecer que Rafael Capurro defendeu a sua tese de doutoramento na Alemanha, no final da década de setenta do séc. XX, sobre o conceito de informação e dessa tese saíram dois artigos lapidares, um dos quais assinado com Birger Hjørland. E essa investigação apurada permitiu-lhe formular o "trilema de Capurro" a respeito das múltiplas apropriações semânticas que o termo teve na segunda metade de novecentos. Em síntese, o trilema divide em três categorias as definições que foram surgindo sobre informação; (a) univocidade, em que informação tem o mesmo significado em todos os níveis e áreas do conhecimento, o que pode causar a perda de todas as diferenças qualitativas como sucede quando se aplica o conceito tanto à linguagem humana, como aos processos celulares; (b) analogia em que informação é algo similar e isto ocorre quando se deve definir qual é o significado original e que é representado por antropomorfismos e naturalismos (exemplo: diz-se que os átomos falam uns com os outros); equivocidade em que informação é algo diferente como sucede na física ou na educação (Capurro, Fleissner & Hofkirchner, 1999).

Bertram Brookes é um expoente teórico da ênfase posta no conhecimento veiculado pelos documentos ou pelo suporte e esse conhecimento modifica o estado cognitivo dos usuários, sendo este processo de busca e de assimilação do conteúdo o que constitui o foco ou o núcleo central da Ciência da Informação. Contrapõe-se, assim, quer à visão mecanicista ou fisicalista de Shannon e Weaver, que pode ser associada ao viés físico da documentação de Paul Otlet, e demarca-se da abordagem da informação contextualizada, ou seja, criada e usada socialmente.

O paradigma cognitivo radica, mais do que numa teoria específica, numa evidência que ficará mais compreensível quando precisarmos o conceito de informação e, por consequência natural, o de comunicação. Evidência que nos põe perante um fenómeno estritamente humano: a capacidade do Homo sapiens, único ser vivo no planeta terra dotado de um cérebro com elevado potencial encefálico, capaz de representar-se cognitivamente e emocionalmente (assunção de consciência), bem como a tudo o que o rodeia, através de signos e símbolos (a linguagem). Sem esta condição humana e social inerente à espécie e à sua evolução não seria possível converter em temática e problemática de estudo a infocomunicação (humana e social). É também uma evidência que os conteúdos (cerebrais e mentais) são plenamente comunicados quando se externalizam do emissor/sujeito e materializam num suporte que os transmite e torna acessíveis a uma infinidade de recetores – o documento é o meio óbvio de transmissão. No entanto há que indicar se o estudo/pesquisa recai sobre o suporte material do meio ou sobre o conteúdo desse mesmo meio (documento).

A tradição biblioteconómica e arquivística mostra bem que a tarefa principal dos profissionais (bibliotecários e arquivistas) consistia em extrair dos livros impressos e dos documentos manuscritos os elementos identificadores de autoria, do assunto,

de datação e outros (alguns referentes ao suporte) que serviam para identificar e, inclusive, classificar tematicamente a fim de que pudessem ser lidos pelos usuários. A esse trabalho de organização e de representação de conteúdos dá-se, atualmente, o nome de meta-informação para se enfatizar o essencial que está em pauta – a informação sobre a informação que interessa a um público tanto específico, como genérico.

A força ilustrativa desta tradição válida, em termos gerais, o paradigma cognitivo; no entanto não exclui, antes convoca em complementaridade, o paradigma social. E o físico, centrado na noção de documento ou ainda na informação consagrada pela teoria matemática de transmissão de sinais dos matemáticos do Laboratório Bell – Shannon e Weaver – como interfere na configuração do objeto da Ciência da Informação? Um modo de tentar resposta adequada é confrontar analiticamente o neodocumentalismo com a expressão informação documental.

## **O NEODOCUMENTALISMO E A INFORMAÇÃO DOCUMENTAL**

A herança viva de Paul Otlet sobrevive ainda que de forma contrastada: a nova ciência proposta no *Traité de la Documentation: le livre sur le livre* (1934) coloca o documento como alvo, porém este representa um objeto muito mais amplo do que o biblos (livro) impresso. Verifica-se que o espírito inovador otleano, fruto do tempo histórico em que está profundamente situado, deixa perspetivar uma clara valorização do conteúdo sobre o continente (suporte) – textos escritos, manuscritos ou dactiloscritos administrativos, técnicos ou científicos, pautas musicais, fotografias, pinturas e desenhos mereciam ser organizados, classificados e indexados a fim de estarem acessíveis livremente. O visionário belga não ousou afirmar a centralidade

total do conteúdo (informação) mantendo a presença do suporte e o termo documento reflete esta postura ambígua, compreensível nesse tempo, no entanto o *Traité* anuncia uma atividade voltada para a mediação do que é veiculado pelo suporte.

Não obstante esse indiscutível pendor informacional, o legado de Otlet ficou cristalizado na noção de documento e assim se manteve até hoje através de discípulos e pretensos herdeiros. Discípulos como Suzanne Briet que em *Qu'est-ce que la documentation?* (1951) associou o documento à produção de conhecimento científico e à informação com a sua alegoria do antílope: este simpático animal, enquanto solto no seu habitat natural, não é documento, mas se for levado para um jardim zoológico ou para um laboratório de Zoologia aí transforma-se em documento porque gera informação ou conhecimento científico. E herdeiros como os que de algum modo constituem o designado “movimento” do neodocumentalismo, objeto de pesquisa e análise na tese de doutoramento de Asy Pepe Sanches Neto, intitulada “O que é Neodocumentação?”. Acompanhando a formação da rede, dos discursos e das agências a partir das obras de Niels Lund, Michael Buckland, Ronald Day e Bernd Frohmann (Sanches Neto, 2022), cujo resumo se capta essencial dessa proposta epistemológica:

A presente pesquisa tem por objetivo compreender os conceitos de documento e documentação e a trajetória do movimento chamado de neodocumentação a partir da produção em língua anglófona de Michael Buckland, Niels Lund, Ronald Day e Bernd Frohmann. Como método de trabalho utilizamos a produção científica destes autores. Traçando as agências que se formavam, os comentários que faziam e os

enunciados que escreviam, de modo a privilegiar as múltiplas abordagens utilizadas pelos autores na construção de um artigo, livro ou uma apresentação, recorrendo tanto aos capítulos e seções de seus trabalhos, quanto às notas de rodapé, de agradecimentos, referências etc. Através do exame de todas estas partes de suas obras, identificamos três grandes temas que se ligam aos tópicos abordados: a) a forma de construção da rede da neodocumentação; b) os conceitos, práticas e contextos que os fizeram migrar para uma nova abordagem conceitual, cuja ênfase concentra-se na crítica à informação e no impacto das novas tecnologias de comunicação sobre as formas de vida e socialização; c) a formação de uma agenda própria da neodocumentação, principalmente impulsionada pela dúvida: “o que é um documento?”. O processo de análise, construído na interlocução com suas produções, permitiu-nos conhecer o trajeto teórico e epistemológico delineado pelos autores e algumas de suas respostas sobre a questão do documento, categorizadas como sendo de dois tipos: 1. abordagem binária à questão, o que ser pode ser um documento ou não ser um documento a partir da compreensão das redes às quais um determinado objeto ou coisa se liga (a ênfase está sobre o que um documento representa.); 2. um caminho de resposta móvel à questão, retirando a centralidade da lógica da representação e a incidindo sobre a lógica de ação, ou seja, o que uma determinada coisa

deve fazer para que seja considerada um documento? (a ênfase está sobre o que um documento faz). Os resultados desta pesquisa estão nas seções que tematizam e buscam individualizar cada um desses pontos de destaque. Concluímos a pesquisa apontando que os resultados aqui apresentados expressam que as práticas de documentação se ligam aos contextos culturais de sua produção e que devem ser validadas em múltiplos contextos, igualmente concluímos que a experiência da neodocumentação, sobretudo no que se refere à formação do departamento de estudos da documentação de Tromsø, Noruega (conhecido como Dokvit), permite fazermos uma autocritica sobre como estamos estruturando nossos currículos nos departamentos de ensino, se afastados ou integrados com a sociedade, uma vez que documentos são vistos como formas culturais de expressão e agência. Nesse sentido, acreditamos que o acompanhamento da formação da neodocumentação nos permitem avaliar nossos próprios métodos de construção das bibliotecas e da biblioteconomia no Brasil (Sanches Neto, 2022, p. 8).

A crítica ideológica à informação e ao impacto da tecnologia digital sobre a vida humana e a socialização é um eixo central deste movimento. No entanto, se tomarmos em consideração o último livro de Niels Windfeld Lund (2024), este eixo não aparece evidenciado. Pelo contrário, percebe-se claramente o cuidado em apresentar três ordens inscritas no ser humano: a ordem do ato físico que corresponde ao documento

(subentende-se aqui a materialidade, o suporte e os dispositivos tecnológicos digitais cabem forçosamente aqui...); a ordem social que corresponde à comunicação; e a ordem mental que corresponde à informação (e aqui é possível vislumbrar o paradigma cognitivo de Brookes e Ingwersen). E se esmiuçarmos a leitura do pensamento de Lund (2024) chegamos à definição que nos apresenta de documento. Após uma minuciosa análise etimológica do termo: ‘documento’ é qualquer resultado do esforço humano de contar, instruir, demonstrar, ensinar ou produzir uma peça e desta forma podem-se ver as ações humanas como ações documentativas/documentais, que refletem e provam a vida de uma pessoa ao segundo (Lund, 2024, p. 25). E acrescenta algo relevante e que deve ser citado no original: “As we act and perform in an infinite flow, day after day, we also communicate and inform ourselves and our surroundings, our community. To comprehend any actions made by oneself or by others, one needs to delimit those actions by creating a document with a discrete border – as Roland Barthes put it “the meaning is above all a cutting-out of shapes’. We need to cut-out a certain number of actions and delimit them within a document in order to understand what is happening in any place and time” (Lund, 2024, p. 25). Há neste exercício definitório uma ressignificação do sentido básico e concreto de documento (radicado etimologicamente: meio de instruir, de comunicar...) em que o suporte a existir é o ser humano com seu corpo produtor de ações documentárias. E por aqui fica tênue a diferença entre informação e comunicação. No entanto, Lund prossegue confundindo-nos um pouco mais, porque não aprofunda a sua afirmação: “Both, communication and information process need to be complementary to documentation in order to grasp the result of those processes, just as documentation processes need the processes of communication and information in order to play a social role and be understood. You must talk about and comprehend a specific result of the

documentation process, the discrete entities, the document” (Lund, 2024, p. 25). Que processos são esses? No caso da documentação são entidades discretas – os documentos, que nascem de um número infinito de situações complementares que envolvem o trinómio documentação, comunicação e informação intrínseco à vida humana. E Lund dá o exemplo desta complementaridade com um jantar de família: 1º temos os membros da família com diversos papéis ou tarefas; 2º temos diferentes meios que vão dos ingredientes, as panelas, pratos, equipamentos da cozinha, etc.; e 3º consiste no modo tradicional e cultural como é feito um jantar de família normal de acordo com o lugar no Mundo onde ocorra (Lund, 2024, p. 26). Estes três fatores reunidos constituem o documento de um jantar de família. E a pergunta que se coloca do ponto de vista epistemológico é: este documento é o objeto de estudo da Ciência da Documentação? Segundo Lund (2024) parece que sim, mas a resposta é equívoca. Ou, em alternativa, e o título da obra de Lund (2024) indicia esta segunda via, a resposta é que o documento de um jantar de família é objeto de várias abordagens disciplinares – estudos sobre informação, plena interdisciplinaridade. E, se esta é a resposta, o neodocumentalismo afasta-se do propósito do mentor Paul Otlet e embarca numa deriva pós-modernista.

Apesar da crítica à informação e à tecnologia digital, Niels Lund (2024) insiste na complementaridade entre documentação, comunicação e informação, porém o exemplo do jantar extrapola as possibilidades epistemológicas de uma Ciência da Informação ou da Documentação.

Em face deste dilema, a expressão informação documental ganha um potencial de clarificação indiscutível. José Antonio Moreiro Gonzalez (2005) explicita-a como conceito operativo e ao fazê-lo inutiliza por completo os malabarismos conceituais (ideológicos e sociológicos) do neodocumentalismo:

Dado que la información es conocimiento, por lo tanto de naturaleza abstracta y conceptual, si quiere hacer evidente tiene que representarse mediante una expresión de carácter físico. Para volverse tangible, la información ha de fijarse en un documento. Cualquier intervención para derivar nuevas formas informativas, manejar mediante la tecnología, almacenar y recuperar en sistemas concretos, se efectúa sobre esta forma física de información (Moreiro Gonzalez, 2005, p. 45).

Este posicionamento epistemológico está, sem dúvida, muito mais perto do legado de Paul Otlet (1934) que o neodocumentalismo, nomeadamente pela ênfase colocada no suporte material, elemento essencial para que tenhamos documento, uma vez que se ficássemos só pelo conteúdo mental estaríamos apenas diante de informação/conhecimento. Note-se que a aceção de documento para Moreiro Gonzalez (2005) diferencia-se de Lund (2024) e de Briet (1951) e centra-se no sentido básico e concreto: informação registada/inscrita num qualquer suporte. E desta forma oferece à Ciência da Informação um objeto mais claro e que lhe confere unidade interna.

## **DA INFORMAÇÃO DOCUMENTAL À INFOCOMUNICAÇÃO**

Esta identificação do objeto de estudo pode ser mais aperfeiçoada e devemos, para tanto, retomar o trilema de Capurro e atacar frontalmente a univocidade. E como? Pela via fenomenológica, entendida como a apreensão do que aparece no mundo real. Entre todos os seres vivos no planeta Terra, o ser humano evoluiu com características diferenciadoras dos outros mamíferos e de todas as outras espécies, especialmente a

capacidade simbólica, ser dotado de consciência e basear o seu comportamento social na capacidade de dar forma (significado em latim de *informatio*) às ideias e emoções e conseguir partilhá-las (significado em latim de *communicatio*) aos seus semelhantes. Temos, assim, um fenómeno humano de raiz cognitiva e de modelação social, que não se confunde com a função relacional dos outros animais, pelo que devemos deixar clara que informação e comunicação designam o fenómeno psicossomático do ser humano. E feita esta delimitação passamos à fase epistemológica seguinte: a construção do objeto específico da Ciência da Informação.

Esta segunda fase exige uma clarificação definitiva pondo em evidência três módulos (Silva; Paletta, 2022):

- 1º conjunto estruturado de representações racionais e emocionais socialmente modeladas (sinais, símbolos) codificadas;
- 2º susceptível de ser inscrito ou materializado em qualquer suporte (ou substância material natural ou manufacturada; artefacto);
- 3º e que podem ser partilhadas de forma síncrona ou assíncrona, unidirecional ou multidirecional (comunicação).

Assentes nesta “definição” modular é possível superar a posição demasiado simplista de Brookes e Ingwersen e daqueles que sustentam que o objeto científico é o documento (conteúdo + suporte), quando é óbvio para todos que a simples ênfase na “organização do conhecimento” revela que o foco de todo o trabalho está no conteúdo e não no continente ou suporte, em suma, que o foco (o “núcleo” da investigação científica) são as ideias ou temas verbalizados e escritos. saídos do cérebro/mente (Mora, 2002) de alguém ou de algumas pessoas e captado por outra ou por muitas. Esta dimensão cognitiva (e emocional) sobreleva o

facto sublinhado por Moreiro Gonzalez (2005) de que só conseguimos lidar com a informação uma vez materializada, na forma de documento, o que é verdade, mas... Não é, porém, no suporte e, sim, no conteúdo que recai o trabalho analítico do profissional da informação. Este não estuda, por exemplo, o fabrico do papel, nem lhe coube a ele o trabalho de criação do hardware e do software que compõem os dispositivos informáticos – o suporte digital dominante hoje, sendo certo que num futuro, que já está a fazer-se presente, as competências computacionais terão de ser reforçadas e até incluídas na formação do cientista e gestor de informação.

Seguindo os módulos acima destacados percebe-se que a informação além de cognitiva é social forçosamente porque os códigos (da língua aos códigos-máquina como os algoritmos) que expressam as representações são um produto social e que quando as representações codificadas se materializam num qualquer suporte externo ao sujeito humano temos o documento, que é um meio *sine qua non* para a comunicação cara a cara ou à distância de um para muitos e de muitos para uma infinidade de interlocutores.

O exemplo de Lund (2024) do jantar de família serve, perfeitamente, para questionar o neodocumentalismo e para mostrar a importância relativa do elemento suporte, constituinte do documento. Para que o jantar de família seja documento ele teve de ser registado num suporte, possivelmente em papel com o relato mais ou menos detalhado desse momento familiar de convívio, em fotografia impressa em papel ou em negativo ou um registo audiovisual. Este vídeo contém informação potencialmente comunicável: as pessoas presentes no jantar conversaram e comeram, o menu servido seguiu uma ementa, e a partilha desta situação concreta pode abranger o número digitalmente mensurável de visualizações. Ao cientista da informação interessa estudar o contexto gerador do jantar, organizar os tópicos das

conversas aí havidas e procura mapear e entender o comportamento dos usuários dessa informação audiovisual, as necessidades que motivam a busca e quais as vias de acesso ao conteúdo por eles preferidas. O foco está, pois, na infocomunicação (Silva, Gouveia, 2023, p. 40-58; Silva, Gouveia, 2020, p. 15-33; Passarelli, Malheiro, 2019), que completa de forma mais precisa a informação documental enquanto base do objeto de estudo da Ciência da Informação, fixada como uma ciência social aplicada que investiga os problemas, as questões e os casos relacionados ao fenómeno infocomunicacional perceptível e cognoscível através da confirmação das propriedades inerentes à génese do fluxo, à organização e recuperação e ao comportamento informacional, ou seja, todo um processo ou ciclo desde a origem, passando pela coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e uso da informação (Silva, Paletta, 2022, p. 12) – fluxo infocomunicacional (ciclo ou processo, objeto exclusivo da CI). Com este redirecionamento pretende-se acentuar a diferenciação substantiva entre o conteúdo partilhado (infocomunicação) e o meio ou meios que a materializam (documento) e que o foco da Ciência da Informação está mais no conteúdo que no meio.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto A. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros; São Paulo: Associação Brasileira de Profissionais da Informação, 2014.

BRIET, Suzanne. **Qu'est que la documentation?** Paris: EDIT – Éditions Documentaires, Industrielles et Techniques, 1951.

CAPURRO, Rafael. **Epistemologia y ciencia de la información**. 2003. Disponível em: <https://www.capurro.de/enancib.htm>. Acesso em 10 out. 2014. Acesso em: 17 out. 2025.

CAPURRO, Rafael, FLEISSNER, P.; HOFKIRCHNER, W. **Is a unified theory of information feasible?: a trialogue**. In Second International Conference on the Foundations of Information Science. 2. The quest for a unified theory of information. [S. l.]: Gordon and Breach, 1999. p. 09-30.

KUHN, Thomas. **The Structure of scientific revolutions**. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

LUND, Niels W. **Introduction to documentation studies: complementary studies of documentation, communication and information**. London: Facet Publishing, 2024.

MORA, F. **O Problema cérebro-mente**. Lisboa: Dinalivro, 2002.

MOREIRO GONZALEZ, J. A. **Conceptos introductorios al studio de la información documental**. Salvador, BA: EDUFBA, 2005.

OTLET, Paul. **Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique**. Bruxelles: Mundaneum, 1934.

PASSARELLI, Brasilina; Ramos, Fernando; MALHEIRO, Armando. **E-infocomunicação: estratégias e aplicações**. São Paulo: Senac, 2019.

SANCHES NETO, Asy Pepe. **O que é a neodocumentação?: Acompanhando a formação da rede, dos discursos e das agências a partir das obras de Niels Lund, Michael Buckland, Ronald Day e Bernd Frohmann**. 2022. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal, Niterói, 2022.

SILVA, Armando M. da; GOUVEIA, Luis B. (Des)infocomunicação ou a busca do sentido original. *In*: LOPES,

Marília dos Santos (coord.). **A história na era da (des)informação**. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas; Universidade Católica Editora, 2023. p. 40-58.

SILVA, Armando M. da; GOUVEIA, Luis B. A. Infocomunicação ou a convergência das ciências da informação e da comunicação para um objeto comum. **Páginas A&B**, série 3, n. especial, p. 15-33, 2020. Disponível em:  
<https://doi.org/10.21747/21836671/pag2020a2>. Acesso em: 17 out. 2025.

SILVA, Armando M. da; PALETTA, Francisco C. **Ciência da informação**: estudos de epistemologia e de ética. Ponta Grossa, PR: Atena, 2022.

Como citar:

SILVA, Armando Malheiro da. A dimensão cognitiva da informação e o seu impacto na expressão “informação documental”. In: SALDANHA, Gustavo Silva. (org.). **A Ciência da Informação documental no espaço ibero-americano**: abordagens contemporâneas e perspectivas. Brasília: Editora Ibict, 2025. p. 85-104. DOI: <https://doi.org/10.22477/9788570132345.cap4>



## Capítulo 5

# LA RECONFIGURACIÓN DEL CONCEPTO DE “TIEMPO” Y SU EFECTO EN LOS FUNDAMENTOS DE LA ARCHIVOLOGÍA

Agustín Vivas Moreno

### INTRODUCCIÓN

La contribución que pretendemos llevar a cabo en estas páginas pretende insertarse en lo que venimos denominando como *Historia Cultural de la Archivística*, donde el contexto histórico-filosófico entendemos que influye directamente en la configuración epistemológica de la archivología. En una época de métricas y rankings, conviene, en ocasiones, presentar contribuciones más evocadoras y cercanas a las ciencias del espíritu, como diría Dilthey. Siempre he considerado que la hermenéutica en momentos como el que nos toca vivir se torna indispensable.

No les oculto mi preocupación por el tiempo. Supongo que los lectores también han pensado en cómo el tiempo puede

condicionar lo que les queda de existencia y de qué forma gestionarlo. Ello quizás sea debido a que en última instancia somos tiempo, y sin él nada somos. Así, el tiempo ha sido una constante para filósofos, sociólogos o historiadores. En otros términos, nuestro ser, al igual que la historia, no es pensable sin el tiempo.

En este orden, yo añadiría que, en nuestra disciplina, el tiempo y su naturaleza, desde diferentes variables, resulta sustancial para la configuración de la Archivología, conformando principios y articulando el tratamiento documental. A intentar explicar esto, nos dedicaremos.

No obstante, el tiempo no es algo homogéneo. Una semana puede resultar extraordinariamente corta, y una hora asombrosamente larga. En realidad, hay diversidad de tiempos. El *cronos* o tiempo cronológico poco tiene que ver con el *kairos* o tiempo existencial. El tiempo, pues, no es uniforme y rectilíneo, sino que tiene múltiples configuraciones y su representación puede ser cambiante y tornadiza.

Así, el tiempo ha sido representado desde una visión cíclica y organicista. El curso cíclico de las cosas y de los seres lleva a pensar que los asuntos del mundo y de la cultura pudieran estar sujetos a cambios cíclicos que se repitan *ab infinitum*: nacer, crecer, madurar, morir y comenzar de nuevo. “*Nada hay nuevo bajo el sol*” que dice El Eclesiastés, Vico o B. Croce en diferentes contextos dan buena cuenta de todo ello. Por otro lado, el tiempo ha sido representado por un desarrollo lineal. Bajo esta perspectiva, el tiempo lineal defiende una concepción ilustrada de progreso histórico. El tiempo supone en su imagen lineal avances y mejora constante. Los pensadores renacentistas e ilustrados del s. XVIII son ejemplos. O por otro, el tiempo ha sido representado en espiral, proveniente fundamentalmente de la visión del tiempo y de la historia como conflicto. La idea de cambio no debe entenderse en línea recta, asimilándose a la idea de progreso, sino que es

transformación y modificación de la sociedad. Se trata de la relación dialéctica tesis, antítesis y síntesis que, entre otros, ha sido postulada por el marxismo.

Pongamos otro ejemplo. Obviamente, el tiempo histórico estudia el pasado. Ahora bien, no es lo mismo analizar lo que ayer sucedió que lo que ha acontecido en las últimas décadas. No es similar el “tiempo efímero” de una disciplina que aquél otro que define sus disposiciones ocultas. Recordemos, en este sentido, los tres tiempos que ya describía la conocida Escuela de Annales (Borguère, 2008): el “*Tiempo Corto*” o de los *acontecimientos*, el “*Tiempo Mediano*” o de las *coyunturas* y el “*Tiempo Largo*” o de las estructuras. En definitiva, el concepto de tiempo es multilateral, y presente diferentes aristas y múltiples configuraciones. Finalmente, podemos decir que el tiempo es la denotación del cambio con arreglo a una cadencia de lo anterior y lo posterior, y que en la realidad archivológica, como intentaremos vislumbrar, es un ingrediente esencial de su identidad.

Nuestro estudio está referido a un análisis del “tiempo largo” concebido como tiempo interno, esto es, como forma de análisis de la temporalidad archivística, para intentar así una categorización racional de la disciplina.

Pues bien, llegados a este punto, quizás convenga exponer inicialmente que el documento archivístico no es un documento mas (Heredia Herrera, 2014). No nos basta con decir que es un soporte que contiene información. En su delimitación está su esencia. Sus características diferenciadoras le sustentan: su *exclusividad* – esto es, la información que contiene raramente se encuentra en otro documento-; su *autenticidad* –el documento auténtico es lo que pretende ser, creado por la persona o institución que se presume y enviado en el tiempo presumido-; su *fiabilidad* – son representativos de transacciones, actividades o hechos-; su

*integridad* – esto es, está completo e inalterado-; o su *naturalidad* – se producen en el proceso natural de actividad.

Sin embargo, nos detendremos en dos elementos que considero importantes para nuestras pretensiones:

- Por un lado, podemos decir que el documento de archivo es el resultado de una actividad continuada en el tiempo formando series documentales. En otros términos, el tiempo se configura como elemento clave de la formalización del documento archivístico. Es el tiempo, pues, una propiedad que da sentido al documento archivístico. Este no es un documento aislado y no tiene razón de ser sino en la medida en que pertenece a un conjunto orgánico de documentos, que se argumenta en el paso del tiempo. De aquí podemos inferir, por un lado, que el documento no cobra valor cuando es separado de los precedentes y subsiguientes y arrancado del corpus al que pertenece. Jenkinson (1922) hablaba de *interdependencia*; y, por otro, que el documento archivístico se articula como un documento socio-temporal. Es decir, no se trata de un documento individual sino, podríamos calificar, como de *social*. No se trata de elementos yuxtapuestos, sino formando parte de un conjunto orgánico, y qué solo cobra sentido cuando se mantiene en el tiempo. Los documentos son, pues, sociales porque están interrelacionados, se encuentran unidos a otros del grupo y su significado depende de esa relación o nexos que los condiciona. Un documento individual y no social, esto es, sacado de lugar que le dio su productor, se desnaturaliza. Por otro lado, el documento archivístico, para serlo debe componer series, donde la temporalidad resulta clave. El mantenimiento en el tiempo de la actividad producida por un sujeto productor resulta ser el vínculo entre los documentos.

- Otra de las características que me gustaría reseñar es la relación necesaria que el documento archivístico tiene con su contexto. Aunque más tarde volveremos sobre ello, podemos decir que los diferentes contextos explican el origen del documento y su uso, y éstos se ven modificados con el tiempo. En otros términos, el contexto, que resulta sustancial para la comprensión del documento archivístico, no es algo estático sino dinámico, no es un objeto pasivo o un simple “registro de evidencia” sino un agente activo que se ve mediatizado por sus circunstancias temporales. Podríamos decir, simulando a Ortega y Gasset, que *el documento archivístico es el documento y sus circunstancias*. En otros términos, la realidad circundante, que es temporal, forma parte del documento.

En definitiva, podemos decir que el tiempo articula como categoría apriorística el documento archivístico, bien sea como elemento aglutinador del organicismo documental, bien como elemento circunstancial de los contextos dinámicos y cambiantes.

Llegados a este punto, dos pudieran ser los objetivos que nos proponemos, muy cercanos a los que venimos pretendiendo en otras contribuciones:

- en primer lugar, relacionar el contexto cultural e historiográfico con el archivístico, esto es, entrever el componente histórico-racional frente al lineal y evolutivo;
- y, en segundo lugar, reflexionar sobre cómo el concepto de tiempo, influido por las prácticas culturales y sociales, se ha visto modificado, imbricando con ello los principios y las prácticas archivísticas.

Todo ello, parte de dos grandes *hipótesis*, naturalmente supeditadas a los objetivos:

- entiendo que el contexto histórico-filosófico influye directamente en la configuración del del concepto de documento archivístico y las propiedades que le delimitan;
- y considero que la atmósfera intelectual repercute en la evolución del concepto de documento y la mutación de éste es signo, a su vez, de un giro histórico (“*facendo lo storico fa dell’archivistica*”). (Sandri, 1968)

Los *criterios metodológicos* seguidos han sido igualmente dobles:

- por un lado, la selección y análisis comparativo del paradigma clásico de la archivística con el denominado paradigma postmoderno o social;
- y en consonancia con ello, la hermenéutica de dicho análisis mediante el examen de determinadas imbricaciones socio-culturales, con objeto de percibir la compleja configuración del documento archivístico y su relación con el concepto de tiempo en su desarrollo evolutivo.

Es conocido cómo en el desarrollo de la Archivología, fundamentalmente a partir de la década de los años 80 del s. XX, hay un proceso de profundos cambios en los postulados. Así, a partir de los conceptos y principios tradicionales, se formularon nuevos presupuestos que influyeron en la comprensión de su propio objeto de estudio, en sus pilares conceptuales, así como en el tratamiento de los documentos. Y todo ello, como intentaremos vislumbrar, tendrá resonancias en la evolución del concepto del tiempo en relación con el documento archivístico:

- Un primer momento desde la primera sistematización del pensamiento archivístico, recogido en el Manual Holandés

de 1898, hasta el inicio de los años 80 (Muller; Feith; Fruin, 2003). Se trata, según algunos autores del denominado *paradigma estatista dominante* según Cook (2001), *paradigma clásico* para Thomassen o *paradigma histórico-tecnista, custodial o patrimonialista* para Ribeiro o Silva.

- El segundo momento, desde la década de los 80 se ha definido como la etapa del *paradigma social* según Cook (2001), del *nuevo paradigma* según Thomassen (1999) el *paradigma de acceso* según Menne Haritz (2001) o *paradigma científico-informacional o postcustodial* según Ribeiro (2001). Otros hablan simplemente de cambio de paradigma y se asume como un proceso natural en la evolución teórica de una ciencia.

En todo ello, como decimos, el concepto de tiempo, influido por las prácticas culturales y sociales, se ha visto modificado, imbricando con ello los principios y las prácticas archivísticas.

## **EL TIEMPO Y DOCUMENTO ARCHIVÍSTICO EN EL PARADIGMA CLÁSICO**

El paradigma clásico unifica, desde mi punto de vista, dos etapas claramente delimitadas que simplemente mencionaré:

- Una primera, donde se cimentan los fundamentos de la Modernidad, basados, desde nuestra percepción, en un doble pilar: la herencia transmitida por la idea griega del logos y por la idea cristiana de la historia como escenario de la salvación. En ella se consolida el Estado Moderno con sus características administrativas, burocráticas y culturales y se formalizan los primeros Archivos de Estado (por ejemplo, el Archivo de Simancas), y consideramos que tiene lugar una configuración preteórica de la disciplina.

- Y una segunda, donde predominan la apuesta racionalista, la idea de progreso y el modelo filosófico prototípico de la Modernidad, que supuso las bases de la configuración teórica de la Archivología que, con algunos matices, ha pervivido hasta finales del s. XX. Aquí, las identidades nacionales y la secularización de la idea cristiana de la Historia, hacen surgir los Archivos Históricos y Nacionales; y del mismo modo, la aspiración de inteligibilidad del viejo racionalismo griego hace surgir los ideales teóricos de nuestra disciplina.

Es aquí, pues, donde surge un claro modelo archivológico, basados en el *Manual Holandés*, el *Manual de Administración de Archivos* de Hilary Jenkinson y los presupuestos de Schellenberg (1958). Si tuviéramos que mencionar algunas características distintivas, nos fijaríamos, dicho de forma muy esquemática en cuatro elementos:

- por un lado, la vertebración científica se basa en el principio de procedencia, como es conocido. Es el fundamento sobre el que se ha cimentado el progresivo desarrollo de la teoría archivística, sirviendo de base para el tratamiento documental; ello ha ocasionado un mayor despliegue en la solución de problemas relacionados con la clasificación y descripción de los documentos;
- por otro, el documento de archivo se define sustancialmente como un objeto físico y fijo, donde la función custodial se torna imprescindible;
- asimismo, se hace indispensable el concepto de fondo, como producto natural de la actividad de una entidad, resultando imprescindible identificar al productor de la documentación. En este orden, y en relación con lo que venimos estudiando acerca del concepto de tiempo, el fondo acaba determinándose por la entidad que genera la

documentación a lo largo del tiempo, en el desarrollo de las funciones. Así, la estructura del fondo de acuerdo con el principio de procedencia obliga al conocimiento de la evolución temporal de los procedimientos administrativos del productor de la documentación. Tiempo y fondo documental, pues, como elementos ensamblados, como si fueran dos caras de una misma moneda.

- Y un último elemento, en el que nos detendremos, por su directa vinculación con lo que ahora nos concierne de forma más directa: el denominado ciclo vital de la documentación.

Como es conocido, algunos autores consideran al ciclo de vida de los documentos la base sobre la que se desarrolló el Record Management, mientras que otros lo consideran como el fundamento que justifica la ampliación del campo de actuación de la archivística. En cualquier caso, se atribuye a Wyffels (1972) la invención de la “teoría de las tres edades” de los documentos que no consideramos explicitar aquí (edad administrativa, edad intermedia y edad histórica). Lo cierto es que cuando comenzó a desarrollarse el *records management* en EE.UU. fue cuando fue utilizado por primera vez el concepto, precisamente para justificar la intervención en la fase activa de los documentos. Más tarde, Rhoads (1989) distingue cuatro fases en el ciclo de vida de los documentos, relacionados con la *creación de los documentos*, su *mantenimiento y uso*, su *disposición* y la *gestión de archivos*. En cualquier caso, el ciclo de vida de los documentos de archivo ha tenido un especial desarrollo, y su concepto puede ser fácilmente comprendido si se compara al documento con un organismo vivo.

En definitiva, lo cierto es que todos los documentos pasan por distintas fases temporales en las que se confeccionan determinados elementos. Así, el concepto de ciclo de vida de los documentos no sólo ha servido para la construcción de un modelo

profesional sobre el que se desarrollan los denominados “programas” de records management, sino que además ha determinado las que son consideradas como herramientas fundamentales: el cuadro de clasificación, los calendarios de conservación o disposición, y los instrumentos para la descripción y recuperación.

En este punto, observamos indefectiblemente una vinculación directa entre el documento archivístico y el tiempo, pues sólo se entiende en su contexto histórico filosófico. Podemos decir que el ciclo vital del documento es fruto de la percepción lineal del tiempo, establecida bajo los principios racionalistas de la ilustración. De hecho, más bien que ciclo vital del documento, podría postularse la expresión “*línea vital del documento*”.

En este orden, podemos entrever una relación directa entre dicha línea vital, esto es, la percepción del documento como un ser orgánico, con la idea de historicidad. Recordemos que es en el s. XVIII cuando la Historia se configura como una ciencia autónoma, con fundamentación filosófica, contribuyendo así a derribar la concepción providencialista anterior y a construir el individuo como sujeto histórico protagonista y configurando la razón teórica y práctica como base del conocimiento y del progreso. En este orden, ¿acaso no hay relación entre la vinculación que establece Kant entre Naturaleza e Historia con la que nosotros establecemos entre documento y organismo vital? ¿o entre la representación de la idea de progreso organicista de Turgot y lo que pensamos del documento como ser vivo? Incluso Rousseau defiende la perspectiva naturalista de la Historia como nosotros lo hacemos del documento, o Condorcet establece que la Historia conduce a un fin, como nosotros pensamos del documento archivístico que conduce finalmente a los archivos históricos.

En definitiva, opinamos que el “ciclo vital” o “línea vital” del documento archivístico, donde el concepto de tiempo resulta sustancial, resulta ser fruto de las ideas de la Modernidad. Se entenderá así, que como resultado de la quiebra de la Modernidad que tiene lugar en las décadas finales del s. XX, los principios epistemológicos de la archivología se vean trastocados.

## **EL TIEMPO Y DOCUMENTO ARCHIVÍSTICO EN EL PARADIGMA POSTMODERNO**

Sin embargo, como decimos, desde la década de los 80 del siglo pasado se observan en el ámbito archivológico, diferentes cuestiones que no podían ser reveladas en el contexto de los principios teóricos tradicionales. Consideramos que ello es fruto de un nuevo escenario cultural y social ocasionado por la influencia extraordinaria del postmodernismo como nueva concepción histórico-filosófica y del impacto que están ocasionando las tecnologías de la Información.

Ello, expuesto de forma muy simple, sostengo que trae tres consecuencias en el marco archivológico: por un lado, se cuestionan las grandes formulaciones de la Modernidad respecto a los principios de la naturaleza archivológica: el principio de procedencia, el ciclo de vida, el enfoque custodial, o la objetividad y neutralidad de los archivos; por otro, y, en línea con ello, el impacto que el *determinismo tecnológico* (Bearman, 1994) tiene en el nuevo concepto y forma del documento archivístico; y, por último, vinculado a lo anterior, un nuevo concepto de tiempo que, frente a la linealidad modernista, se torna dinámico, fragmentario y difuso.

Pero veamos un poco más detenidamente todo ello. En líneas generales, la postmodernidad supone el cuestionamiento general de las doctrinas ilustradas heredadas. Se trata del

agotamiento de la Modernidad. La razón acaba construyendo monstruos. Es el abandono de la idea de que la ciencia se apoya sobre la firme base de hechos observables; se impugna que la verdad pueda ser establecida a través del acceso directo a los documentos. El documento ya no es una fuente objetiva e imparcial sino fruto de los poderes y las circunstancias temporales que evolucionan. Se produce así, una quiebra del documento como objeto jerárquico del conocimiento.

Todo tiene origen en el nihilismo de Nietzsche y su sensación fluida e incierta de la realidad, y que tendrá seguimiento en Derrida (1996), que indica que fuera del lenguaje no hay significado, fracturándose y fragmentándose el mundo; en Lyotard y la incredulidad en los metarrelatos, donde lo único que queda son juegos de lenguaje e interpretaciones, tornándose el conocimiento en eficacia y productividad; en Foucault y su visión de la historia como discursos del poder; en Braudillard y el triunfo del simulacro frente a la realidad, dominada por la imagen y el montaje; en el pensamiento débil de Vattimo; o en el tiempo del vacío y lo efímero de Lipovetski.

A todo ello se suma el impacto de las TICs, donde el “determinismo tecnológico” (en palabras de R.J. Cox, 2001), el “Imperativo tecnológico” (utilizado por C.M. Dollar, 1992) la “tecnología condicionada y condicionante” (expresión de Margaret Hedstrom, 2002) o la “revolución de la información electrónica” (de D.A. Bearman, 1994), trae consigo modificaciones en la forma del documento. Así, frente al tradicional, *el documento electrónico es sencillamente manejable, velozmente cambiante, íntimamente localizable, o infinitamente replicable; y naturalmente, modificaciones en los procesos de trabajo y en la praxis archivística.* (Delgado Gómez, 2010)

Si los logros de la Modernidad fueron la racionalización de la Archivología, o un nuevo orden teórico de carácter global, todo ello va degenerando en desencantamiento e incertidumbre. Hay

una constatación de que el modelo científico nacido de la Modernidad ha dejado de sentirse seguro de sí mismo, que ha palpado sus límites y riesgos y que ha encontrado problemas para adaptarse a los nuevos criterios postmodernos. La respuesta ante esta nueva situación, como ya expuso E. Peis, no ha sido unitaria, sino fiel al espíritu postmoderno, fragmentaria, múltiples y dispersa.<sup>4</sup> Surge el debate entre aquellos que aún eran partidarios de la reconciliación con la Modernidad postulando una solución reformista, y los que consideraban que había llegado a su término y abogan por una ruptura con los principios tradicionales.

Para los primeros, la solución estriba en conformar los principios y metodologías tradicionales al nuevo entorno. El paradigma postmoderno no debe implicar necesariamente un rechazo de la Modernidad sino la posibilidad de un diálogo con ella. No es tanto la conciencia de haber superado una fase histórica, o de haber accedido a otra, cuanto la de la necesidad de hacernos con nuevos instrumentos conceptuales en el marco archivológico que complementen los anteriores. Para los segundos (Bearman, Cox, Cook y Headstrom entre otros) hay una tendencia de mostrar la disconformidad de los conceptos y funciones tradicionales para hacer frente a la gestión de los documentos electrónicos y es ineludible la formulación de un nuevo modelo científico.

Todo ha originado, como digo, debates teóricos, en torno a diferentes ejes, siendo los fundamentales, como expone Mena Múgica<sup>5</sup>, el concepto de documento, el de evidencia, el principio

---

<sup>4</sup> Seguimos las excepcionales contribuciones de PEIS, E. “‘Archivando’ registros electrónicos”. *Legajos*, [s.l.], v. 13, p. 21-32, 2010. También en otras contribuciones del mismo autor.

<sup>5</sup> En las páginas que siguen adaptamos: MENA MÚJICA, M. “Coordenadas del cambio de paradigma en la archivística. Argumentos para sus rasgos post-custodiales”. *In*: JORENTE, M.; PADRON, D. (Eds.). **Una mirada a la ciencia de la información desde los nuevos contextos paradigmáticos de**

de procedencia, el debate custodial-postcustorial y el problema del ciclo vital. Todo ello, aunque fundamentalmente este último, se traduce en una nueva relación entre documento archivístico y tiempo. Conviene, pues, siguiendo a esta autora, adaptar esta sistematización a la problemática temporal que venimos analizando.

*Respecto al problema del concepto de documento*, parece obvio decir que la Modernidad trazó una relación directa entre la archivología y la consolidación de fuentes objetivas de información para la investigación. Tal y como expone Mena Múgica, archivos e investigación son ejes de la misma estructura. Los documentos comienzan siendo evidencia y completan su ciclo temporal como vertebradores de la memoria objetiva. Se constata, pues, una evolución conceptual de la *evidencia* a la *memoria*. Sin embargo, la nueva conceptualización filosófica de los últimos años y su aplicación al documento electrónico abre nuevas formas y usos. Ello es debido a dos elementos: por una parte, las dudas del paradigma postmoderno respecto a la imparcialidad/objetividad de los documentos; y, por otro, los cambios que origina el documento electrónico, que de naturaleza fija e inmutable pasa a ser de carácter dinámico y mutable. Pues bien, en todo ello, el nuevo concepto de tiempo, tal y como venimos diciendo, juega un papel nuclear, pues el contexto que genera el documento y sus percepciones o usos son temporales y fragmentarios. El tiempo deja de ser lineal para considerarse, en palabras del sociólogo Bauman, puntillista, movedizo y mudable. En consecuencia, el concepto de documento postmoderno se basa en su carácter contextual y evidencial y no en ser fuente para la investigación. (Araujo, 2013).

---

**la postmodernidad.** Marília: Oficina Universitaria. Sao Paulo: Cultura Académica, 2017. p. 43-69.

La respuesta, no obstante, ante esta situación, tal y como expone Mena Múgica (2009), es dispar. Nuestra autora cita el proyecto *Interpares*, por ejemplo, que postula una *reforma* del paradigma modernista frente a los que suscitan “*hacer tabla rasa del pasado*”, entendiendo que los documentos electrónicos en esta nueva medida del tiempo presentan componentes similares a los de los soportes físicos, aunque se manifiestan de forma diferente dado su carácter hipertextual, dinámico, interactivo y experiencial (Duranti, 2013). Por su parte, los investigadores de la Universidad de Monash, inspirados en Lyotard y Giddens, defienden el valor evidencial del documento de forma continua a lo largo de toda su existencia y cuestionan la dicotomía entre evidencia y memoria. El tiempo basado en esta antítesis queda disgregado. Y Ketelaar (2007) defiende que el documento es – fíjense- una construcción siempre cambiante en el tiempo, pues los factores socio-culturales del momento son nucleares para ver si algo merece o no ser archivado.

*El concepto de evidencia* es otro de los debates suscitados, en el que no podemos detenernos y que expone Mena Múgica. Para el paradigma modernista, el carácter de evidencia viene determinado por la objetividad e imparcialidad del documento, que deviene en ser registro neutral de actividades y, por ende, información. Sin embargo, para el paradigma postmoderno, las tecnologías de la información perturban el registro evidencial de los documentos electrónicos al ser éstos manipulables, transformables o replicables. No obstante, tal y como sucede con otros debates, la respuesta ante esa situación no es uniforme. Están quienes entienden que los documentos no son nunca un reflejo fiel de las acciones sino más bien interpretaciones sujetas - fíjense de nuevo en la relación que defendemos- del momento temporal y sus circunstancias contextuales. Por otro, estarán aquellos quienes diferencian el concepto de evidencia del documento desde la

perspectiva del creador y del usuario. Duranti (1997)<sup>6</sup>, por ejemplo, entiende que desde la primera perspectiva no puede hablarse de evidencia, pero sí desde la disposición del segundo. Pues bien, en todo ello, el nuevo concepto de tiempo en la postmodernidad queda enfrentado con el previsto en el paradigma clásico. Si el tiempo queda fragmentado, si el contexto es múltiple y dinámico, y si el yo se presenta de manera multiforme y alejado de la identidad estática y racional, parece lógico que el documento archivístico se vea envuelto en un debate sobre su valor evidencial.

Otro de los debates que se promueven, siguiendo a Mena Múgica, es naturalmente el del *principio de procedencia*. En la Modernidad, la procedencia, como es sabido, se vinculó a las estructuras orgánicas de donde procedían los documentos. El tiempo lineal explica la fijación en el objeto informativo. Sin embargo, en el nuevo paradigma, la procedencia adquiere nuevas y diferentes interpretaciones que no son consonantes. Para unos, el principio de procedencia ha quedado desarticulado. Para otros, sin embargo, hay que “*redescubrir la procedencia*”, centrándose su análisis en el contexto de creación y no en las estructuras organizacionales, pues es aquél quien determina en último extremo los procesos creación. En cualquier caso, la atención en el nuevo marco, queda desviada al contexto más que al contenido informativo del documento. Si el documento cambia su forma con el tiempo, si el contenido es mutable con el tiempo y si el documento es distinto en cada uso o circunstancia temporal, debemos concentrarnos en el contexto del documento. Si el documento siempre se mueve a través del tiempo, lo que interesa mantener bajo control no es el

---

<sup>6</sup> DURANTI, L. “Archives as a place”, *Archives and manuscripts*, 25 (1997); ídem. *Diplomatics: new uses for an old science*. Lanham: Scarecrow Press, 1998; ídem. *Preservation of the integrity of electronic records*. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher, 2002; ídem. “The impact of digital technology on archival science” *Archival Science*, 1 (2019), pp. 39-55.

documento en sí – que es discontinuo - sino la lógica mediante la cual se crea el documento en sus contextos de creación. Vemos, pues, como el concepto temporal de la postmodernidad influye decididamente en el debate sobre la procedencia. Su interpretación simplista y unidireccional deja de considerarse para centrarse en la gestión de las funciones.

Otro de los debates que tienen lugar, a tenor de lo que llevamos dicho, es el *dilema custodial o postcustodial*. La Modernidad, al decir de la práctica totalidad de los autores, ha basado su proceder desde una perspectiva puramente custodial. La custodia física, entendida como registro y control de los documentos en una entidad, y la custodia legal, advertida como eje de responsabilidad de los documentos, han centrado el debate en la época moderna. Sin embargo, en el nuevo marco postmoderno, la perspectiva custodial ha sido ampliamente discutida y, fiel a su versatilidad, la respuesta no ha sido uniforme. Para unos, los que podríamos denominar como reformistas (Eastwood o Duranti), la custodia física y legal debe ser prorrogada y los documentos deben estar preservados en un ambiente archivístico. En otros términos, el control archivístico determina su autenticidad; para los segundos, que podríamos designar como rupturistas, (Bearman, Dollar, Cook, Upward) la custodia de los documentos debe ser compartida entre el productor y la institución archivística. En cualquier caso, este dilema no debe ser interpretado con la idea de no custodia de los documentos, sino que se encuentra vinculado a las nuevas corrientes postmodernistas donde el documento ya no tiene diferentes valores o etapas, dado que el tiempo ha quedado paralizado.

Y, por último, el debate más claramente vinculado con la nueva concepción temporal es la cuestión sobre el *modelo del ciclo de vida o el de la continuidad de los documentos*. El ciclo vital se corresponde en la Modernidad con la metáfora de ver el documento como una

historia de vida natural. Esta visión se corresponde con una interpretación del tiempo ilustrada, sustentada en el progreso histórico del hombre y del documento. Si la historia es reflejo de la fe en el progreso, el documento avanza de la evidencia a la memoria, de su valor primario al secundario. El tiempo queda representado por una línea vital. Naturalmente, esta interpretación del tiempo queda anulada en la postmodernidad. Aquí el tiempo no tiene una interpretación unidireccional, y el tiempo queda fragmentado, disperso y anulado. Eso se corresponde con un nuevo modelo desarrollado por archivistas australianos mediante el modelo denominado como el Modelo de record Continuum.

Por tanto, este modelo se corresponde con una interpretación novedosa que subyace a la postmodernidad. Se basa en la necesidad de elaborar una nueva estrategia, basada en la importancia de la relación contextual de los documentos como evidencia de las actividades de quien los produce. En este escenario, la praxis archivística debe modificar su centro de atención desde el asunto al contexto, desde el objeto a su función y desde la custodia a la intervención en el proceso de creación. Dicho modelo, se basa, casi telegráficamente, en lo siguiente: los conceptos de espacio y tiempo, como si del Espíritu Absoluto hegeliano se tratara, dejan de existir, el eje medular viene dado por la forma documental y el contexto de creación. Así, este modelo considera la gestión de documentos como un proceso continuo desde el momento de generación hasta su disposición final. De este modo, si el ciclo de vida propone una distinción temporal entre la fase pre-archivística y la puramente archivística, el modelo continuum lo integra todo, considerando que un registro no pasa por distintas fases de vida, sino que presenta distintas peculiaridades de gestión como imagen vital en cuatro ejes y dimensiones. Como es sabido, los autores lo explican en una representación gráfica basada en cuatro ejes y cuatro círculos

concéntricos o dimensiones: *el Eje de la identidad, el de la evidencia, el transaccional y el archivístico o de la gestión de documentos.*

Las cuatro dimensiones, representadas por círculos concéntricos, hacen referencia a las actividades de gestión documental que es preciso realizar sobre los documentos. Son las cuatro siguientes: creación de documentos, captura de datos para el uso de los documentos, organización de documentos y mantenimiento de la memoria colectiva. La unión de los elementos presentes en los ejes a la altura de cada dimensión da lugar, de forma abstracta, a las grandes actividades de gestión documental: *Dimensión 1: creación de documento; Dimensión 2: captura de datos; Dimensión 3: organización de documentos; y Dimensión 4: mantenimiento de la memoria colectiva.*

En cualquier caso, nuestra hipótesis es que el nuevo concepto de tiempo, como decimos, se encuentra íntimamente vinculado con este nuevo modelo. Es fiel reflejo de la postmodernidad, no disponiendo de ningún mecanismo de representación histórica del futuro. El record continuum representa, pues, la fragmentación, la simultaneidad de vivencias espaciales y temporales, un proceso socializador de un no-lugar y un no-tiempo. El dinamismo del documento, su constante reformulación no sólo comporta el derrumbe de las ideas racionales de la Modernidad archivológica, sino también la constante transversalidad temporal, no distinguiéndose el documento como prueba o como memoria. Queda por ver donde nos conduce esta multiformidad sometida a múltiples cambios que defiende la identidad dinámica del documento.

## CONCLUSIÓN

Llegados a este punto, déjenme concluir con unas aseveraciones:

- (1) Por un lado, considero que *el contexto histórico-filosófico influye* directamente en la configuración epistemológica de la archivología; en otros términos, el paso de la Modernidad a la Postmodernidad ha tenido consecuencias determinantes en los principios y métodos archivísticos. La Modernidad considero que ha tenido dos etapas: una primera, de carácter preteórico, caracterizada por la consolidación del Estado Moderno y la praxis exitosa. La idea cristiana de la historia y la idea griega del logos serán las bases en las que se levantará el modelo clásico o Moderno de la Archivología; y una segunda, donde tiene lugar la consolidación de un modelo científico archivológico fruto del modelo filosófico de la Modernidad. Dicho modelo se basa en la idea de historicidad y en la articulación teórica y estable de principios epistemológicos que se extienden a la gestión documental administrativa. Por su parte, el modelo postmoderno transita desde lo unitario y estable hacia lo fragmentario y múltiple, originándose controversias, incertidumbres y oportunidades. Digamos, en consecuencia, que nuestra disciplina, se ha visto afectada por el proceso general de la cultura occidental, que ha pasado de lo sistemático y sólido a los “tiempos líquidos”.
- (2) En todo este trayecto *el concepto de tiempo lo considero nuclear*. Se ha pasado de una percepción del documento desde una perspectiva ilustrada y orgánica –la línea vital- sustentada en el progreso histórico a una interpretación donde el tiempo no tiene una interpretación unidireccional, quedando fragmentado, disperso y anulado. Ello resulta nuclear para la

comprensión de lo que viene sucediendo en el marco teórico de nuestra disciplina.

- (3) Y en todo, ello, ¿Cuáles son los nuevos retos que tenemos por delante?
  - Por un lado, la reconstrucción teórica en este nuevo modelo, que se inclina por la heterogeneidad y la deconstrucción de las ortodoxias que se han aceptado durante largo tiempo como, naturales o verdaderas. Ello obligará a seguir revisando conceptos como la neutralidad de los archivos o la complejidad del contexto.
  - Por otro lado, en la vigencia o modificación de la praxis archivística, al menos, en dos direcciones: en la valoración y en la preservación. (Hernández Olivera, 2016).
  - Y naturalmente en la formación del profesional. Todo este impacto representa un reto para la profesión, pudiendo ser un elemento clave hacia la concreción de un “nuevo” profesional; y una oportunidad única, porque ahora más que nunca nuestra disciplina puede situarse en una posición estratégica para la verificación de gobiernos democráticos y transparentes.

Y termino con una opinión, ahora que nos encontramos lamentablemente en una etapa donde los desarrollos teóricos son minusvalorados frente a métricas y cuestiones operativas, consideramos sustancial los análisis que consisten en la realización de una hermenéutica acerca de la vinculación existente entre los factores socio-culturales y la configuración archivológica, con objeto de hacer una Historia Cultural de la Archivología.

## REFERENCIAS

ARAUJO, C. A. A. Epistemologia da arquivologia: fundamentos e tendências contemporâneas. **Ciência da Informação**, [s.l.], v. 41, p. 50-63, 2013.

BEARMAN, D. **Electronic evidence**: strategies for managing records in contemporary organizations. Pittsburgh: Archves & Museum Informatics, 1994.

BORGUIÈRE, André. **La escuela de los Annales**. Valencia: Universidad de Valencia, 2008.

COOK, T. Archivística y potmodernidad: nuevas formulaciones para viejos conceptos. **Archivística**, [s.l.], v. 1, p. 3-24, 2001.

COX, R. Managing records as evidence and information. Wesport: Quorum books, 2001.

DELGADO GÓMEZ, A. El documento electrónico en la sociedad de la información. **Legajos**, [s.l.], n. 3, p. 121-153, 2010.

DERRIDA, J. **Archives fever**: a freudian impression. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

DOLLAR, C. **Archival theory and information technologies**: the impact of information technologies on archival principles and methods. Macerata: University of Macerata Press, 1992.

DURANTI, L. El concepto de documento de archivo en entornos experienciales, interactivos y dinámicos: ensayo de discusión. **Legajos**, [s.l.], n. 13, p. 131-158, 2013.

DURANTI, L. Archives as a place. **Archives and manuscripts**, [s.l.], n. 25, 1997.

HEDSTROM, M. Archives, memory, and interfaces with the past, **Archival Science**, [s.l.], v. 2, n. 1, p. 21-43, 2002.

HEREDIA HERRERA, A. Entre la nostalgia de la tradición y el mito de la modernidad. **Legajos**, [s.l.], n. 3, p. 147-160, 2014.

HERNÁNDEZ OLIVERA, L. Tiempos de cambio. Reflexiones sobre la doctrina archivística en España (1985-2015). **Tria**, [s.l.], v. 20, p. 45-71, 2016.

JENKINSON, Hilary. **A manual of archive administration including the problems of war archives and archive making**. Oxford: The Clarendon Press, 1922.

KETELAAR, E. Narrativas tácitas: los significados de los archivos, **Tábula**, [s.l.], n. 10, 2007, p. 137-148, 2007.

MENA MUGICA, M. Evolución de la ciencia archivística. **ACIMED**, [s.l.], v. 20, n. 1, 2009. Disponível em: <http://scielo.sld.cu/pdf/aci/v20n1/aci04709.pdf>. Acesso em ene. 2023.

MENNE-HARITZ, A. El acceso-la reformulación de un paradigma archivístico. **Archival Science**, [s.l.], v. 1, p. 57-82, 2001.

MULLER, S.; FEITH, J.; FRUIN, R. **Manual for the arrangement and description of archives**. Society of Amer Archivists. 2. ed. Chicago: H.W. Wilson, 2003. (Original publicado en 1898).

RHOADS, J. B. **The role of archives and records management in nacional information systems: a RAMP study**. Paris: UNESCO, 1989.

RIBEIRO, F. Archival Science and changes in the paradigm. **Archival Science**, [s.l.], v. 1, n. 3, p. 295-310, 2001.

SANDRI, L. La storia degli archivi. **Archivum**, [s.l.], v. XVIII, 1968. p.113.

SCHELLENBERG, TR. **Archivos modernos**. Principios y técnicas. La Habana: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1958.

THOMASSEN, T. The development of archival science and its european dimension. *In: SEMINAR FOR ANNA CHRISTINA ULFSPARRE*. Estocolmo: Swedish national Archives, 1999.

WYFFELDS, A. **Archives contemporaines et dépôts intermediaires**. Bruxelles: Archives Générales du Royaume, 1972.

Como citar:

VIVAS MORENO, Agustín. La reconfiguración del concepto de “tiempo” y su efecto en los fundamentos de la archivología. *In: SALDANHA, Gustavo Silva. (org.). A Ciência da Informação documental no espaço ibero-americano: abordagens contemporâneas e perspectivas*. Brasília: Editora Ibict, 2025. p. 105-128. DOI: <https://doi.org/10.22477/9788570132345.cap5>

## Capítulo 6

# **LAS HUMANIDADES DIGITALES EN EL CURRÍCULO DE CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN EN CUBA: AVENTURAS DE LOS LABORATORIOS COLABORATIVOS DE HDCICUBA**

*Ania R. Hernández Quintana*

### **INTRODUCCIÓN**

En las últimas dos décadas, las Humanidades Digitales han emergido como un campo interdisciplinario que reconfigura las formas de producción, circulación y preservación del conocimiento humanístico mediante el uso crítico de tecnologías digitales (Svensson, 2012). Si bien su desarrollo inicial se centró en contextos académicos del Norte Global, las preocupaciones desde la geopolítica del conocimiento sugieren investigar “qué asimetrías

de poder y qué beneficios reciben las instituciones y ciudadanos del Sur Global de estos proyectos” (Afanador-Llach, 2024).

En un desarrollo caracterizado por agendas decoloniales, enfoques comunitarios y una fuerte vinculación con las Ciencias de la Información, las Humanidades Digitales en el ámbito académico cubano operan desde el compromiso con el fomento de competencias digitales y técnicas imprescindibles para los profesionales en un escenario cada vez más interconectado y en lengua española (Lázaro y De-Juanas, 2024).

La agenda decolonial, inspirada en los trabajos fundacionales de Walter D. Mignolo (2010), propone dismantlar la colonialidad del saber y del poder, promoviendo formas alternativas de producir, representar y acceder al conocimiento que respeten la diversidad epistémica. Esta crítica no solo cuestiona qué se digitaliza, sino cómo, para quién y desde qué posición geopolítica se hace.

Por su parte, la perspectiva comunitaria busca democratizar la producción de conocimiento, hacerla más inclusiva y ética, transformando cada proyecto en un espacio de justicia social y co-creación en el que profesionales, académicos, estudiantes y también miembros de la comunidad participen activamente en la identificación de cada problema y en las propuestas de solución.

En Cuba, las Humanidades Digitales encontraron un terreno fértil en el currículo de Ciencias de la información, particularmente en la Universidad de La Habana. En ese contexto y desde su fundación en 2016, el equipo de HDCICuba (Humanidades Digitales y Ciencias de la Información en Cuba) ha impulsado una serie de laboratorios colaborativos que funcionan como espacios híbridos de enseñanza, investigación y extensión universitaria.

Estos laboratorios no solo potencian el conocimiento de herramientas digitales y su introducción en el currículo formal, sino que cuestionan las fronteras disciplinares tradicionales y proponen nuevas formas de hacer ciencia en contextos complejos. Casi una década después, lo más destacable, sin dudas, ha sido su capacidad para potenciar un aprendizaje dinámico y creativo, conectado con el hacer, más allá del aula tradicional.

Los laboratorios colaborativos de HDCICuba integran principios de las Humanidades Digitales de manera crítica, contextualizada y sostenible. A continuación se abordan tres dimensiones esenciales de esa transformación: a) como una reconfiguración pedagógica del currículo, b) como una construcción de alianzas interinstitucionales y, finalmente, c) como una articulación con agendas culturales y patrimoniales.

## **DIÁLOGOS ENTRE HUMANIDADES DIGITALES Y CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN**

Las Humanidades Digitales constituyen un “campo de encuentro” (Burdick et al., 2012) donde convergen humanistas de múltiples signos, bibliotecarios, archivistas, científicos de datos, diseñadores gráficos y de experiencias web, entre otros. Con las Ciencias de la Información comparten un terreno interdisciplinario en expansión, caracterizado por el uso crítico y reflexivo de tecnologías digitales para el análisis, preservación y difusión del conocimiento humano.

Ambas disciplinas confluyen en su interés por la organización, representación y acceso a la información, aunque desde distintas perspectivas epistemológicas. Mientras que las Ciencias de la Información se centran en los sistemas, procesos y estructuras que facilitan la gestión de la información, las Humanidades Digitales aplican métodos computacionales a

preguntas tradicionalmente humanísticas, como la interpretación textual, la historia cultural o la crítica artística (Liu, 2023).

Una de las áreas de mayor intersección entre ambas disciplinas es la gestión de datos de investigación en contextos humanísticos. Para ello, las Ciencias de la Información aportan sus consolidados marcos teóricos y prácticos que resultan esenciales en la sostenibilidad de los proyectos de Humanidades Digitales. Por su parte, las Humanidades Digitales plantean desafíos relacionados con la naturaleza compleja y no estructurada de sus fuentes, como por ejemplo, textos literarios y obras de arte, lo que exige adaptaciones metodológicas en los modelos de gestión tradicionales de documentos librarios y archivísticos.

Sin embargo, por más metadatos que estén listos para la investigación en repositorios de bibliotecas y archivos alrededor del mundo, las infraestructuras de investigación digital, las mejores prácticas y el desarrollo de personal altamente cualificado para apoyar a los investigadores en humanidades son aún incipientes (O'Donnell, 2020).

En estas confluencias, suceden innovaciones en los estándares de metadatos, se generan propuestas ontológicas y sistemas de recuperación de información sensibles al contexto cultural y se multiplican los repositorios, las plataformas y las herramientas de análisis, todo lo cual dinamiza las mediaciones del conocimiento en ambos campos.

La actual formación interdisciplinaria en Ciencias de la Información en Cuba refleja su capacidad para navegar entre la teoría humanística y la infraestructura informacional. Con cada laboratorio colaborativo de HDCICuba se suman habilidades que van más allá de la digitalización de los documentos y pretenden que los estudiantes se familiaricen con la importancia de gestionar datos para que sean compartidos, estructurados y procesados en

formatos conocidos, además de abarcar la catalogación semántica, el análisis de corpus y la visualización interactiva.

Uno de los presupuestos fundamentales de estas experiencias es facilitar la comprensión sobre la importancia estratégica de los datos humanísticos en el ecosistema digital; el entendimiento cabal de que no son neutrales y que pueden entenderse mejor como argumentos o narrativas. El entorno de la alfabetización en datos y de las infraestructuras de datos implica entender qué son y qué mundo representan los datos en cada caso.

Como alude Picón (2023), las instituciones de educación superior juegan un papel importante para lograr que en cualquier actividad de nuestro ejercicio profesional se realice una lectura crítica de los datos. En este sentido, la colaboración entre Humanidades Digitales y Ciencias de la Información resulta crucial para navegar ética y epistemológicamente en las complejidades del ecosistema digital.

## **LABORATORIOS PARA LA INNOVACIÓN DOCENTE**

En el contexto latinoamericano, autores como Isabel Galina (2011) han destacado que las Humanidades Digitales se han vuelto cada vez más importantes en el ámbito académico internacional y ofrecen nuevas y emocionantes posibilidades para el desarrollo de la investigación y la enseñanza en las humanidades.

En Cuba, esta tendencia se articula con una tradición académica de estudios bibliotecológicos que ya cumplen más de 75 años, y con una revisión cada vez más comprometida de los postulados archivísticos y de gestión documental en la preservación de nuestro rico patrimonio documental. A este escenario se suman asociaciones profesionales, dos de ellas de gran calado, como la Asociación Cubana de Bibliotecarios (ASCUBI) y la Sociedad Cubana de Ciencias de la Información (SOCICT).

La noción de “laboratorio” para HDCICuba no remite únicamente a un espacio físico, sino que apunta a una “práctica epistémica” (Nowvskie, 2020), a un entorno experimental donde se ensayan metodologías, se construyen prototipos y se negocian saberes entre actores diversos. Claramente, estos laboratorios funcionan como “terceros espacios” (Oldenburg, 1991) donde lo académico, lo comunitario y lo técnico se entrelazan en experiencias significativas para los estudiantes.

Los laboratorios colaborativos de HDCICuba traducen una metodología de acompañamiento para la actividad docente, investigativa y extensionista que colocan la práctica científica de las Humanidades Digitales en un entorno real. Desde la teoría del conocimiento, estos laboratorios establecen una suerte de proceso de “cognición distribuida” (Giere, 2002; Consiglio y Martínez, 2021), donde lo más importante es identificar las múltiples perspectivas y los componentes independientes, que trabajan de forma autónoma pero también coordinada, para lograr un objetivo epistémico.

La versatilidad de cada laboratorio colaborativo, según las características de las fuentes de datos, del tipo de sistemas de información, del enfoque de trabajo o de los fines estratégicos, permite activar y dinamizar las potencialidades de las bibliotecas, archivos o comunidades que sirven de sede y que comparten sus documentos.

Cuando se desarrollan los laboratorios colaborativos, a cambio de la rampante ingenuidad con la que los estudiantes descubren los detalles de cada corpus, las entidades de recursos de información se reconcilian con el impacto real que suscitan para fomentar la creación y la difusión de contenidos y herramientas en abierto.

Con cada laboratorio colaborativo se alcanzan objetivos que de otro modo fuera prácticamente imposible para cada entidad, lo mismo por razones financieras, temporales o por limitaciones con los recursos humanos. El empuje de una agenda ajustada a plazos concretos, mediados por los tempos del currículo, permite alcanzar resultados en períodos razonablemente cortos, en los que se le añade valor a los datos o recursos que sirven de base. Por ello, es una experiencia mutuamente ventajosa, donde se reactivan los valores de bibliotecas, archivos y comunidades.

## **HDCICUBA EN LA AGENDA DE LA CIUDAD**

Cuando la Facultad de Comunicación de la Universidad de La Habana, en respuesta a la necesidad de actualizar los planes de estudio frente a los desafíos del entorno digital, aprueba el proyecto académico HDCICuba se reconoce la conveniencia de un modelo con un enfoque horizontal, abierto y colaborativo para generar conocimiento crítico y relevante que apueste por la adaptabilidad sobre la escalabilidad.

Los laboratorios de HDCICuba se han integrado de forma transversal en asignaturas como Fundamentos de Organización y Representación del Conocimiento; Memoria y Patrimonio Documental, Análisis documental y Arquitectura web, transformando la enseñanza tradicional centrada en contenidos hacia un modelo basado en proyectos.

Estos laboratorios han permitido crear ediciones digitales anotadas, utilizando estándares como TEI (Text Encoding Initiative); han desarrollado repositorios locales basados en software libre (como Omeka S y DSpace) alojados en servidores de la SOCICT, y han promovido la participación en distintos espacios culturales de la ciudad de La Habana en los que se tratan temas como ética algorítmica, justicia informacional y soberanía

tecnológica. Estas prácticas refuerzan la idea de que las Humanidades Digitales no son solo técnicas, sino también “formas de comunidad” (Nowvskie, 2020) y que fomentan competencias digitales, pero también una reflexión sobre la representación de la memoria histórica.

Los laboratorios colaborativos de HDCICuba articulan sistemáticamente, por ejemplo, con instituciones culturales como la Biblioteca Nacional José Martí, el Centro de Estudios Martianos, la Fundación Nicolás Guillén, la Casa de las Américas, el Barrio Chino de La Habana y la Sociedad Económica de Amigos del País, así como con la amplia agenda de actividades que promueven en torno al valor del patrimonio documental cubano.

Con entidades como la Agencia Literaria Latinoamericana, el Instituto Cubano del Libro y el Observatorio Cubano del Libro y la Lectura, se desarrolla una hermosa iniciativa que cada año, en la Feria Internacional del Libro de La Habana, permite gestionar el único stand no comercial del mayor polo cultural de la ciudad, que sirve para exponer los resultados de cada uno de los laboratorios colaborativos al gran público, principalmente a niñas, niños, adolescentes y jóvenes.

Los laboratorios de HDCICuba representan más que una actualización curricular, constituyen un modelo pedagógico que reivindica el rol crítico del profesional de la información en la era digital. Este modelo se caracteriza por valorar contextualmente cada decisión sobre el corpus y las herramientas a utilizar; por priorizar el software libre y las soluciones locales; por vincularse con la preservación y difusión del patrimonio cubano y por facilitar el aprendizaje colaborativo en entornos experimentales.

## CONCLUSIONES

La integración de las Humanidades Digitales en el currículo de Ciencias de la Información en la Universidad de La Habana, a través de los laboratorios colaborativos de HDCICuba, demuestra que es posible desarrollar un campo científico-tecnológico crítico incluso en contextos de restricciones materiales. Lejos de replicar modelos de otras latitudes, HDCICuba ha construido un camino propio, anclado en la tradición humanista cubana, el compromiso con el patrimonio y una ética de la colaboración.

Estos laboratorios no solo forman profesionales con competencias digitales, sino ciudadanos críticos capaces de interrogar las lógicas algorítmicas, defender el acceso equitativo al conocimiento y contribuir a la soberanía informacional del país. En ese sentido, HDCICuba no es solo un proyecto académico, sino una apuesta epistémica desde el Sur. A punto de cumplir su primera década de experiencias ya es recomendable evaluar el impacto de esta iniciativa en el perfil profesional de los egresados, así como explorar su potencial de escalabilidad en otras universidades cubanas.

## REFERENCIAS

- AFANADOR-LLACH, M. J. Las Humanidades Digitales y los retos de acceso a la cultura en América Latina, 2024. *In*: KRAFT, T.; ROJAS CASTRO, A.; TERRÓN QUINTERO, G. (Ed.). **Archivos Abiertos**: El patrimonio documental cubano y la transformación digital. Berlín; Boston: De Gruyter, 2024. p. 201-214.
- BURDICK, A., DRUCKER, J., LUNENFELD, P., PRESNER, T., & SCHNAPP, J. **Digital Humanities**. Cambridge: MIT Press, 2012.

CONSIGLIO, F.; MARTÍNEZ, F. Cognición distribuida: entre lo individual y lo social. **ArtefaCToS**. Revista de estudios de la ciencia y la tecnología, [s.l.], v. 10, n. 1, p. 21-34, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.14201/art20211012134>. Acesso em: 17 out. 2025.

GALINA, I. ¿Qué son las Humanidades Digitales? **Revista Digital Universitaria**, [s.l.], v. 12, n. 7, p. 2-8, 2011. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/Revistadigitaluniversitaria/2011/vol12/no7/5.pdf>. Acesso em: 10 ene. 2025.

GIERE, R. Distributed Cognition in Epistemic Cultures. **Philosophy of Science**, [s.l.], n. 69, 637-644, 2002.

LÁZARO, M.; DE-JUANAS Á. Humanidades Digitales y nuevas metodologías de enseñanza de las Humanidades. **Revista Iberoamericana de Educación**, [s.l.], v. 94, n. 1, p. 9-14, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.35362/rie9416318>. Acesso em: 17 out. 2025.

LIU, A. The state of the digital humanities: A report and a critique. **Digital Scholarship in the Humanities**, [s.l.], n. 38, supplement 1), p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/lc/fqad045>. Acesso em: 17 out. 2025.

MIGNOLO, Walter D. Epistemic Disobedience, Independent Thought and Decolonial Freedom. **Theory, Culture and Society**, [s.l.], v. 26, n. 7-8, p. 159-181, 2010.

NOWVISKIE, B. Libraries, Museums, and Archives as Speculative Knowledge Infrastructure. *In*: EVE, M. P.; GRAY, J. (Eds.). **Reassembling scholarly communications: Histories, infrastructures, and global politics of Open Access**. Cambridge: MIT Press, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.7551/mitpress/11885.001.0001>. Acesso em: 17 out. 2025.

O'DONNELL, D. P. Good things come in small packets: how (inter)national digital research infrastructure can support 'small data' humanities and cultural heritage research. **Digital Research Alliance of Canada**. Position Paper Submission #1, 2020.

OLDENBURG, R. **The shops, bookstores, bars, hair salons, and other hangouts at the heart of a community**. New York: Marlowe 8c Company, 1991.

PICÓN, G. A. La alfabetización de datos. **Rev. investig. cient. tecnol.**, [s.l.], v. 7, n. 1, p. 1-5, 2023. Disponível em: [https://doi.org/10.36003/Rev.investig.cient.tecnol.V7N1\(2023\)](https://doi.org/10.36003/Rev.investig.cient.tecnol.V7N1(2023)). Acesso em 17 out. 2025.

SVENSSON, P. The landscape of digital humanities. **Digital Humanities Quarterly**, [s.l.], v. 6, n. 1, 2012.

Como citar:

HERNÁNDEZ QUINTANA, Ania R. Las humanidades digitales en el currículo de ciencias de la información en Cuba: aventuras de los laboratorios colaborativos de HDCICUBA. *In*: SALDANHA, Gustavo Silva. (org.). **A Ciência da Informação documental no espaço ibero-americano: abordagens contemporâneas e perspectivas**. Brasília: Editora Ibict, 2025. p. 129-140. DOI: <https://doi.org/10.22477/9788570132345.cap6>



## Capítulo 7

# IA 5.0: IGNORÂNCIA ARTIFICIAL, ATUAL, AMPLIADA, ACELERADA E AMORFA

Gustavo Silva Saldanha

### INTRODUÇÃO À IGNORÂNCIA ARTIFICIAL

A proposta deste ensaio, oriunda de duas frentes de projetos de pesquisa em filosofia, epistemologia e história da Ciência da Informação, tem como horizonte uma reflexão estruturada dentro da epistemologia histórica sobre o fenômeno da relação entre a pessoa (ser humano) e as tecnologias da linguagem registrada em uma dada plataforma ou continente. Poderíamos também dizer: entre pessoa e máquina; ou, ainda, entre pessoa, máquina e pessoa, dentro de um sistema de códigos de linguagem que permite sua comensurabilidade. Outra maneira de dizê-lo é: entre pessoa, povo e o documento, ou informação documental, como discutimos no vocabulário cibernético dentro do contexto do Círculo Iberoamericano de Ciência da Informação Documental, o Ciibercid. Parte-se, pois, de um lado, como pano

de fundo da argumentação, de um olhar epistemológico de e para Ciência da Informação a partir do modo como o campo é observado através do pensamento Miguel Ángel Rendón Rojas (1996, 1997, 1999), via a relação informação-documento, ou sua inseparabilidade como continente e conteúdo no contexto do campo. Por outro lado, a linguagem, centralmente uma filosofia da linguagem que responde pela história da Retórica como disciplina filosófico-epistemológica, como antevisto em Rafael Capurro (1992), ocupa outro lugar de pano de fundo desta discussão. Em outros termos, uma filosofia da linguagem de ordem hermenêutico-retórica sustenta a reflexão proposta e tem como origem, para esta argumentação, a questão da escrita como máquina de linguagem registrada a partir do diálogo Fedro de Platão (2000).

O projeto que originou este resultado em forma de ensaio intitula-se “Cartas filosófico-epistemológicas em Ciência da Informação: cartografias narrativas de teorias da informação do século XXI para ciência, sociedade e inovação”. A proposta do projeto buscava, até julho de 2025, realizar uma investigação teórica, conceitual e bibliográfica da filosofia da informação elaborada no campo da Ciência da Informação, ou seja, como uma filosofia sob o guarda-chuva do conceito “informação” se constituía, junto a um vasto conjunto de outros conceitos, como “documento”, “mensagem”, “registro do conhecimento”, “mediação”. A pesquisa visava compreender seu impacto aplicado nas esferas social, cultural e política da nossa realidade contemporânea por meio de suas revoluções sociotécnicas. A questão central de pesquisa que orientou o estudo fora: quais conceitualidades emanam da filosofia da informação produzida no campo da Ciência da Informação no século XXI, com vistas à transformação social e científica?

O desdobramento das “Cartas filosófico-epistemológicas em Ciência da Informação” apontara para o desenvolvimento das relações das macro-descrições cartográficas da epistemologia do campo informacional, em seu espaço-tempo, como realizado, por exemplo, em Capurro (1992) e Rendón Rojas (1997), até um olhar crítico, orientado pela e para a dialética periferia-centro. A partir desta última mirada, as abordagens de mapeamento epistemológico do século XXI em Ciência da Informação apontavam para os estudos decoloniais e antiepistemicidas de formação e de conformação do campo, revelando outros cenários, como o pensamento advindo de territórios como América Latina e África, atentos à crítica dos mecanismos de violência contra e de sequestro de epistemologias locais.

A atual proposta reflexiva se encontra neste elo entre os desdobramentos das “Cartografias” e aquilo que agora procuramos com o projeto “Confluências críticas da construção filosófico-epistemológica da Ciência da Informação através da organização do conhecimento: horizontes dialéticos via epistemologia histórica para os impactos socioculturais do pensamento informacional”. Aqui, abordamos as relações epistemológico-históricas sob as fundamentações dialético-praxiológicas que co-constituem a estrutura filosófico-epistemológica da Ciência da Informação junto aos construtos teóricos, metodológicos e aplicados, da organização do conhecimento, através da metalinguagem, orientados para as transformações sociopolíticas da realidade contemporânea.

O objetivo geral das “Confluências críticas” é constituir um quadro interpretativo das correlações da produção teórica que se emancipam sob estes macro-conceitos, Ciência da Informação e organização do conhecimento, no escopo da produção bibliográfica nacional e internacional. Aqui encontramos, no horizonte contemporâneo dos estudos críticos sobre a constituição e o desdobramento das fundamentações epistemológicas da

Ciência da Informação e a filosofia tecida a partir do campo e de suas fronteiras disciplinares, a reflexão conceitual sobre a “ignorância” perante o mundo dos “artefatos” em tempos de desenvolvimento, aperfeiçoamento e uso intensivo das ferramentas digitais de reprodução e de produção de documentos textuais, sonoros, visuais e audiovisuais, popularizadas sob a noção ampla e de difícil delineamento denominada “inteligência artificial”.

Para a reflexão, o conceito de “ignorância” se torna o foco, ainda que em diálogo com o discurso da “inteligência”, dada sua inseparabilidade na formação da própria filosofia da Ciência da Informação e no seu delineamento epistemológico. Por exemplo, os limites do conceito de “inteligência” no campo informacional recebem em Paul Otlet (1934) e em Maurizio Ferraris (2024) o exemplo da longa tradição de reflexão sobre os seus sentidos. Em ambos os exemplos, sob argumentos em contextos distintos, a questão da artificialidade é objeto de fundamentação: via o “documento”, técnica e inteligir do real estão vinculados. Em nossa reflexão, igualmente, a partir do lastro epistemológico-histórico da Ciência da Informação, encontramos a questão conceitual da “ignorância” como conceito relacional inseparável da relação com a noção de “inteligência” nos territórios de uma filosofia da ciência, seja esta de fundo metafísico, lógico-mentalista ou material.

## **IGNORÂNCIA, UM CONCEITO, UM MÉTODO, UM EXERCÍCIO**

A base inicial desta reflexão é o poeta brasileiro Manoel de Barros (2016), poeta das coisas ou do real material (das pessoas, das espécies vegetais, das fontes minerais, dos objetos). Poderíamos dizer, no vocabulário cibercidiano, um poeta da

informação documental. Tudo em Manoel de Barros se torna documento. Sua linguagem é o verbo em movimento, como a filosofia da Ciência da Informação elaborada por Vinícios Menezes (2015) nos aponta.

O conceito de “ignorância” aqui discutido advém da filosofia de Manoel de Barros, especificamente da obra “O livro das ignoranças”. O termo é por nós compreendido como fruto de uma teoria do conhecimento baseada na etimologia e na ortografia, ou seja, coloca-se de imediato como uma metateoria. Em português, “ignorãça” é um significante inexistente ou uma palavra de escrita incorreta, um erro ortográfico, uma “ignorância” por parte de quem redige, ou seja, de quem “não sabe escrever” em língua portuguesa.

Na filosofia expressa nos versos de Manoel de Barros (2016), o poeta apresenta uma “didática da invenção”, baseada não na criação de novos artefatos ou novas fontes artificiais, mas na criação de ideias agudas e infinitesimais sobre a matéria tal como ela existe, o mundo natural-artefactual, ou, em nosso olhar, toda artificialidade produzida pela linguagem como forma de criação do real. Por matéria aqui, ou aquilo que se diz “do artifício” (neste caso, da linguagem), entendemos todo o mundo materializado - nos termos Paul Otlet (1934) e Suzanne Briet (1951), documentado pela linguagem, ou um modelo de fundamentação filosófica do real via Retórica, como demonstrando em Capurro (1992) -, ou seja: pessoas, plantas, animais, pedras, objetos “materializados” pelo nome ou pelo gesto do nomear e seus usos. Também, podemos dizer, um mundo que questiona, como no pensamento de Vinícios Menezes (2018), através da filosofia da informação elaborada em Ciência da Informação, a realidade sem forma, sem conteúdo, sentido, ou a informação em sua condição estrutural, aquela da retirada da verdade do real, onde o prefixo “in” responde pela negação ou privação.

A “ignorância” é, portanto, um método de conhecimento. Este conceito está diretamente relacionado à história da escrita e às teorias da escrita, ou, em nossas palavras, nos diálogos epistemológico-históricos do Cibercid, à história e à teoria da informação documental ou do conhecimento, assim como este é registrado e transformado em matéria simbolizada para comunicação. Da matéria simbolizada, semente e fruto da linguagem, nasce e desenvolve-se um certo mundo, aquele criado pelo verbo em delírio, no sentido de Manoel de Barros (2016). A realidade é aqui não apenas mediada, mas constituída pela linguagem e pelas metalinguagens.

No sentido da fundamentação filosófica platônica sobre o conhecimento, centralmente via República (Platão, 2008), e sobre a crítica do filósofo grego sobre a linguagem como mediadora do conhecimento (Platão, 2002, 2000, 1963) a partir da voz de Sócrates, o conhecer é observado como reminiscência da realidade metafísica – ou aquém da natureza. Por outro lado, quando sustentada a posição da linguagem como fundamento do conhecer, sob uma filosofia da linguístico-pragmática (ou do verbo em movimento de co-criação do real), como presente na segunda fase do pensamento do filósofo Ludwig Wittgenstein (1979), é sob e sobre a linguagem que o mundo é tecido e, nesta correlação, funda-se um modo de conhecer e um conhecimento não separados da matéria, ou da realidade do artefato, ou, apenas, artificial. Os horizontes e os riscos deste afastamento de um real fundado tão somente na metafísica e, de outro, presente tão somente na materialidade (ou, como podemos pensar a partir do olhar otletiano, na documentação, ou, segundo a visão ferrarisiana, na documentalidade), conduzem-nos ao debate da “ignorância” e sua “artificialidade” no mundo contemporâneo.

## DA IGNORÂNCIA À IGNORÂNCIA ARTIFICIAL

Primeiramente, debate-se aqui o conceito de ignorância e sua importância. Reconhecida como objeto da filosofia, a ignorância representa um método estrutural. Entre Platão (2008) e o poeta brasileiro Manoel de Barros (2016), há um ponto de vista crível: a “ignorância” é fundamental para a compreensão (meditação, raciocínio, pensamento, discernimento, certeza, crítica). A inteligência depende da ignorância, ao menos para estabelecer a sua fronteira.

Como animais limitados, os seres humanos precisam de traçados no espaço e no tempo para o acontecimento de sua experiência material. Portanto, o conhecimento é limitado. Da filosofia às epistemologias contemporâneas, buscamos os limites do que é possível conhecer. Do pensamento socrático manifesto no olhar platônico em seu princípio do “saber que nada sabemos” no plano material, ou reconhecer a ignorância de que nada é conhecido via as aparências do mundo material, é fundamento do pensamento, do inteligir do real, da pré-compreensão da verdade.

Esta é a posição da teoria socrática da escrita discutida no diálogo Fedro de Platão (2000). Ela está também presente em Manoel de Barros (2016), entretanto, aqui, sob outras configurações, ainda que via verossimilhanças. No Sócrates do Fedro, o método da ignorância estrutura-se no princípio do conhecimento. O conhecimento precisa de limites. A ignorância é um princípio para compreender, duvidar, suspeitar e prevenir o risco de se afastar da verdade. Em Barros (2016), o inteligir do mundo depende das ignorâncias para (re)criação, através da linguagem, do mundo por nós vivenciado e potencialmente transformável.

A “ignorância artificial” da filosofia da informação, inserida no escopo da epistemologia histórica das teorias que conformam a

Ciência da Informação, como presente em Peignot (1802a,b) e Otlet (1934), sobre a linguagem e a metalinguagem registradas (via os sistemas bibliográficos ou sistemas documentários), manifesta a compreensão de um método do conhecimento (aqui, sinônimo de epistemologia). Essa ignorância artificial nos permite três pressupostos iniciais:

- a) O conhecimento tem um limite. A ignorância não;
- b) Não há diálogos entre máquinas (nem sistemas de informação-documental), pois o diálogo pressupõe dialética e contradições. As máquinas não sentem fome nem dor;
- c) Não há “inteligência artificial”, apenas uma ignorância (ou princípio de ação de inteligir, mental e material), esta, tal ignorância, artificial, atual, ampliada, acelerada e amorfa.

A seguir, procuramos discutir a ignorância artificial e o modo como ela se desenvolve nos planos de atualidade, da expansão, da aceleração e daquilo que é amorfo, ou destituído de forma ou caráter ou, ainda, quaisquer perspectivas éticas. Este caminho reflexivo, pois, coloca-nos perante o diálogo da verossimilhança, a princípio de distância, entre a “ignorância” como método em Sócrates via Platão (2000) e a “ignorância” como método linguístico-material em Manoel de Barros (2016), assim como nos recoloca diante da dialética da filosofia de Vinícios Menezes (2018) sobre o “informe”.

Tais questões estão no cerne da teoria da escrita no diálogo de Fedro de Platão (2000) sob interlocução de Sócrates. A partir do oráculo (pseudociência que “apresenta” verdades), o conhecimento viria a ser continuamente revelado, em estado de passado, presente e futuro. Este mesmo oráculo, em um contexto de conhecimento fundado na matéria, poderíamos hoje alcinhar de algo dito “artificial”. Do oráculo, as máquinas de linguagem nos trariam respostas chamadas, no plano da técnica em meio digital,

“generativas”, ou fruto de ferramentas sob plataforma numérica de reprodução, co-produção e de produção de documentos textuais, sonoros, visuais e audiovisuais. À arte do nascimento artificial (oracular), a teoria socrático-platônica da escrita opõe outro método: a dialética.

Na teoria socrático-platônica da escrita, no diálogo Fedro (Platão, 2000), duas questões ficam claras:

a) Nossas sociedades tornar-se-ão cada vez mais ignorantes (distantes de um método seguro do conhecer e, logo, afastadas da verdade), pois legarão à artificialidade sua capacidade de raciocinar, de compreender, de conhecer, de discernir;

b) Nossos cérebros atrofiar-se-ão, pois, como máquinas paralisadas no espaço-tempo, não produzirão mais energia. Da paralisia do raciocínio segue-se para a barbárie da negação da verdade ou ausência integral de limites éticos.

Pensemos a seguir na “artificialidade” em seu lugar no método do conhecimento a partir da “ignorância”.

## **DA IGNORÂNCIA ARTIFICIAL**

Na filosofia socrático-platônica (Platão, 2008, 2002, 2000, 1963), a reflexão epistemológica contra o mundo artificial é negativada. Tudo o que é resultado da matéria pode ser chamado de algo externo ou estranho ao mundo real. A realidade não pode ser encontrada nos efeitos materiais do mundo, como a escrita ou os sistemas documentários, sejam estes públicos ou privados. Menos ainda pode ocorrer essa configuração no mundo artificial; ou seja, considerar a matéria como objeto da filosofia é, pois, estabelecer a antifilosofia ou, simplesmente, a negação da verdade. Nos termos contemporâneos, este seria o agir intencional através da “desinformação”.

Ademais, considerar a matéria como parte do método, ou mesmo o próprio método de conhecer, representa um distanciamento em absoluto do conhecimento. Portanto, a escrita, os livros, o chamado “conhecimento registrado” ou apenas “documento” e os sistemas documentários, são, na filosofia socrática manifesta em Platão (2000, 2008), uma clara produção da ignorância, do não-saber.

A primeira teoria da escrita na filosofia ocidental conhecida desde a Grécia oriunda do Fedro sob a voz de Sócrates (Platão, 2000) é, portanto, uma teoria da negação da escrita, da negação do criador da palavra e da artificialidade que dela decorre: o livro. É também uma teoria contra a privatização do conhecimento. O sofista vende conhecimento ou, tão somente, linguagem, através de palavras manifestas na materialidade da oralidade ou da escrita; ele, o sofista, diríamos, é o “dono” das “plataformas de ensino”, sem o compromisso com a verdade.

Um mundo em que o conhecimento se confunde com a matéria resulta em um mundo eticamente perdido segundo esta teoria da escrita. Nesse mundo, fica claro que as pessoas podem confundir conhecimento com mensagens gravadas em algum dispositivo material, como um livro impresso em papel vegetal ou uma mensagem enviada em sistemas de empresas digitais presentes em nossa realidade atual, em 2025, como Facebook, Instagram, X, TikTok, Telegram e WhatsApp. De Platão (2008, 2002, 2000, 1963), principalmente via os diálogos Fedro, Sofista e República, ao neoplatonismo do século XX, com José Ortega y Gasset (2005), os riscos da ignorância artificial da escrita são rediscutidos. Na visão platônica, depositada nos livros, as palavras nada mais são do que conhecimento morto, hoje, presentes na epiderme verbal à superfície da cascata de números que a antecede, ou dígitos, ou estrutura digital que nos concede os efeitos de comensurabilidade

através de texto, som, imagem e imagem em movimento no século XXI, nossa ultra-atualidade.

## DA IGNORÂNCIA ATUAL

No plano filosófico, o conceito de “atualidade” é, ao mesmo tempo, oposto e contíguo ao conceito de “virtualidade”, de onde discute-se da virtude à ética, da ética à verdade. “Virtual” é aquilo que está em estado de “tornar-se”. “Atual” é aquilo que se tornou atual – incluindo, na leitura da Modernidade, a sua forma de materialidade (Abbagnano, 2007; Fontanier, 2007; Molinaro, 2000). Se o *devir* – o vir a ser, o tornar-se -, nas filosofias grega e latina, estava estruturalmente ligado ao mundo metafísico, a relação entre o virtual e o real na filosofia moderna adquiriu a relação contígua entre infraestrutura e estrutura, semente e fruto, projeção da matéria e realização da matéria, o pensar e o artificializar.

Na Ciência da Informação, essa condição, em termos da relação entre escrita e epistemologia (ou reflexão como conhecimento), resultou, a partir de Richard de Bury (2004), em seu *Philobiblon*, no século XIV, em 1345, em uma relação direta entre a escrita como lugar de ignorância artificial. Aqui, não se considera tal relação de ignorância como negativa, mas forma suplementar do conhecer. Os livros compõem os processos de ensino e de aprendizagem, ainda que não sejam o conhecimento, menos ainda o método *a priori* do conhecer.

O alerta do Fedro sobre o risco da relação entre “ignorância” e “artificialidade” é feito, como mencionado, na teoria socrática da escrita, porém ganhará uma configuração, a princípio, oposta, do *Philobiblon* para os dias atuais. Com a tipografia mecânica da prensa de Gutenberg no século XV, essa relação entrelaçada e inseparável entre conhecimento e

materialidade (a linguagem registrada ou escrita) tornou-se irreversível no contexto sociotécnico: a generalização do conhecimento pela linguagem e, mais ainda, pela linguagem registrada, ou linguagem-documento, adquiriu uma atualidade irreversível. Das primeiras impressões tipográficas às postagens em redes privadas digitais – popularizadas no século XXI como “redes sociais” –, o conhecimento (de seu plano metarreflexivo – uma ontologia em sua origem, a discussão do ser sobre o ser – ao plano pedagógico – às formas de ensinar a conhecer o mundo), tornou-se co-constituído de artefatos ou, risco extremo na denúncia socrática, o próprio artefato.

Quando chegamos ao Iluminismo, com o surgimento do primeiro volume da *Encyclopédie*, de Jean d'Alembert e Denis Diderot, em 1751, a própria epistemologia — o estudo do conhecimento, o estudo da verdade, o estudo do conhecimento da verdade — confundia-se com aquilo sobre o qual tal conhecimento havia sido escrito, bem como a descrição dos artefatos elaborados pelo ser humano, suas máquinas. O conhecimento ou a inteligência deixaram de ser virtuais, na Modernidade, quando se atualizaram na forma radical de escrita. Filósofos escreveram ou escrevem. E a escrita ocupa um lugar definitivo de prova epistêmica do ato. Verdade e matéria definitivamente não estavam mais separadas e esta atualidade funda-se na manifestação material (ou artificial) do conhecido. A ignorância artificial se fez fundamentalmente atual a partir das configurações do que chamamos Modernidade, consolidada no século XVIII. O periódico, a produção seriada dos resultados da ciência empírica, por exemplo, ocupa um dos lugares centrais no período, ou seja, a verdade depende agora para co-constituir-se como tal, verdade, do gesto de ser legitimada e validada via o documento da revista acadêmico-científica.

## DA IGNORÂNCIA AMPLIADA

A partir do século XV, com a produção industrial da palavra escrita e dos sistemas documentários, ou seja, da escrita sobre a escrita (hoje falamos em dados sobre dados, ou metadados), conforme mapeado no imenso léxico do dicionário de Gabriel Peignot (1802a,b), a massa de registros de conhecimento tornou-se entrópica. A cada ano, tornava-se mais incontrolável não só a produção de livros, como também a elaboração de descrição de tais livros, ou produção dos sistemas bibliográficos. Não ocasionalmente, o vocabulário peignotiano tem como um dos mais longos verbetes estes, os sistemas bibliográficos. A palavra-chave agora era excesso. A epistemologia e as metodologias da Ciência da Informação deram início a esforços monumentais para compreender esse fenômeno da multiplicidade de livros, como a vasta obra de Conrad Gesner, *Bibliotheca Universalis*, de 1545, o maior projeto de sistema de informação-documental da Modernidade, como demonstrando em Andre Araujo (2019).

Das teorias socrático-platônicas da escrita, incluindo o neoplatonismo de Jerônimo e Agostinho entre os séculos IV e V, à revolução tomista, isto é, de Tomás de Aquino, expressa em seu impacto na obra de Richard de Bury (2004) em 1345, a posição filosófica sobre os riscos do acesso irrestrito ao conhecimento registrado (isto é, à palavra escrita) em sua forma de ignorância artificial é muito clara: confundir a verdade com uma palavra e confundir a verdade com uma palavra escrita representa, nesses atos de confusão epistêmica, um risco não apenas para o conhecimento, como para a própria existência (não apenas a existência como significado metafísico, mas também a permanência da matéria, dos corpos, dos animais, das plantas). Observemos aqui, pois, o risco da barbárie, dos genocídios, a partir da circulação, por exemplo, de notícias falsas, de manifestos objetivamente orientados para o extermínio.

Acreditar que a verdade está sobre uma plataforma, vegetal ou animal ou digital, é aceitar que nós, pessoas, não somos seres pensantes, e ignorar que a verdade existe, aceitar que a única forma a existir é um enorme conjunto de fontes escritas, que outrora continham, e agora, em “acesso aberto”, “revelam”, a verdade, é assumir a barbárie – eis o velho argumento da teoria da escrita socrática no Fedro (Platão, 2000). Como coletivos imersos na produção e na reprodução intensa de conhecimento registrado, se acreditamos em qualquer produção artificial - uma mensagem, uma imagem, um vídeo – sem conhecimento prévio, sem discernimento, agimos, como robôs, para reproduzir, imitar, o falso ou o verdadeiro, incluindo a imitação do ódio, do assassinato, dos massacres.

Os riscos de uma ignorância artificial ampliada — em contextos de posicionamentos como “livros para todos”, “plataformas de conteúdo para todos”, “acesso aberto” — são denunciados na teoria clássica da escrita: primeiro, o conhecimento será confundido com a ignorância (invertendo o papel da ignorância como método do conhecimento); depois, a ignorância como único método de conhecimento (considerar o ignorar como o fundamento da verdade); e, finalmente, a ignorância como princípio do verdadeiro (isto é, o ilimitado, o tudo é válido, o tudo é verdadeiro porque está escrito aqui, no meu e no seu telefone móvel conectado às estruturas digitais).

A ampliação, no entanto, não é a negação do direito do conhecer. Apenas, a crítica da ausência dela, da crítica (ou da dialética), dos limites do conhecer em sua ampliação ilimitada, que conduz, como método, à impossibilidade de uma só definição, ao afastamento integral da verdade. Em outros termos, é a afirmação da ignorância como o único método. Soluções para o fenômeno, diríamos hoje, perante a ignorância artificial ampliada, estão em pauta, como a regulação das formas de produção e reprodução dos

registros do conhecimento em meio digital. De anti-democrática em sua potencial argumentação central, a possibilidade de uma ignorância artificial ampliada se torna a abertura para uma plena democracia, onde todas as pessoas têm acesso aos meios de produção e de reprodução do conhecimento registrado, todavia, desde que, e tão somente, através de um fundamento crítico sobre seus usos e os limites de seus métodos, a fundação de fronteiras que têm como princípio a arcaica assertiva de que o conhecimento é limitado, já a ignorância, ainda que necessária, esta não.

## DA IGNORÂNCIA ACELERADA

Não apenas ampliada tornou-se a relação entre conhecimento e matéria na Modernidade, ou uma ignorância artificial expandida ao imensurável, ou, ainda, em aceleração constante. A teoria socrática da escrita, revivida no século XX por José Ortega y Gasset (1935), na década de 1930, choca-nos imediatamente pelo seu potencial totalitário. Ali, prevê-se que a função de bibliotecários estava não apenas em filtrar conhecimentos registrados existentes, como também eliminar os livros inúteis. Nós, herdeiras da “cibernética” e do “pós-estruturalismo”, gostemos ou não, dependemos igualmente da escrita como parte integrante do conhecimento, bem como do acesso ilimitado ao conhecimento escrito para todas as pessoas como parte do pensar democrático.

Não por acaso, nas primeiras décadas do século passado, as condições de

- a) crença na revolução industrial tardia a qualquer preço (incluindo o massacre de seres vivos, como pessoas, espécimes vegetais e os chamados “animais irracionais”) e a velocidade (das máquinas, do

financiamento para criação de novas máquinas, do uso intensivo de tais novas máquinas);

- b) a ascensão do fascismo como parte das formas sumárias do terror modernista, reunindo o que, da escuridão do Iluminismo, agora era sintetizado na década de 1930: máquinas para o “benefício” do povo, máquinas feitas “pelo” e “para” o povo, pessoas em fábricas multiplicando máquinas, como robôs recriando robôs, dispositivos copiando dispositivos, para o extermínio do povo.

A cibernética, a cisão final entre conhecimento e ignorância artificial, ou melhor, ignorância como conhecimento na estrutura do mundo sensível, o abandono pela autoridade ou a ausência do filósofo ou do professor - segundo a teoria da escrita de Jacques Derrida (2009, 2008, 2004) que revisita o Fedro - mostra-nos o preço final indicado pela teoria socrática da escrita: da ignorância ampliada chegamos à ignorância acelerada, que multiplica a impossibilidade das margens de discernimento. Não basta ser ignorante; é preciso ser ignorante em todos os momentos do dia a partir do uso de ferramentas artificiais. A inteligência se confunde, pois, com o seu contrário, a incapacidade de entender e a pronta ação de mentir, de negar a possibilidade de verdade.

Redes capitalistas privadas de comunicação em meio digital via pessoa a pessoa, pessoa a grupo, grupo a pessoa, também ironicamente chamadas de “mídias sociais”, como Facebook, Instagram, X, TikTok, tornaram-se celas, ou, poderíamos dizer, potenciais “zonas de concentração” do pensamento que tomam a atenção diária das pessoas. Aqui, fascismo, máquina (técnica) e velocidade são conceitos inseparáveis no caso da escrita, remontando as dialéticas da ignorância artificial lançadas pelos dilemas éticos presentes no Fedro (Platão, 2000). Com as máquinas, produtoras intensivas de ignorância artificial, essa

relação se torna tóxica, violenta e letal. Sua aceleração multiplica a incapacidade de captura de um real discernido, que pretensamente possa ser objeto da crítica, elemento estável para uma análise, concretude para a observação e identificação de sua contradição. Abre-se horizonte, na ignorância artificial, atual, ampliada e acelerada, para o amorfo, o sem forma, o indiscernível, o horror em instância final.

## **IGNORÂNCIA AMORFA**

A expressão “zonas de concentração” acima mencionada remonta a um dos exemplos mais abjetos e criminosos da expressão máxima da ignorância, da negação da racionalidade (filosófica, científica, emocional) em sua verossimilhança com os “campos de concentração” do nazismo. Não de forma coincidente, a linguagem e a metalinguagem serão fundamentais para ascensão e a afirmação do governo nazista, como demonstram Arendt (2009, 2008) e Klemperer (2009).

O “campo de concentração” nazista representa, entre tantas barbaridades, o racismo, o ódio, a violência, o extermínio. Em outras palavras, encontramos aqui a distância absoluta de uma ideia de forma sustentada na ética, por exemplo, uma reflexão sobre o bem, ou, apenas, o “informe” (Menezes, 2018), ou, ainda, o amorfo. As redes privadas de comunicação em meio digital pessoa a pessoa, pessoa a grupo, grupo a pessoa, ou “redes sociais”, sistemas complexos de informação-documental via ignorância artificial, são tanto criadoras quanto criaturas do conhecimento amorfo.

Amorfo significa aquilo que se apresenta sem forma, desprovido de caráter, natureza ou organização que possa ser definida, ausente de conhecimento. Amorfo também é algo ou alguém sem personalidade própria, sem opinião, ou mesmo um

corpo opaco, não cristalino, algo oculto, falso, obscuro. Essas formas de ignorância artificial nos colocam em zonas de concentração onde proliferam o racismo, a violência e a projeção do extermínio de sociedades com crenças religiosas, línguas e valores morais diferentes daqueles professados por uma dada comunidade de afeto.

A escrita, e, hoje, a escrita no Facebook, no TikTok, no WhatsApp, no Instagram, no X ou no Telegram, representa apenas este conjunto de categorias? Não. Contudo, como não destacar e sublinhar os riscos de tal barbárie, como o fizera o Sócrates no Fedro (Platão, 2000) e Ortega y Gasset (1935)? Isso seria banalizar o mal, como nos alertou Hannah Arendt (2008).

O estado atual da escrita, do mundo da informação-documental, da escrita e seus sistemas documentários, coloca-nos diante do fenômeno de uma enorme forma de exercício de “concentração informe”, como o conceito de “informe” em Menezes (2018), um investimento ampliado e acelerado de espaço e tempo de nossa ação cognitiva (nosso intelecto, nosso desejo de conhecer) para propósitos indefinidos e eticamente inexistentes, dada a escassez de tempo e espaço para avaliar as causas e consequências de uma frase, um clique, uma imagem ou um vídeo compartilhados. Somos confrontados com telas controladas (como podemos dizer no vocabulário cibernético) por pequenos grupos interessados em lucro, não em conhecimento. A atividade de conhecer, talvez um produto da nossa estrutura cerebral, deslocou-se durante o Iluminismo para a extremidade anterior da nossa caixa craniana, e precipitou-se para o globo ocular: a epistemologia moderna só acredita no que vê, no que pode, materialmente (artificialmente), provar, testar e repetir.

A ultramodernidade (a soma das atuais realidades artificiais atuais, ampliadas, aceleradas e amorfas) transferiu a atividade de conhecer do globo ocular para a mão. Basta clicar, compartilhar,

replicar, repetir, repetir e repetir. Com um dedo desenrolando um écran infinito chamado Instagram e outro chamado Facebook ou X, ou WhatsApp ou Instagram ou Telegram, por exemplo, acreditamos estar criando e recriando conhecimento.

Estamos em um estágio de reflexão entre necroepisteme e epistemicídio a partir da ignorância artificial. Por um lado, passamos a perceber como as máquinas produzidas pelo “discurso racional”, incluindo a escrita, foram usadas para matar, para exterminar o conhecimento. Este é um dos projetos centrais da Modernidade, alicerçado na ética da Cristandade Latina e Anglo-Saxã via a colonialidade, das grandes navegações à Revolução Industrial, chegando à formalização da ética protestante (Weber, 2017). Por outro lado, temos certeza de que, portanto, um certo modelo artificial de produção de conhecimento baseado na linguagem e na metalinguagem é, antes de conhecimento, necroconhecimento estruturado, ao longo dos séculos da colonialidade (diratamente co-constituídos pelo poder de criação de mundos da linguagem registrada), como o que Achille Mbembe (2018) chama de necropolítica.

O amorfo, ou a ignorância amorfa, é uma raiz (senão a principal), da filosofia da informação, ou da retirada da forma, como o pensamento de Vinícios Menezes (2018) nos atenta. Trata-se, pois, de pensar o “informe”, que resulta na destituição de caráter, de ordem ou o mínimo plano de humanidade, de uma ética capaz de dialeticamente compreender a diferença entre o bem e o mau. A intencionalidade e a metodologia da produção algorítmica do saber em plataformas digitais parecem-nos, pois, avançar no caminho da ignorância artificial, atual, ampliada, acelerada e amorfa.

## DE VOLTA À IGNORÂNCIA: ARTIFÍCIOS DO BELO IGNORAR

Segundo Platão (2008, 2002, 2000, 1963), a ignorância como método está no cerne da maiêutica socrática. A arte de parir, metaforicamente, é a arte de suspender o tempo e o espaço (materiais, isto é, efeitos artificiais via linguagem). E então fazer perguntas. Fazer perguntas estruturais, como o quê, porquê, como, onde, quando... é uma fonte de conhecimento que parte daquilo que não sabemos, que ignoramos, a princípio ou por princípios.

Esta é a filosofia de Manoel de Barros (2016). É necessário retornar à ignorância como método contra a ignorância. Devemos deter e conter o fascismo que nos aproxima de uma completa ausência de reflexão sobre as possibilidades do conhecimento. A artificialidade do mundo criada pela linguagem contém o princípio da “beleza” (codinome do diálogo Fedro) que igualmente pode nos recolocar no caminho da ética da escrita, ou seja, da compreensão de que a maldade não reside na palavra, mas na sua intencionalidade e no seu uso para os fins da violência.

A beleza da ignorância artificial está em, justamente, nos trazer a suspensão do espaço-tempo para o posicionamento crítico e o discernimento do verdadeiro e do falso. Os ensinamentos da “ignorância” são, no Fedro de Platão (2000) assim como na poética de Manoel de Barros (2016), rotas metodológicas para nos alertar que:

a) a ignorância é um princípio de humildade epistêmica que nos lembra, socraticamente, a reconhecer que não sabemos, bem como representa a ética da prudência presente em tal humildade;

b) a ignorância é um artifício, em termos da poética de Manoel de Barros (2016), para abertura ao conhecimento do belo, daquilo que verdadeiramente está, no mundo material, a conhecer e a criar, para o sentido de uma reconexão com o espaço e com o

tempo, com a outra pessoa e a sua comunidade, e não de sua eliminação; a ignorância é artificial em sua condição metodológica, sendo, pois, um estratagema para compreendermos a maravilha das formas materiais do mundo.

As máquinas da ignorância artificial têm sido historicamente objeto de reflexão na filosofia, na epistemologia, nas teorias e nas práticas da Ciência da Informação, dado que pensar a formação do campo sem tais ferramentas seria retirar de uma *episteme* sua própria ontologia. Cabe a nós discuti-las, denunciá-las, repensá-las e transformá-las. Reconhecer, como na teoria socrática da escrita, o papel da ignorância material e seus riscos, e considerar a verdade antes, durante e depois das técnicas, é um percurso que se mantém em plena potência. Há, diante de nossos olhos fechados para o belo e de nossos dedos céleres sobre as telas, um projeto de zonas de concentração informacionais – ou seja, do “informe” que responde pela distância da verdade e da ética - que reabre o caminho ao fascismo. A inteligência não pode ser confundida com ignorância artificial, muito menos com a intencionalidade da violência por meio da dispersão, a eliminação total da nossa possibilidade de conhecer a verdade e buscar, através de tal conhecimento, a beleza, incluindo a beleza da artificialidade.

## AGRADECIMENTOS

Para Natalia Duque Cardona, Brayan Steven Bueno, Jaider Ochoa e a toda equipe da Universidad de Antioquia e da Colômbia pela organização do VII Ciibercid 2024; para Miguel Ángel Rendón Rojas pela criação e desenvolvimento de nosso coletivo científico e aos colegas investigadores do Ciibercid, por todos os anos de diálogo, de discussão e de produção compartilhada de conhecimento.

## FINANCIAMENTO

A pesquisa foi desenvolvida a partir do fomento do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ARAUJO, Andre Vieira de Freitas. De indicibus librorum e a arte de indicialização em Conrad Gesner (Parte II): ilustração e aplicação. **Em Questão**, [s./l.], v. 25, p. 137-158, 2019.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2009.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2008.

BARROS, Manoel de. **O livro das ignoranças**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016.

BRIET, S. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Técnicas, 1951.

BURY, Richard de. **Philobiblon**: mui interessante tratado sobre o amor aos livros. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

CAPURRO, R. What is Information Science for? a philosophical reflection. *In*: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Ed.). *Conceptions of Library and Information Science; historical, empirical and theoretical perspectives*. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE FOR THE CELEBRATION OF 20TH ANNIVERSARY OF THE DEPARTMENT OF INFORMATION STUDIES, UNIVERSITY

- OF TAMPERE, FINLAND.1991. **Proceedings...** London, Los Angeles: Taylor Graham, 1992. p. 82-96.
- DERRIDA, Jacques. **A Escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- DERRIDA, Jacques. **Papel-máquina**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- FERRARIS, Maurizio. Intelligence as a human life form. **Journal of Responsible Technology**, [s.l.], v. 18, p. 1-5, jun 2024.
- FONTANIER, Jean-Michel. **Vocabulário latino da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- KLEMPERER, Victor. **LTI: a linguagem do terceiro reich**. Rio de Janeiro : Contraponto, 2009.
- MENEZES, Vinícios Souza. A mulher como informe: uma maculatura desclassificada na tipografia do informar. **Liinc em Revista**, [s.l.], v. 14, p. 136-151, 2018.
- MENEZES, Vinícios Souza de. Informação, um excurso crítico-filológico. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 20, n. 1, p. 3-18, jan./mar. 2015.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MOLINARO, Aniceto. **Léxico da metafísica**. São Paulo: Paulus, 2000.
- ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do bibliotecário**. Brasília: Briquet de Lemos, 2005.
- OTLET, Paul. **Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique**. Bruxelas: Editiones Mundaneum, 1934.
- PEIGNOT, Gabriel. **Dictionnaire raisonné de bibliologie**, tomo I. Paris: Chez Villier, 1802a.

PEIGNOT, Gabriel. **Dictionnaire raisonné de bibliologie**, tomo II. Paris: Chez Villier, 1802b.

PLATÃO. **A República**. 11. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

PLATÃO. **Diálogos**: Protágoras, Górgias, Fedão. 2.ed. revis. Belém: Editora Universitária UFPA, 2002.

PLATÃO. **Fedro ou Da Beleza**. Lisboa: Guimarães Editores, 2000.

PLATÃO. **Crátilo**: diálogo sobre a justiça dos nomes. Lisboa: Sá da Costa, 1963.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. Un Análisis filosófico de la Bibliotecología. **Investigación Bibliotecológica**, [s.l.], v. 10, n. 20, p. 9-15, jan./jun. 1996.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. **Bases teóricas y filosóficas de la bibliotecología**. México (D.F.): Universidade Nacional Autónoma de México, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 1997.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. Cuestiones epistemológicas de la ciencia bibliotecológica y la información. **INFORMARE**: cad. prog. pós-grad. ci. inf., Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 31-37, jul./dez. 1999.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

Como citar:

SALDANHA, Gustavo Silva. IA 5.0: Ignorância artificial, atual, ampliada, acelerada e amorfa. *In*: SALDANHA, Gustavo Silva. (org.). **A Ciência da Informação documental no espaço ibero-americano**: abordagens contemporâneas e perspectivas. Brasília: Editora Ibict, 2025. p. 141-164. DOI: <https://doi.org/10.22477/9788570132345.cap7>

# **SOBRE AS AUTORIAS**

## **Ania R. Hernández Quintana**

Profesora e Investigadora Titular de la Universidad de La Habana. Acredita una experiencia profesional en la edición de revistas científicas y el procesamiento e investigación de fuentes documentales en el Archivo Nacional de Cuba, donde laboró desde su graduación en Letras (1989) hasta su incorporación a la Universidad de La Habana (2002). Lidera desde entonces el eje disciplinar Organización, Representación y Recuperación de la Información y el Conocimiento en el Departamento de Ciencias de la Información de la Facultad de Comunicación. Ejerció como primera coordinadora académica del curso de Ciencias de la Información en la República de Angola (2014-2016). Actualmente es miembro del Consejo Científico de la Universidad de La Habana; coordinadora general del proyecto de investigación académica Humanidades Digitales y Ciencias de la Información en Cuba (HDCICuba); vicepresidenta de la Sociedad Cubana de Ciencias de la Información (SOCICT) y directora del Departamento de Ciencias de la Información, el cual gestiona cursos de grado y posgrado acreditados de excelencia. Desde 2022 forma parte del Círculo Iberoamericano de Ciencias de la Información Documental (CIIBERCID).

## **Armando Malheiro**

Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia de Braga (Universidade Católica Portuguesa) e em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Habilitado com o antigo Curso de Bibliotecário-Arquivista pela Faculdade de Letras da

Universidade de Coimbra. Em 1989, na Universidade do Minho, prestou Provas Públicas com uma tese intitulada Ideologia e Mito no Miguelismo. Subsídios para o estudo da contra-revolução no Portugal oitocentista. Doutorado pela Universidade do Minho, onde defendeu, em 1999, a tese de doutoramento, intitulada Sidónio e Sidonismo. História e Mito. É professor associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Colaborador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (Ceis 20).

### **Agustín Vivas Moreno**

Profesor Titular de Archivística en la Facultad de Ciencias de la Documentación y la Comunicación de la Universidad de Extremadura. Acreditado como Catedrático de Universidad desde 2012. Doctor en Documentación. Licenciado en Historia y Documentación. Premio Extraordinario de tesis doctoral. Ha publicado múltiples trabajos relacionados con el ámbito archivístico. Recientemente acaba de publicar un libro sobre la Organización de Archivos Eclesiásticos (Universidad de Extremadura, 2011) y una Historia cultural de los archivos (Abecedario, 2013). Especialista en archivos universitarios históricos, realizó su tesis doctoral sobre la organización del Archivo Histórico de la Universidad de Salamanca. Ha dirigido siete tesis doctorales, ha organizado múltiples congresos de carácter internacional vinculados con la materia y ha dirigido másteres propios, cursos de perfeccionamiento y de postgrado. Desde 2005 es Decano de la Facultad de Ciencias de la Documentación y la Comunicación de la Universidad de Extremadura y es Director del Centro de Documentación de Estudios de Lectura y Escritura de dicha universidad. Asimismo es representante de la UEx en la Red Internacional de Universidades

Lectoras. Ha impartido conferencias y cursos invitados, entre otros lugares, en Brasil, México, EE.UU., Rusia, o Italia. Ha sido investigador principal de 24 proyectos o contratos de investigación sobre asuntos concernientes a archivística, lectura, documentación multimedia o patrimonio histórico

### **Carlos Alberto Ávila Araújo**

Professor titular da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, da qual foi diretor de 2014 a 2017. Doutor em Ciência da Informação pela UFMG, com pós-doutorado pela Universidade do Porto, Portugal (2011) e pela Universidad de Salamanca, Espanha (2019). Foi presidente da Associação de Educação e Pesquisa em Ciência da Informação da Iberoamérica e Caribe - EDICIC (2016-2021). Foi vice-presidente da ANCIB - Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (2016-2018). Foi membro da diretoria da Abecin (2011-2014). Foi Editor Adjunto da revista Perspectivas em Ciência da Informação de 2007 a 2011 e de 2013 e 2015. Fez parte da Comissão de criação dos cursos de Arquivologia (2008) e Museologia (2009) da UFMG. Atua nas áreas de Epistemologia da Ciência da Informação; Dimensões sociais, culturais e políticas da informação; Estudos de Usuários da Informação; Práticas Informacionais; Desinformação, infodemia e pós-verdade.

### **Fernanda Ribeiro**

Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e detentora do Curso de Bibliotecário-Arquivista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Doutorada pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1999), com uma tese intitulada O Acesso à Informação nos Arquivos e com Provas

de Agregação, na mesma Faculdade, em 2006. É atualmente Professora Catedrática do Departamento de Jornalismo e Ciências da Comunicação, tendo sido Presidente do mesmo departamento entre fev. 2010 e set. 2014. Foi também Diretora do Curso de Licenciatura em Ciência da Informação (2003-2014) e do Programa Doutoral em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais (2013-2014). Foi, ainda, coordenadora científica do CETAC.MEDIA (Centro de Estudos das Tecnologias e Ciências da Comunicação). Desenvolve investigação académica focada nas problemáticas da organização e representação da informação, acesso e recuperação, especialmente em arquivos, e nas questões teóricas e metodológicas da Ciência da Informação, bem como na formação profissional nesta mesma área.

### **Gustavo Silva Saldanha**

Pesquisador titular (2013-) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e docente permanente do PPGCI IBICT (2013-); professor associado da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) (2009-). Bolsista de Produtividade 1B do CNPq Brasil. Membro eleito do Conselho Técnico-Científico (CTC) do IBICT MCTI (2023-). Bacharel em Biblioteconomia pela Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2006); Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da UFMG (2008); especialista em Filosofia Medieval pela Faculdade São Bento do Rio de Janeiro (2009); Doutor em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do acordo de cooperação do Instituto

Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - PPGCI IBICT UFRJ (2012). Realizou, sob o fomento da Capes, o estágio pós-doutoral na Université Toulouse III Paul Sabatier, Toulouse, França (2017-2018).

### **Natalia Duque-Cardona**

[Postdoctorado en Teoría Crítica y perspectivas político-metodológicas sobre educación inclusiva transformadora en el Sur Global del Centro de Estudios Latinoamericanos de Educación Inclusiva (CELEI), Chile. Ph.D. en Ciencias Humanas y Sociales de la Universidad Nacional de Colombia. Magister en Educación con énfasis en Estudios Interculturales. Bibliotecóloga. Coordinadora de la línea de investigación Instituciones de la memoria desde Abya-Yala: Sociedades y culturas desde el Sur del Grupo de Investigación Información, Conocimiento y Sociedad. Integrante del Grupo de estudio e investigación en Mediación y representación de la información y los marcadores sociales de la diferencia Geminas de la Universidad Federal de Paraíba, Brasil. Cofundadora del Colectivo Social Bibliotecas A La Calle y de la Sociedad Latinoamericana de Estudios Interculturales. Participante de CIIBERCID -Círculo Iberoamericano de Ciencia de la Información Documental. Profesora Asociada de la Escuela Interamericana de Bibliotecología, Universidad de Antioquia. Medellín.



O livro atual do coletivo tem como fonte objetiva o VII Seminário Internacional do Ciibercid, realizado entre os dias 28 e 30 de outubro de 2024, na Escuela Interamericana de Bibliotecología da Universidad de Antioquia, na Colômbia. O encontro foi organizado pela Dra. Natalia Duque Cardona, junto ao comitê acadêmico-científico formado pela equipe de investigadores Dra. Gracy Kelli Martins, Dra. Yicel Giraldo, Ma. Camila Restrepo Fernández e Me. Santiago Velásquez Yepes, no contexto da linha de pesquisa “Bibliotecas de Abya-Yala”. [...]

A pluralidade de olhares e a diversidade de abordagens demonstram a fortuna crítico-epistemológica legada pelo Círculo e sua rede de pessoas investigadoras e instituições. O coletivo dá, pois, através da publicação, continuidade a sua missão, como um espaço, de um lado, formal de estudo, discussão e análise, interinstitucional e internacional, e, de outro lado, com uma estrutura flexível, com pessoas integrantes, transculturalmente reunidas pela proposta de contribuir para o desenvolvimento filosófico, epistemológico, teórico e aplicado da Ciência da Informação.

Gustavo Silva Saldanha  
Organização

